

MÉTODOS QUALITATIVOS PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER
BRUNO MARTINS AUGUSTO GOMES
ORGANIZADORES



Essa obra apresenta uma série de estudos sobre métodos científicos que utilizam a abordagem qualitativa relacionados as políticas públicas. Sua análise fornece ao leitor um panorama geral de como são e de como podem ser aplicados determinados métodos, técnicas e instrumentos sob essa abordagem a partir da compreensão do que tem sido feito (ou não) ao se pesquisar e analisar políticas públicas. Nesse sentido é uma obra indicada, tanto para àquelas pessoas que estão lançando seus primeiros passos sobre este tema, mas também para aquelas mais experientes que buscam aprimorar e mitigar as limitações que todos os métodos científicos possuem no desafio de se fazer ciência e compreender a realidade.

Este livro sobre **Métodos Qualitativos para Análise de Políticas Públicas** é uma coletânea de trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Administração – Pública (PPGAdm) na Universidade Federal de Viçosa (UFV) no quadriênio 2021-2024. Esses trabalhos fazem parte de uma agenda de pesquisa que norteia os objetivos de geração, sensibilização e difusão de conhecimento da rede da UNESCO Chair in Creative Economy & Public Policies, sediada no Grupo de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2) na UFV. Os capítulos foram escritos de forma coletiva, com coautoria de membros, egressos e colaboradores do PPGAdm.

MÉTODOS QUALITATIVOS PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER
BRUNO MARTINS AUGUSTO GOMES
ORGANIZADORES

Métodos Qualitativos para análise de Políticas Públicas

Organizadores: Magnus Luiz Emmendoerfer e Bruno Martins Augusto Gomes

Realização: Editora Motres

Editor: Daniel Rebouças

Revisão Linguística: José Alexandre Fonseca

Diagramação e capa: Agência Design do Livro

CIP BRASIL - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

P769 Métodos Qualitativos para análise de Políticas Públicas /
organização: Magnus Luiz Emmendoerfer; Bruno Martins

1.ed. Augusto Gomes. – 1.ed. – Salvador, BA : Motres, 2023.

162p. ; 15 x 21 cm

Bibliografia.

ISBN 978-65-5513-122-2

1. Ciências sociais 2. Políticas públicas 3. Métodos I. Título.

CDD 350

Índice para catálogo sistemático: 1. Políticas públicas : Métodos 306

Copyright © 2023 by Magnus Luiz Emmendoerfer e Bruno Martins Augusto Gomes. Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610). O conteúdo expresso neste material é de responsabilidade exclusiva dos autores dos capítulos e fontes de dados. As normas de citações e referências seguiram diferentes padrões nacionais ou internacionais, a critério de seus respectivos autores.

Este material eletrônico é aderente a licença Creative Commons 4.0



Informações e contato:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm)

Departamento de Administração e Contabilidade (DAD)

Av. P.H. Rolfs, s/n, Campus UFV

36570-000 - Viçosa, MG - Brasil

Telefone: (31) 3612 - 7008

Homepage: <http://www.posadministracao.ufv.br>

Os autores agradecem ao fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG (Processos PPM-00049-18; APQ-03073-21; APQ-01502-22; APQ-03195-22), e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil - CNPq (Processos 101949/2022-7; 403139/2022-8; 312764/2022-7), bem como aos pesquisadores e membros da rede da *UNESCO Chair in Creative Economy & Public Policies*, sediada no Grupo de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTec) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2) no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES	7
APRESENTAÇÃO DA OBRA MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA	9
PREFÁCIO O QUE FAZ UMA BOA PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA? LEONARDO SECCHI	15
CAPÍTULO 1 POLÍTICAS PÚBLICAS: RENOVAÇÕES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL MARIA DE FÁTIMA NÓBREGA BARBOSA MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER	21
CAPÍTULO 2 PESQUISA DOCUMENTAL: PROPOSTA DE PROTOCOLO DE PESQUISA APLICADO À POLÍTICA PÚBLICA BRASIL SEM HOMOFOBIA TAMIRES SANTOS RAMALHO ANDREIA LOPES CIRINO CARLOS AUGUSTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR	41
CAPÍTULO 3 O MÉTODO DE “ESTUDO DE CASO” APLICADO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PLÍNIO DOS SANTOS SOUZA MIRIÃ RAMALHO BARBOSA	57
CAPÍTULO 4 MÉTODO BIOGRÁFICO: CONTRIBUIÇÕES PARA PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS LETÍCIA FONTES DE JESUS REGIANE ROSA MARQUES	71
CAPÍTULO 5 TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS: ENTRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS ADRIANA SEVENINI COURI BYANCA DOS PRAZERES FERREIRA	83

CAPÍTULO 6 HERMENÊUTICA LUCAS SOARES SATHLER GUSTAVO MATIAS LOPES	103
CAPÍTULO 7 ANÁLISE DO DISCURSO APLICADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS POLLYANNA SOUZA PEREIRA ALEXANDRE RODRIGUES LAGES	123
POSFÁCIO O MÉTODO COMO UM PROBLEMA CONSTITUINTE DO CAMPO DE ESTUDO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DESAFIOS ATUAIS DA PESQUISA QUALITATIVA ROSANA DE FREITAS BOULLOSA	145
SOBRE AS PESSOAS AUTORAS	155

SOBRE OS ORGANIZADORES



Magnus Luiz Emmendoerfer

magnus@ufv.br

Possui pós-doutorado em Universidades da Holanda e de Portugal sobre gestão, políticas públicas, turismo criativo e empreendedorismo. Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política, UFMG (2009). Administrador e Mestre em Administração, UFSC (2004). Professor Associado com atuação em Administração Pública no Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm) - Mestrado/Doutorado/Pós-doutorado na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Possui experiência em gestão acadêmica tendo sido coordenador do PPGAdm (2016-19) e do curso MINTER em Administração (2019-21) na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Foi Coordenador do Curso Lato Sensu em Gestão Pública Municipal, modalidade EaD, PNAP-UAB-CAPES (2013-2014). Tem experiência na Diretoria do Centro Desenvolvimento Tecnológico Regional de Viçosa (CENTEV-UFV) e no Conselho Administrativo do Inst. Políticas Públicas e Des. Sustentável - IPPDS (2016-19). Diretor-presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP (2018-2020) e membro da Câmara de Assessoramento em Políticas Públicas da Fundação de Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG (2018-22). Membro do Conselho Fiscal da ANEGEPE - Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (2018-21). Membro da ANPAD, da RGS

- Rede de Pesquisadores em Gestão Social, REDETEG - Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança, IPPA - *International Public Policy Association*, ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. Foi representante estadual da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração - ANGRAD (2015-16). Desde 2017 é bolsista de produtividade, CNPq. Lidera o grupo de pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2). Professor visitante nas Universidades de Breda e Tilburg (Holanda), Minho, Algarve e Évora (Portugal). Atualmente é coordenador geral da Cátedra UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas. Sua agenda de interesses centra-se em Gestão, Governança e Políticas Públicas de setores emergentes como o Turismo e Economia Criativa, bem como Inovação e Empreendedorismo no Setor Público.



Bruno Martins Augusto Gomes
gomesbma@ufpr.br

Pós-doutorado em Administração Pública pela UFV. Doutor em Políticas Públicas pela UFPR. Mestre em Administração pela UFLA. Bacharel em Turismo pela UFOP. Bacharel em Direito pela FESP-PR. Professor da UFPR com atuação no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (Mestrado e Doutorado) e no Bacharelado em Turismo.

APRESENTAÇÃO DA OBRA



Marco Antonio Carvalho Teixeira
Professor da PPG-APG-FGV-EAESP
Marco.Teixeira@fgv.br

Organizado por Magnus Luiz Emmendoerfer, professor da Universidade Federal de Viçosa e Bruno Martins Augusto Gomes, professor da Universidade Federal do Paraná, o presente livro que aqui me deram a honra extrema de fazer a apresentação, **Métodos qualitativos para análise de políticas públicas**, é uma obra indispensável para profissionais, estudantes, professores e pesquisadores de universidades, institutos de pesquisa e organizações não governamentais, que vivem o desafio de conduzir pesquisas ou desenvolver análise de políticas públicas que vão mobilizar recursos e métodos qualitativos para o entendimento de temas específicos da área pública. O próprio livro é um exemplo dos avanços dos métodos qualitativos ao se valer de ferramentas modernas de análise qualitativa para a revisão de literatura. Pesquisa em administração pública, como em qualquer área de conhecimento, apresenta melhores resultados se for realizada de forma organizada.

O desafio para o campo de públicas é que se trata de uma área que reúne e dialoga com muitos campos do conhecimento, o que torna a pesquisa mais complexa. Por essa razão, metodologia e ferramentas de pesquisa são ainda mais importantes para gerar sínteses e diálogos entre campos de saber. O livro tem esse mérito de mostrar que os caminhos para esse fim são muitos, o que enriquece a capacidade do campo de públicas de abordar vários temas sobre diferentes perspectivas metodológicas e suas caixas de ferramentas.

A publicação chega num momento estratégico e bastante oportuno para acadêmicos, pesquisadores e profissionais que lidam com a área pública, mais especificamente com os que se relacionam com as temáticas em torno da Gestão e Políticas Públicas e que formam uma Rede já denominada de Campo de Públicas. Estes, vivenciam uma alvissareira expansão dos debates, da pesquisa e de eventos qualificados de caráter prático e acadêmico para discutirem problemas públicos cruzando olhares de várias de conhecimento, realçando a característica multidisciplinar do tema Gestão e Políticas Públicas. Além disso, verifica-se um crescimento linear, ano a ano, das submissões de trabalhos em congressos da área pública como o Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP), o Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP) além da consolidação da área de Administração Pública (APB) do EnANPAD como uma das mais procuradas desse Congresso que se realiza anualmente, sem considerar o EnAPG – Encontro Nacional de Administração Pública e Governança, também realizado trienalmente pela ANPAD.

Todavia, o indicador do crescimento do chamado Campo de Públicas, e que também realça a importância desse livro, além de explicar a consolidação dos eventos de troca de conhecimento no Campo, tem a ver com crescimento vertiginoso do número de cursos da área nos últimos anos tanto em nível de graduação quanto em pós-graduação *stricto sensu*. A formação em nível superior que hoje reúne as mais variadas denominações de graduações como Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Políticas Públicas e Gestão Social, dentre outras nomenclaturas, não se reduz mais a região Sudeste em instituições como a FGV, Unesp e Fundação João Pinheiro, que caracterizaram a área até o final dos anos 1990. Formação superior no Campo de Públicas hoje se fazem presentes de Norte a Sul do Brasil, nas capitais e em cidades do interior de diferentes estados como Juazeiro do Norte no Ceará, Cachoeira na Bahia e Balneário

Camboriú em Santa Catarina, dentre tantas outras localidades dispersas no território brasileiro.

Da mesma forma, a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, também, faz algum tempo, não se limita mais a FGV-EBAPE, FGV EAESP ou Fundação João Pinheiro, mas surgiu uma gama de cursos de excelência como o de Administração, com linha de pesquisa em administração pública, em Brasília, Florianópolis, Viçosa e Salvador; bem como os mestrados e doutorados em Políticas Públicas no Rio Grande do Norte, Rio Grande Sul, Paraná e no ABC Paulista, além do curso de Mestrado em Gestão e Políticas Públicas na EACH-USP, dentre tantos outros.

Tal expansão de cursos do Campo de Públicas, decorrente do aumento da demanda por profissionalização no setor público, teve como consequência positiva o imediato aumento da produção de conhecimento mais específico na área com a formação qualificada de pesquisadores e docentes em nível de excelência e a consequente necessidade de publicações como esta que agora encontra-se disponível para acadêmicos e pesquisadores de universidades, centros de pesquisa e órgãos governamentais e não-governamentais.

Os capítulos dessa coletânea podem ser lidos em duas perspectivas em diálogo direto com a diversidade do Campo de Públicas. Aqueles que fazem uma discussão mais geral sobre o uso de métodos em análise de políticas públicas partindo de revisões da literatura e do debate teórico em diferentes áreas, e os que partem de experiências na área pública tendo como fonte geradora de conhecimento os objetos e os problemas de pesquisa concretos e relacionados aos processos decisórios no Estado, nas organizações públicas não-estatais e em organismos internacionais que diferem bastante dos problemas e desafios presentes nas organizações privadas com fins lucrativos.

No capítulo 1, Políticas Públicas: renovações na produção científica internacional, conduzido em coautoria por Maria de Fátima Nóbrega Barbosa e Magnus Luiz Emmendoerfer, por meio de um estudo bibliométrico, foi realizada uma análise da produção internacional recente em políticas públicas. Os autores identificaram dois movimentos. O primeiro, mais tradicional refere-se à aplicação de modelos analíticos mais convencionais advindos do Ciclo de Políticas Públicas simultaneamente ao segundo movimento que é o crescimento de novas abordagens em Gestão que trazem também de volta para a agenda a questão da democracia e da

participação, sobretudo com presença da extrema direita em governos de diversos países.

No capítulo 2, Pesquisa Documental: proposta de protocolo de pesquisa aplicado à política pública Brasil sem Homofobia, assinado por Tamires Santos Ramalho, Andréia Lopes Cirino e Carlos Augusto Alves de Sousa Júnior, as pessoas autoras, por meio de um tema novo e cada vez mais presente na agenda de políticas públicas, oferecem a utilização de um protocolo específico para o estudo como caminho metodológico. E, após os resultados do estudo, o considera um mecanismo consistente metodologicamente e que é possível adaptar em diferentes contextos e temas.

Em relação ao capítulo 3, O Método de Estudo de Caso aplicado às políticas públicas, escrito por Miriã Ramalho Barbosa e Plínio dos Santos Souza, a autora e o autor demonstram que uma chave importante para garantir êxito deste método está também na escolha e na delimitação rigorosas do caso selecionado para que este não apenas produza aprendizado prático, mas também possa se ter a possibilidade de replicação teórica gerando ganhos práticos e para a área de conhecimento.

A pesquisa biográfica olhando a área de administração de forma mais abrangente é o destaque do capítulo 4, Método biográfico: contribuições para pesquisas em políticas públicas. Neste, as autoras Letícia Fontes de Jesus e Regiane Rosa Marques, fazem um passeio pela literatura acerca dessa questão e concluem que ainda são residuais a utilização de métodos biográficos em pesquisas direcionadas à Políticas Públicas, mas destacam que o estudo conduzido por elas traz importantes *insights* teóricos que podem ser utilizados por pesquisadores na área de políticas públicas.

No capítulo 5, Teoria fundamentada nos dados: entre possibilidades e desafios, escrito por Adriana Sevenini Couri e Byanca dos Prazeres Ferreira, fazem uma análise minuciosa sobre o significado e o desenvolvimento da Teoria Fundamentada em Dados, um recurso metodológico e analítico que vem ganhando cada vez mais importância com a ampliação do uso de evidências para a produção e análise de políticas públicas. Demonstram que tal teoria produz evidências e é útil no processo de avaliação das políticas públicas. Além disso reconhecem que pode ser estendida também para as pesquisas acadêmicas e a compreensão na análise dos processos de políticas públicas com grande capacidade de promover a compreensão profunda dos problemas. Por fim chamam a atenção que a complexidade teórica exige na sua condução um profissional muito bem qualificado.

O capítulo 6, *Hermenêutica*, conduzido por Lucas Soares Sathler e Gustavo Matias Lopes, traz uma clássica questão a várias áreas de pesquisa: o desafio da interpretação de questões relevantes ao conhecimento. Após discorrerem sobre a multiplicidade de sentidos que torna a hermenêutica um instrumento valioso para a pesquisa qualitativa, os autores demonstram o amplo leque em que o método hermenêutico pode ser usado nas ciências sociais de maneira mais ampla e recomendam a conexão com outras ferramentas metodológicas para que a partir de diferentes enfoques se faça uma análise mais acurada de problemas complexos.

Por fim, o capítulo 7 retoma questões mais específicas das Políticas Públicas ao trazer o debate sobre Análise do Discurso na Análise de Políticas Públicas. Conduzido por Pollyanna Souza Pereira e Alexandre Rodrigues Lages, nesse texto estão contidos conceitos, significados, abordagens e aplicações da Análise do Discurso, amparados numa rigorosa revisão da literatura que percorre diferentes gerações e escolas. Ao final, lembram que as políticas públicas por não se diferenciarem das atividades humanas de maneira em geral, são produtos de discursos e que para isso se precisa considerar elementos comuns às ações humanas como condição de classe, domínio de informações, ou seja, a Análise do Discurso fornece elementos importantes para entender todo o ciclo das políticas públicas.

O conteúdo aqui produzido pode ser útil e aplicado não só em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, mas também nas organizações não acadêmicas que lidam com pesquisas e análises de políticas públicas. O livro é um convite para a comunidade/campo de políticas avançar e produzir conhecimento, no Brasil, sobre questões metodológicas, pois o debate é amplamente dominado por autores de língua inglesa. O livro é um convite para que questões de natureza metodológica sejam consideradas tão relevantes como teorias na formação de pesquisadores no campo de políticas, pois o rigor nos instrumentos para a realização de investigações é um aspecto que vem sendo cada vez maior em artigos, livros, teses e dissertações. As implicações de seus usos podem fomentar um profícuo debate e aprimoramento de suas abordagens, acepções, instrumentos e recursos metodológicos visando a qualidade não somente dos estudos, mas também das práticas de gestão e de governança de políticas públicas no contexto brasileiro.

PREFÁCIO

O QUE FAZ UMA BOA PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA?

LEONARDO SECCHI
PROFESSOR DA UDESC
LEONARDO.SECCHI@UDESC.BR

A partir de uma pergunta tão ingênua e profunda, expressa no cabeçalho deste prefácio, quero destacar o valor deste livro que tenho a honra de prefaciar.

Uma boa pesquisa em política pública nasce de alguns elementos atribuíveis ao pesquisador e ao seu contexto de investigação: curiosidade, humildade, disciplina, criatividade, sorte e altruísmo.

O primeiro deles é a curiosidade, aquela inquietação intelectual ou prática para entender a dinâmica de um problema público, da atuação dos atores políticos ou dos efeitos e contradições da implementação de alguma solução para benefício da sociedade. A curiosidade é o elemento motivador e que dá energia para a sustentação de um esforço contínuo e, muitas vezes, penoso, da descoberta científica em torno das políticas públicas.

O segundo elemento é a humildade para aprender com aqueles que já trilharam os percursos da descoberta científica. Para isso que as monografias, dissertações e teses têm um capítulo de Fundamentação Teórica. Esta humildade exige ao pesquisador entender que a construção científica é uma tarefa coletiva e que nosso esforço serve apenas colocar um tijolinho a mais, às vezes uma viga a mais, ou a substituição de caibros de um telhado ou, muito raramente, trazer inteiros fundamentos para a construção de uma nova casa ou edifício.

O terceiro elemento é a disciplina, entendida como a capacidade de seguir orientações de maneira diligente. Muitos pesquisadores das ciências sociais, ciências humanas e ciências sociais aplicadas já desenvolveram metodologia científica, que ajuda o pesquisador a manter-se diligente

no processo de transformar sua curiosidade intelectual ou prática em novos achados que serão úteis para a formulação, revisão ou extinção de políticas públicas.

O quarto elemento é a criatividade em todas as etapas da descoberta. Seja na hora de traçar os objetivos ou o problema de pesquisa ou mesmo no momento de esquivar-se das dificuldades práticas que aparecem no momento da coleta de dados e, principalmente, na hora de gerar criticamente análises intuitivas ou contraintuitivas que farão a pesquisa gerar conclusões úteis.

O quinto elemento é a sorte. Já vimos muitos exemplos de pesquisadores que tiveram muita sorte em tropeçar em evidências que poucos tinham percebido. Ou mesmo a sorte em escolher um tema de política pública que, de repente, entra na agenda política e por consequência na agenda prioritária para pesquisa. Como nos ensinou Maquiavel, é necessário *virtù e fortuna*, e fortunado é aquele que tem a sorte de receber uma boa orientação, ou ter acesso a fontes de dados inusitadas ou, ainda, sortudo na composição da banca de avaliação dos produtos da investigação.

Por fim, e sem ser exaustivo, o sexto elemento que reputo essencial é a predisposição para fazer o bem aos outros. Altruísmo é especialmente necessário naqueles que querem fazer pesquisa em política pública, pois o objeto de estudo trata de soluções para o enfrentamento de problemas coletivos. Pesquisar política pública é ter um interesse inerente em avançar o conhecimento teórico ou prático que irá ajudar os cidadãos, em especial populações pouco assistidas ou privadas de serviços ou programas públicos.

Este livro organizado pelos professores Magnus Luiz Emmendoerfer e Bruno Martins Augusto Gomes, de alguma forma, toca em todos os atributos necessários para tornar-se um bom pesquisador. Em especial o livro toca no terceiro elemento, ou seja, ajuda o pesquisador a ter um guia metodológico para a realização disciplinada de pesquisa em política pública. O livro está organizado em um cardápio de métodos para a pesquisa documental, estudo de caso, método biográfico, teoria fundamentada em dados, hermenêutica e análise do discurso. Se por um lado já temos bastante ferramental metodológico para análise quantitativa e avaliação de impacto em política pública, nomeadamente métodos estatísticos, análise custo-benefício e análise custo-efetividade, ainda temos uma carência notável de bibliografias, em língua portuguesa, focadas em métodos qualitativos especialmente desenhados para o tema das políticas públicas.

Tal desequilíbrio é justificado. Desde o nascimento das ciências das políticas públicas em 1951, com a obra de Lerner & Lasswell “*The Policy sciences*”, este campo teórico e metodológico foi inundado com métodos tradicionais ou racionalistas de análise (Weimer, 1998). Apenas na década de 1990, com a chamada virada argumentativa em análise de política pública (Fischer & Forester, 1993), é que houve um impulso importante para metodologias construtivistas, hermenêuticas e deliberativas para a análise prescritiva de políticas públicas (*policy analysis*) e para a pesquisa em política pública (*policy research*). Ainda assim, há décadas de distância destes eventos ainda percebemos um desequilíbrio da quantidade de oferta e sofisticação metodológica entre as duas tradições de análise de políticas públicas. O livro que você tem em mãos ajuda na diminuição desta lacuna, com benefício para o pesquisador e para a qualidade da pesquisa em política pública.

Daí surge a pergunta: como dar o salto da *policy research* para a *policy analysis*? A área de política pública está na intersecção das ciências sociais (ex. sociologia, ciência política) e das ciências sociais aplicadas (ex. economia, administração), e os métodos de pesquisa são muito parecidos. Então, de certa maneira, a metodologia de pesquisa nas ciências sociais é compartilhada por um conjunto de saberes disciplinares. A área de política pública, no entanto, tem uma tríade de características muito próprias: normatividade, multidisciplinaridade e *problem orientation* (Lasswell, 1951). Normatividade significa que é uma ciência que não pretende ser neutra. Assume valores e os expressa de maneira enfática: democracia, justiça social, dignidade humana, desenvolvimento e emprego produtivo. Multidisciplinaridade significa que as *policy sciences*, humildemente conscientes, sabem que outras áreas do conhecimento mais antigas (ex.: economia, ciência política, sociologia, etc) têm um feramental analítico e repertório linguístico que pode e deve ser apropriado para a realização de sua função. Por fim, a orientação aos problemas públicos, revela que a missão fundamental desta ciência é a proposição de soluções para problemas concretos, uma ciência aplicada voltada para avançar os valores normativos acima apontados e ajudar nos grandes problemas de nossos tempos. Não é uma ciência apenas formal, de aparência ou de erudição autorreferencial, mas sim uma ciência para ajudar os fazedores de política pública a melhorarem sua formulação, implementação e avaliação de programas, ações, campanhas, projetos, medidas, leis, serviços públicos, redes de cooperação. O cientista social

aplicado deve ter como finalidade última ajudar o destinatário da política pública (*policy-taker*), como finalidade penúltima ajudar o elaborador de política pública (*policy-maker*) e, como finalidade antepenúltima, ajudar os demais atores sociais, aí incluída a academia.

Daí que este livro, além de ser útil para pesquisadores que querem explorar, descrever ou explicar as dinâmicas de política pública, também pode ser útil para aqueles que estão enfrentando problemas públicos concretos e precisam, no seu dia a dia de trabalho, elaborar alternativas e prescrever soluções, utilizando metodologias qualitativas. Também neste livro, o leitor encontra inúmeros exemplos de aplicação das metodologias qualitativas em contexto de política pública, como por exemplo, pesquisa documental para a inserção de demandas LGBTQIA+ na agenda governamental brasileira, utilização do método biográfico para políticas de emprego para trabalhadores mais velhos na Coreia do Sul, teoria fundamentada em dados para a análise do setor turístico e da área de proteção ambiental, análise do discurso aplicado aos conflitos em torno do reajuste tarifário do transporte metropolitano de passageiros.

A construção de pontes entre a academia e o mundo prático das políticas públicas só acontece quando ambos os lados estão dispostos a convergir. Precisamos, de um lado, acadêmicos (*scholars*) que buscam comunicar efetivamente, com linguagem acessível e metodologias aplicáveis a contextos de política pública e, por outro lado, práticos (*practitioners*) dispostos a sofisticar seu processo de elaboração de políticas públicas com base em métodos científicos. Este livro é uma prova que tal construção é possível.

REFERÊNCIAS

FISCHER, Frank; FORESTER, John (Eds.). **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham, NC: Duke University Press, 1993.

LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold D. (Eds.). **The policy sciences: recent developments in scope and method**. Stanford, CA: Stanford University Press. 1951.

LASSWELL, Harold D. The immediate future of research policy and method in political science. **American Political Science Review**, v. 45, n. 1, p. 133-142, 1951. DOI: <https://doi.org/10.2307/1950887>

WEIMER, David L. Policy analysis and evidence: A craft perspective. **Policy Studies Journal**, v. 26, n. 1, p. 114-128, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.1998.tb01928.x>

POLÍTICAS PÚBLICAS: RENOVAÇÕES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL¹

MARIA DE FÁTIMA NÓBREGA BARBOSA
MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER

1. INTRODUÇÃO

O tema políticas públicas no Brasil e no mundo vem sendo discutido de forma constante e com um número de publicações cada vez maior. Em termos conceituais, política pública é definida por Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 2) como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Os autores apresentam algumas sutilezas relativas ao conceito de políticas pública, por eles denominadas ‘nós conceituais’, para indicar a falta de consenso por parte dos especialistas em relação ao real significado desse tema. O primeiro nó conceitual se refere a qual abordagem seguir em estudos de políticas públicas, uma vez que existem os que adotam uma vertente estatista e outros que preferem abordagens multicêntricas. Os autores supracitados fazem referência a Dye (1972) para apresentar o segundo nó conceitual, que seria ver a política pública como “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”. Quanto ao terceiro nó conceitual, está ligado ao entendimento de alguns estudosos que percebem as políticas públicas apenas como macro diretrizes estratégicas ou conjunto de programas.

¹Uma versão preliminar deste texto foi originalmente publicada na revista Boletim de Conjuntura, v. 13, p. 194-209, 2023.

Por sua vez, Secchi (2019) chama a atenção para as especificidades dos conceitos de problema público e política pública no sentido do entendimento do campo da política pública, sendo que o problema público se refere à resolução do problema, enquanto a política pública está ligada aos meios para resolver o problema. O autor deixa claro que tanto no problema público como na política pública se faz necessário levar em consideração os instrumentos mais apropriados para enfrentá-los, assim como identificar atores importantes nesses processos.

Partindo do pressuposto da importância que o tema política pública representa para governos, empresas e sociedade, e de que os estudos bibliométricos são fundamentais para identificarmos lacunas de pesquisas, bem como verificarmos o estado da arte de um campo de saber em determinado período, este artigo realiza um levantamento bibliométrico avaliativo e relacional, no período de 2017-2021, das publicações científicas acerca do tema políticas públicas. Para tanto, foram utilizadas técnicas avaliativas (medidas de produtividade e métricas de impacto), bem como técnicas relacionais (coautoria e co-ocorrência), tendo como critérios: número de documentos publicados por ano; principais autores; publicações por áreas de pesquisa; publicações por instituições; periódicos mais influentes; países e idiomas. Para o propósito desse artigo será considerado o termo políticas públicas em periódicos da área de Administração Pública.

A partir das considerações apresentadas, delinea-se o seguinte problema de pesquisa: quais as possíveis renovações podem ser observadas na produção científica internacional acerca do tema políticas públicas, a partir da base de dados *Web of Science (WOS)* no período 2017-2020?

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar a produção científica internacional sobre políticas públicas a partir da base de dados *Web of Science (WOS)*, no período 2017-2020, em busca de possíveis renovações desse objeto de estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Souza (2006), nos últimos anos tem aumentado inquirições epistemológicas acerca de políticas públicas a partir das motivações, a saber: a) quanto ao gasto, foram estabelecidas políticas limitantes, principalmente em nações não totalmente desenvolvidas, ampliando efetivamente os aspectos socioeconômicos das referidas políticas; b) quanto ao papel dos governantes, muitos implementaram outros modelos

de desenvolvimento, substituindo as conhecidas políticas keynesianas, gerando consequências nos ajustes fiscais e orçamentos estabilizados (receita e despesas), além de redução do Estado no domínio econômico; c) quanto à maioria dos países não desenvolvidos – em vias democráticas – da América Latina, têm enfrentado obstáculos políticos na execução de políticas públicas indutoras de desenvolvimento econômico e inclusão social. Enfim, a investigação científica em alusão aborda importantes elementos conceituais e modelos de análise de políticas públicas, visando desenhar como o assunto vem sendo abordado pelo saber literário clássico e contemporâneo.

Procopiuck (2013, p. 139-140) faz algumas considerações acerca do conceito de políticas públicas e, pautado no *Oxford English Dictionary*, traz a seguinte conceituação “é um curso ou princípio de ação adotado ou proposto por um governo, partido, empresa ou indivíduo”. Ainda acrescenta, tomando por base Ulrick (2002), que o conceito de política pública apresenta diretrizes gerais, sendo sua função disponibilizar orientações normativas pautadas por valores e por finalidades visando a elaboração de estratégias, programas e planos, adaptando meios para o alcance dos fins.

A pesquisa de Schimidt (2018), tendo por subsídio a ciência política, expõe conceitos, metodologias e perspectivas teóricas para o campo das políticas públicas, chegando a concluir, entre outros aspectos, que a política pública é a resposta do poder público, representado por governos e poderes públicos, a um problema político. Para a análise da política pública, o ciclo das políticas tem sido a metodologia internacionalmente mais utilizada. Por fim, dentre as abordagens teóricas que mais se destacaram estão o pluralismo liberal, o corporativismo, a teoria das elites, a teoria da escolha pública, a teoria sistêmica, o marxismo, a teoria dos jogos, o neoinstitucionalismo e o comunitarismo (SCHIMIDT, 2018).

Cabe destacar o trabalho de Almeida e Gomes (2018) acerca do processo das políticas pública em que os autores fazem uma revisão da literatura, assim como reflexões e observações para futuras pesquisas. O estudo tem por objetivo investigar como os modelos múltiplos fluxos, coalizões de advocacia e equilíbrio pontuado percebem os construtos mudança *versus* estabilidade e capacidade de influência dos atores. Os resultados indicam, dentre outros aspectos, que os modelos em análise vislumbram uma dicotomia entre os construtos investigados no que se refere ao processo de políticas públicas, e cada qual a sua maneira busca entender o que representa a mudança.

No que tange aos estudos bibliométricos sobre políticas públicas, Silva *et. al.* (2019) realizaram um estudo tendo por objetivo evidenciar a evolução do tema políticas públicas no âmbito mundial e nacional. Os autores utilizaram a base de dados *Scopus* identificando os seguintes dados: histórico temporal das publicações, países que mais estudaram o tema, rede de colaboração do Brasil com países e instituições, com destaque para a USP (no Brasil) com a maior quantidade de trabalhos publicados.

Pelo fato do tema políticas públicas se caracterizar como pilar fundamental para a concreção de efetividades em diversos setores da sociedade, a saber: saúde, educação, transporte, infraestrutura, empreendedorismo, meio ambiente, turismo, dentre outros, demanda sempre por parte do pesquisador um olhar atento para as especificidades que o tema comporta quando se analisam as políticas públicas em áreas diferenciadas.

A importância de se fazer artigos dessa natureza está no sentido de se observar tanto tradições como renovações em determinado campo de saber, seja em nível internacional como nacional. Embora este trabalho esteja situado no âmbito internacional, cabe evidenciar aqui no Brasil os trabalhos de Corrêa *et. al.* (2019), Coelho *et. al.* (2020) que abordam respectivamente a rede de produção científica em Administração Pública no Brasil no período de 2000 a 2010, e a descrição da trajetória do Campo de Públicas (CP) e os seus desafios. Os resultados da primeira pesquisa apontam para um “crescimento do volume da produção científica e do número de pesquisadores, o padrão de colaboração e a categorização do perfil dos autores, a identificação dos mais prolíficos assim como a ilustração da rede de pesquisa e das medidas de propriedade”. O segundo estudo faz um balanço acerca do processo de construção do CP no Brasil com a discussão dos seguintes temas: o campo de públicas na bibliografia nacional e as referências internacionais sobre o ensino de Administração/Gestão Pública; a trajetória recente do Campo de Públicas (2015-2020); desafios correntes do Campo de Públicas, por fim, os desafios prioritários.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

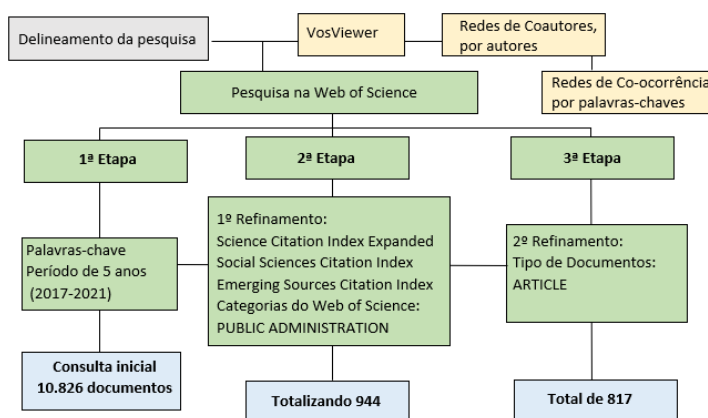
Este artigo tem como propósito mapear a literatura internacional acerca do tema política pública (no período de 2017 a 2021) com o intuito mais amplo de verificar possíveis renovações relacionados ao objeto de estudo na contemporaneidade. A importância de estudos bibliométricos encontra-se no fato de se verificar o desenvolvimento de uma área de

estudo o que propicia averiguar lacunas e possibilidades de pesquisas futuras envolvendo o tema. Quanto à tipologia da pesquisa, esta se apresenta como exploratória e descritiva (GIL, 2008).

Para a realização da pesquisa utilizou-se da base de dados *Web of Science (WOS)*, coleção principal. Esta base de dados apresenta como características significativas: importante indexador de periódicos científicos, é abrangente, apresenta credibilidade, além de poder ser utilizada em diferentes softwares de análise bibliométrica, conforme Melo e Barbosa (2020) com base em Glänzel (2003), Lucas *et. al.* (2005) e Queiroz *et. al.* (2017).

O Protocolo de Pesquisa se consolidou da seguinte forma: inicialmente foi introduzida a palavra-chave “Public policy”, totalizando 10.826 documentos. Na etapa posterior foi realizado o primeiro filtro com a exclusão de áreas que não faziam parte do escopo da pesquisa, o que resultou em 944 documentos na área de Administração Pública. Finalmente, o último filtro incluiu só artigos, o que resultou em um total de 817 artigos. A Figura 1 apresenta o delineamento desse procedimento metodológico.

Figura 1 – Delineamento do procedimento metodológico



Fonte: Elaboração nossa a partir de dados da pesquisa (2021).

O tratamento dos dados foi desenvolvido por meio de técnicas avaliativas e relacionais. Para as técnicas avaliativas, os dados foram organizados e tabulados a partir da ferramenta *Clarivate Analytics*, disponível na *Web of Science*. Dessa forma, foram gerados gráficos apresentando publicações

por áreas, por ano, por periódicos, por organizações, por países e por idiomas. No que tange às técnicas relacionais, utilizou-se o *software VOSviewer version 1.6.12*. Este programa disponibiliza ferramentas para produzir e visualizar redes bibliométricas (conforme VAN ECK; WALTMAN, 2017).

4. DISCUSSÃO

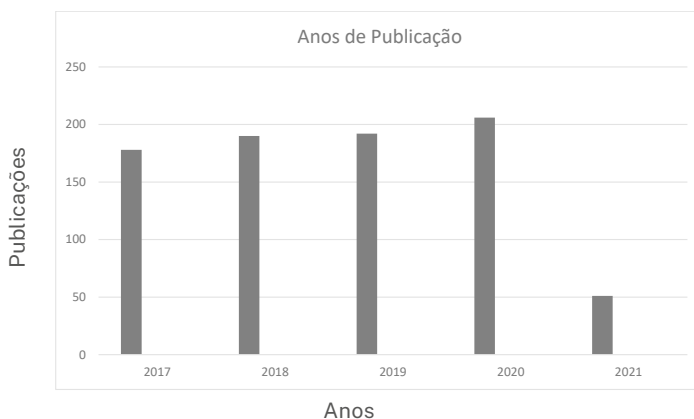
Os resultados dessa pesquisa, no que tange à base de dados WOS, buscaram analisar os seguintes indicadores bibliométricos: documentos publicados por ano; principais autores; publicações por área de pesquisa; publicações por instituições; principais periódicos; países e idiomas. Quanto aos dados obtidos a partir do *Software VOSviewer*, procurou-se fazer algumas inferências, a partir dos mapas bibliométricos gerados, para possíveis renovações nesse campo do saber.

Resultados a partir da WOS

• Anos de Publicação

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de artigos publicados nos últimos 5 anos. A maior produção foi em 2020, com um total de 206 artigos, seguida do ano de 2019, com 192 artigos. Percebe-se que a cada ano houve aumento do número de publicações, com exceção de 2021, pois a realização da pesquisa ocorreu no primeiro trimestre desse ano.

Gráfico 1 – Anos de Publicação



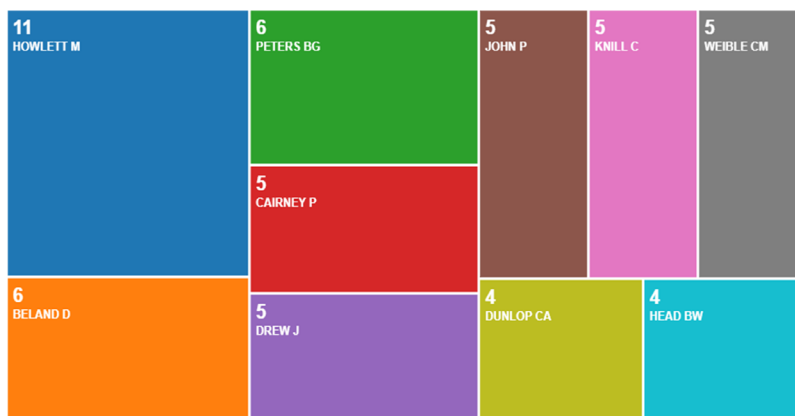
Fonte: Elaboração nossa a partir de dados da pesquisa (2021).

Os resultados desse gráfico guardam uma relação estreita com o trabalho de Corrêa *et. al.* (2017) ao estudar a produção científica em administração pública e políticas públicas no Brasil, no período de 2000-2010. Houve um aumento de publicações nessas áreas ano após ano, assim como se observa na atualidade o que pode se caracterizar como uma renovação desses campos do saber, em especial as políticas públicas, objeto deste estudo.

• Principais Autores

A Figura 2 apresenta os 10 autores que mais se destacaram em quantitativo de publicações nos últimos cinco anos.

Figura 2 – Principais Autores



Fonte: Web of Science (2021).

A partir desses resultados, verificou-se que Howlett, M. é autor que mais se destaca com um quantitativo de 11 artigos encontrados no período analisado, seguido por Peters, B.G. e Beland, D., com seis publicações cada. Os autores Cairney, P.; Drew J.; John P.; Knill C. e Weible, C.M. contribuíram com cinco artigos cada. Dunlop, CA e Head B.W. escreveram quatro artigos cada. Uma síntese dos temas que esses autores abordam seria: modelos de análise de políticas públicas; governança pública; formulação de políticas; estudos de política comparada; política previdenciária; políticas públicas no campo; política pública comportamental; políticas

de moralidade; hábitos de empreendedores de política bem-sucedidos; políticas de evidências; conflitos de política; problemas no governo local; aprendizado de políticas; problemas perversos em política; federalismo e financiamento da saúde, dentre outros.

• Artigos por Áreas de Pesquisa

A Figura 3 apresenta as áreas com maior número de publicações, sendo Administração Pública a que mais se destacou, com 817 publicações, seguida de lei governamental, com 238 publicações. Apesar desta pesquisa ter por escopo a área de Administração Pública, foi interessante observar como outras áreas de pesquisa podem contribuir para possíveis renovações em políticas públicas. Assim, cabe destacar a emergência da área de Geografia contemplando estudos voltados para as políticas públicas.

Figura 3 – Artigos por áreas de pesquisa



Fonte: Web of Science (2021).

• Publicações Investigadas

A Tabela 1 apresenta os artigos que apresentaram os maiores fatores H-index, artigos que não foram necessariamente publicados pelos 10 (dez) autores que mais publicaram no período contemplado nesta análise.

Tabela 1 – Fator H (H-Index) das publicações investigadas.

Título	Autores	Título da fonte	Ano da publicação	Total de citações
1. The impact of health insurance on preventive care and health behaviors: evidence from the first two years of the aca Medicaid expansions	Simon, K.; Soni, A.; Cawley, J.	Journal of Policy Analysis and Management	2017	170
2. Early impacts of the affordable care act on health insurance coverage in Medicaid expansion and non-expansion states	Courtemanche, C. et al.	Journal of Policy Analysis and Management	2017	136
3. The environmental performance of participatory and collaborative governance: a framework of causal mechanisms	Newig, Jens et al.	Policy Studies Journal	2018	69
4. The pass-through of taxes on sugar-sweetened beverages to retail prices: the case of Berkeley, California	Cawley, John; David E. Frisvold	Journal of Policy Analysis and Management	2017	63
5. Post-exceptionalism in public policy: transforming food and agricultural policy	Daugbjerg, Carsten; Feindt Peter H.	Journal of European Public Policy	2017	44
6. Transaction costs and the perceived effectiveness of complex institutional systems	Lubell, Mark <i>et al</i>	Public Administration Review	2017	43
7. Demand, challenges, and innovation. making sense of new trends in innovation policy	Boon, Wouter; Edler Jakob	Science and Public Policy	2018	42
8. Three habits of successful policy entrepreneurs	Cairney, Paul	Policy and Politics	2018	42
9. Strengthening political leadership and policy innovation through the expansion of collaborative forms of governance	Torfig, Jacob; Ansell Christopher	Public Management Review	2017	39
10. There and back again: a tale of the advocacy coalition framework	Pierce, Jonathan J. et al	Policy Studies Journal	2017	37
11. Unpacking the collaborative toolbox: why and when do public managers choose collaborative governance strategies?	Scott, Tyler A.; Thomas Craig W.	Policy Studies Journal	2017	37
12. Big data for policymaking: fad or Fasttrack?	Giest, Sarah	Policy Sciences	2017	36
13. Forty years of wicked problems literature: forging closer links to policy studies	Head, Brian W.	Policy and Society	2019	35
14. The lessons of policy learning: types, triggers, hindrances and pathologies	Dunlop, Claire A.; Radaelli, C.M.	Policy and Politics	2018	35
15. Public opinion and policy representation: on conceptualization, measurement, and interpretation	Wlezien, Christopher	Policy Studies Journal	2017	35
16. Improving policy implementation through collaborative policymaking	Ansell, Christopher	Policy and Politics	2017	33

Tabela 1 – Fator H (H-Index) das publicações investigadas.

Título	Autores	Título da fonte	Ano da publicação	Total de citações
17. Resilience and robustness in policy design: a critical appraisal	Capano, Gilberto;Woo, Jun Jie	Policy Sciences	2017	32
18. Measuring active and healthy ageing in Europe	Zaidi, Asghar	Journal of European Social Policy	2017	32
19. Drivers for policy agreement in nascent subsystems: an application of the advocacy coalition framework to fracking policy in Switzerland and the UK	Ingold, Karin;Fischer Manuel; PaulCairney	Policy StudiesJournal	2017	30
20. The new policy sciences: combining the cognitive science of choice, multiple theories of context, and basic and applied analysis	Cairney, Paul; Christopher M.Weible		2017	29
21. The concept of instrument constituencies: accounting for dynamics and practices of knowing governance	Simons, Arno	Policy and Society	2018	28
22. To do more, better, faster and more cheaply: using big data in public administration	Maciejewski, Mariusz	International Review of Administrative Sciences	2017	28
23. Moving policy theory forward: connecting multiple stream and advocacy coalition frameworks to policy cycle models of analysis	Howlett, M.; McConnell. A.; Perl, A.	Australian Journal of Public Administration	2017	28
24. Policy capacity and evidence-based policy in the public service	Newman, Joshua; Adrian Cherney; Brian W. Head	Public Management Review	2017	28
25. Corporate social responsibility assurance and reporting quality: evidence from restatements	Ballou, Brian et al.	Journal of Accounting and Public Policy	2018	26
26. Deconstructing the debate over evidence-based policy	Newman, Joshua	Critical Policy Studies	2017	25

Fonte: Elaboração própria adaptado da Web of Science (2021).

A publicação com maior destaque foi “The impact of health insurance on preventive care and health behaviors: evidence from the first two years of the ACA Medicaid”, escrita por Simon, Soni e Cawley (2017), no *Journal of Policy Analysis and Management*. Simon e colaboradores avaliaram o impacto nos cuidados preventivos (avaliação dentária, programa de imunização e triagem de doenças oncológicas) em saúde e no melhoramento dos comportamentos de risco à saúde (tabagismo, etilismo, sedentarismo) com a ampliação do acesso ao seguro de saúde por meio da Lei de Cuidados Acessíveis (ACA) e da expansão do *Medicaid* nos Estados Unidos.

Nesta análise, os autores concluíram que com as expansões do *Medicaid*, a saber: um programa social direcionado ao beneficiamento de famílias e pessoas de baixa renda nos EUA, foi ampliada a cobertura de seguro e o acesso aos cuidados entre a população de adultos de baixa renda sem filhos. Contudo, não encontraram evidências de que os comportamentos de risco à saúde aumentaram em resposta à cobertura do seguro saúde.

O segundo artigo com maior número de citações foi “Early impacts of the affordable care act on health insurance coverage in Medicaid expansion and non-expansion states de Courtemanche *et. al.*” (2017). Foi publicado, assim como o primeiro, no *Journal of Policy Analysis and Management*. Esse estudo vem na mesma linha do primeiro artigo e tem por escopo avaliar os efeitos causais da Lei de Cuidados Acessíveis (ACA) na cobertura de seguro saúde em 2014, se utilizando de dados da *American Community Survey*.

O terceiro artigo mais citado, intitulado “The Environmental Performance of Participatory and Collaborative Governance: A Framework of Causal Mechanisms”, foi publicado no *Policy Studies Journal* por Jens Newig e colaboradores (2018). O artigo se pauta em várias referências para distinguir cinco grupos de mecanismos causais que relatam a relação entre a participação e os resultados ambientais. Os resultados da pesquisa mostram em última análise quais as formas por meio das quais a participação pode redundar em melhores (ou piores) resultados ambientais.

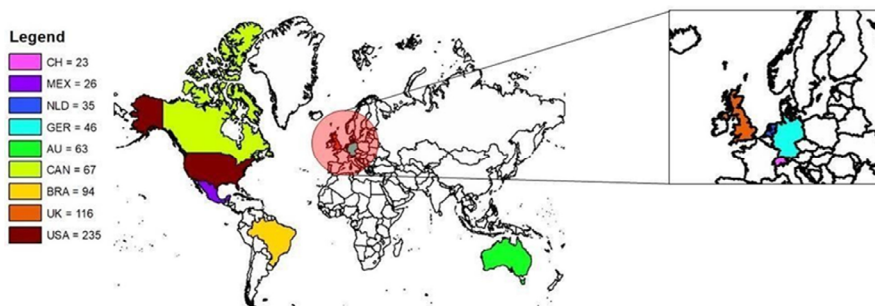
Dunlop e Radaelli (2018) apresentam alguns questionamentos no artigo “The lessons of policy learning: types, triggers, hindrances and pathologies” sobre a aprendizagem em políticas e chegam às seguintes conclusões: existem quatro modos diferentes em que as constelações de atores aprendem; na aprendizagem de políticas existem obstáculos e gatilhos específicos; a própria aprendizagem é um objetivo final condicional.

Por fim, vale destacar o artigo “Forty years of wicked problems literature: forging closer links to policy Studies” de Head (2019). O autor traz para o debate uma teoria de segunda geração, a partir do pensamento de Rittel e Weber, que dá conta do estudo de problemas sociais complexos e contestados. Essa abordagem seria apropriada para integrar a análise de problemas graves na política pública.

• Países de Origem dos Periódicos das Publicações Analisadas

Quanto aos países que mais se destacam em publicações sobre políticas públicas, os Estados Unidos da América aparecem em primeiro lugar, seguido pelo Brasil e Inglaterra. Suíça e Escócia apresentaram a mesma quantidade de 23 publicações (ver Figura 4).

Figura 4 – Países em destaque



Fonte: Elaboração própria a partir do ArcGIS versão 10.4 (2021)

Legenda: CH (Suíça); MEX (México); NLD (Países Baixos); AU (Austrália); CAN (Canadá); BRA (Brasil); UK (Reino Unido); USA (Estados Unidos da América).

O estudo de Silva *et. al.* (2019) se acosta a este ao apontar que os Estados Unidos apresentaram o maior número de publicações no período investigado pelo autor anteriormente citado, qual seja: 25.099 trabalhos publicados desde o início da disponibilização de dados na base *Scopus* até o dia 31 de dezembro de 2018. Apesar do intervalo de tempo da pesquisa de Silva *et. al.* (2019) ser superior ao deste artigo, o resultado deste representa uma atualização importante da pesquisa anteriormente referenciada. A pesquisa de Silva *et. al.* (2019) evidencia ainda que a primeira publicação sobre políticas públicas no Brasil ocorreu em 1987. Infere-se aqui uma possível crescente de uma Escola Brasileira de Políticas Públicas de caráter plural, se considerarmos as publicações geradas em eventos e periódicos nas últimas décadas, especialmente na última (2010-2020), organizados por sociedades científicas nacionais como a Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP); Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP); Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e a própria divisão acadêmica de Administração Pú-

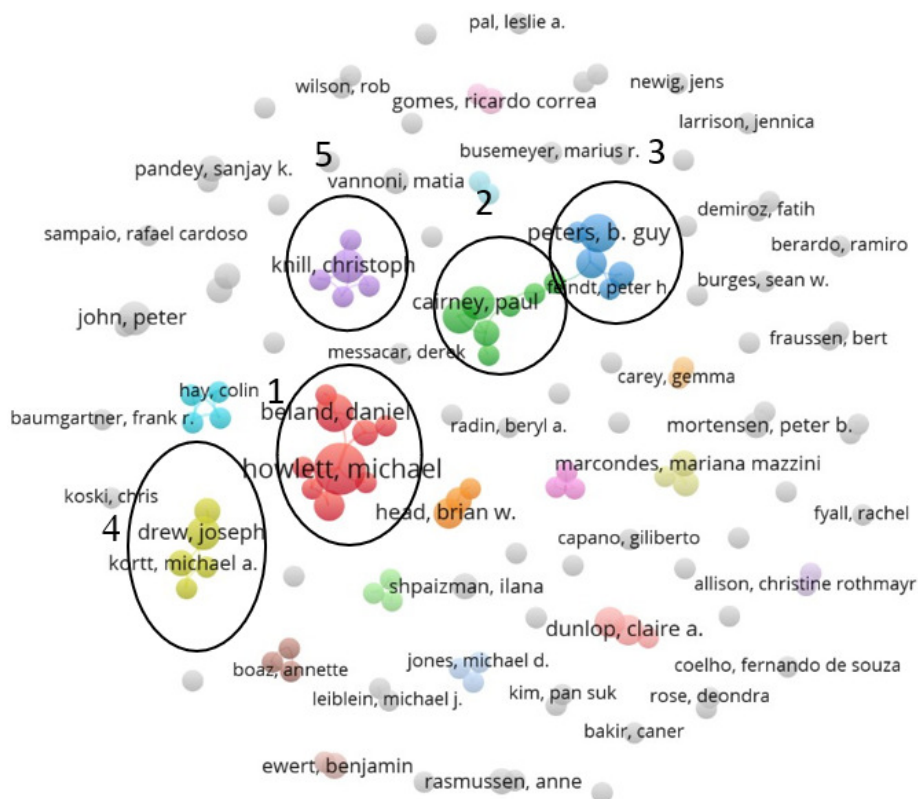
blica da ANPAD. Nesse sentido, vale destacar os trabalhos organizados por Lima e Rodrigues (2017) e Vendramini e Almeida (2017).

Resultados a partir do Software VOSviewer

• Reflexões sobre as Renovações em Políticas Públicas

A Figura 5 apresenta o Mapa de Coautoria que possibilita a identificação dos autores mais citados, o que permite inferir acerca dos autores mais importantes em determinada área de estudo. Assim, a rede bibliométrica dessa figura apresentou um total de 75 *clusters* de cooperação com 81 *links* entre autores.

Figura 5 – Mapa bibliométrico de coautoria por autores



Fonte: VOSviewer (2021).

O principal *cluster*, em vermelho, é formado por nove autores, sendo o principal autor Howllet, Michael. O estudo de Howlett, McConnel e Perl (2016), denominado “*Moving policy theory forward: connecting multiple stream and advocacy coalition frameworks to policy cycle models of analysis*” tem por objetivo trazer uma discussão acerca dos quadros analíticos Ciclo Político, Fluxos Múltiplos e Coalizões de Defesa, e questiona se o quadro político de fluxos múltiplos e de coalizões de defesa podem ser aprimorados e aplicados a outras dimensões da elaboração de políticas já consolidadas junto ao quadro analítico do ciclo político.

O segundo *cluster* é formado por sete autores. Se encontra representado pela cor verde e tem como principal autor, Cairney Paul. Cairney, por sua vez, versa sobre os três hábitos de empreendedores políticos bem-sucedidos a partir da abordagem de múltiplas correntes de Kingdon. O autor chama a atenção que esta metodologia tem sido aplicada de forma superficial por diversos estudiosos, uma vez que a mesma se aplica a variados contextos. Assim, este artigo vem preencher essa lacuna ao estudar diversos casos empíricos para evidenciar como os empreendedores políticos bem-sucedidos podem se utilizar dos conceitos dessa abordagem ao elaborar políticas públicas baseadas em evidências. O terceiro *cluster* é formado por cinco autores, sendo o seu principal representante Peters, B. Guy, e está representado pela cor azul. O artigo Burocracia Pública e Adaptação à Mudança Climática tem o objetivo de apresentar estudos que fazem a vinculação entre adaptação à mudança climática e as burocracias públicas. Os autores também abordam no texto a discussão permanente acerca do papel das tradições administrativas nas políticas públicas. Eles concluem que as tradições administrativas são importantes no entendimento das escolhas realizadas pelos atores públicos, embora razões econômicas e vontade política também devam ser apreciadas criticamente no que tange às tradições administrativas.

O quarto *cluster* apresenta cinco autores, sendo o principal Drew, Joseph. Está representado na cor amarela. A pesquisa de Drew e colaboradores indaga, por meio de uma análise envoltória de dados, a proposta do programa de reforma estrutural no governo local de Nova Gales do Sul, especialmente as recomendações do Painel de Revisão do governo local no sentido de uma junção radical das autoridades locais no estado. Especificamente o trabalho questiona o programa proposto de fortalecimento do conselho tendo por subsídio seu possível impacto nas economias de escala das autoridades locais atingidas.

O primeiro *cluster* (cor vermelha) é formado por 30 termos. *Public policy* é a palavra-chave com maior ocorrência, como já esperado, uma vez se tratar do termo de busca nessa pesquisa, sendo que aparece 202 vezes. O segundo *cluster* (cor verde) é formado por 25 termos, tendo a palavra *framework* como destaque. O terceiro *cluster* (cor azul) é formado por 22 termos, e *public policy* é o que mais se destaca com uma ocorrência de 68 vezes. O quarto *cluster* (cor amarela) apresenta 18 termos e as palavras com maior destaque são *governance* (aparece 107 vezes), *politics* (95 vezes) e *innovation* (31 vezes). O quinto *cluster* (cor roxa) tem dois termos apenas: *bureaucracy* (aparece 11 vezes) e *design* (aparece 10 vezes).

Quanto aos artigos em destaque nessa revisão bibliométrica ora apresentada por este artigo, estes abordaram conteúdos variados ligados aos debates em torno de políticas públicas. Assim, alguns dos temas discutidos nos artigos envolvem discussões como: desempenho ambiental e governança colaborativa; política alimentar e agrícola; custos de transação e eficiência de sistemas institucionais complexos; política de inovação; empreendedores políticos bem-sucedidos; liderança política e política de inovação; aprendizado de políticas; implementação de políticas por meio da colaboração; big data na administração pública; capacidade política e política baseada em evidências no serviço público, bem como a desconstrução do debate baseado em evidências políticas.

Fazendo um contraponto da produção internacional ora apresentada com a produção nacional brasileira percebe-se com essa amostra que, assim como no Brasil, internacionalmente também essa área se encontra dispersa e discute temas os mais variados possíveis, nas mais diversas áreas do conhecimento, o que caracteriza uma área multidisciplinar, como é apresentado por Corrêa *et. al.* (2017) ao tomar por base o trabalho de Marques e Faria (2013). Como renovação, alguns temas começam a permear as discussões nesse campo do saber, a exemplo da governança pública, que carece ser melhor explorado em pesquisas futuras.

5. CONCLUSÃO

Estudos bibliométricos apresentam tanto vantagens como desvantagens. Uma vantagem significativa é que essa abordagem apresenta a dimensão quantitativa de diversos indicadores, o que proporciona aos pesquisadores iniciantes ter uma visão macro de uma determinada área de estudo. Por outro lado, por esse tipo de pesquisa ser exaustivo em

termos quantitativos, impossibilita que uma leitura mais aprofundada seja realizada em um curto período de tempo.

A partir dos resultados dessa pesquisa, percebe-se que a área de políticas públicas se encontra hoje bastante consolidada em torno de um conjunto de modelos analíticos e normativos de políticas públicas, que organizam o debate. Estes modelos são geralmente aplicados aos estudos sobre políticas públicas, comumente orientados pela noção (em si mesma bastante debatida) do ciclo de políticas: agenda-setting, processo decisório, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e de programas governamentais. No entanto, já há algum tempo a agenda do campo de análise de políticas públicas vem se renovando, a partir de novas abordagens teóricas e metodológicas em gestão de políticas públicas. Ao lado do intenso debate sobre participação e democratização das políticas, vários outros temas têm frequentado a literatura e a produção acadêmica, ao mesmo tempo em que são enfrentados e desafiam os *policy makers*: intersetorialidade, análise de redes, territorialidade, difusão de políticas públicas, políticas públicas baseadas em evidências, capacidades estatais e instrumentos de políticas públicas, além da discussão sobre federalismo, parcerias e campos intergovernamentais na produção de políticas públicas.

Essa pesquisa apresenta limitações, uma vez que se restringiu apenas aos dados da base *Web of Science*, apesar de sua importância no meio acadêmico-científico. Assim, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas em outras bases de dados, tais como *Scopus*, *Science Direct*, *EBSCO*, *Scielo*, assim como em periódicos que têm tradição em publicações nesse campo de conhecimento. Somado a isso, o recorte temporal (quase os últimos 5 anos) também é uma limitação deste estudo (*working paper*), apesar de poder avançar em termos de discussões e implicações sobre o tema política pública, a partir de outros estudos bibliográficos anteriores.

Apesar das limitações, esse estudo contribuiu no sentido de observar renovações em um campo de saber especialmente importante para uma gestão efetiva da administração pública. Assim, a partir da análise feita, sugere-se para pesquisas futuras, em contexto brasileiro, aprofundar estudos em temas como: governança pública e a teoria de política comparativa; política comportamental; empreendedorismo em políticas públicas; políticas baseadas em evidências; aprendizagem em políticas; federalismo; inovação em políticas públicas, dentre outros igualmente importantes para abarcar a complexidade que a área de políticas públicas comporta.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, R. B.; SOARES, F. J.; LIMA, L. L. Mapping the policy design research: a systematic literature review. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, n. 89, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.85619>

GRANT, Maria J.; BOOTH, Andrew. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health information & libraries journal**, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>

SOARES, S. V.; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Bibliométrica, Artigo de Revisão e Ensaio Teórico em Administração e Contabilidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018. DOI: <https://doi.org/10.13058/raep.2018.v19n2.970>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Processo das Políticas Públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cad. EBAPE. BR**, v. 16, n. 3, 2018.

COELHO, F. S.; ALMEIDA, L. S. B.; MIDDLEJ, S.; SCHOMMER, P. C.; TEIXEIRA, M. A. C. O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetórias e desafios correntes (2015-2020). **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 21, n. 3, 2020.

CORRÊA, V.; COELHO, V.; TROTTMANN, P.; SARTI, F. M. Produção Científica e Rede de Pesquisadores em Administração Pública no Brasil: uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 3, 2019.

CORRÊA, V.; TROTTMANN, P.; COELHO, F. S.; SARTI, F. M. A produção científica em administração pública e políticas públicas no Brasil: evidências de proximidade e similaridade no período 2000-2010. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 8, n. 2, 2017.

COURTEMANCHE, C.; MARTON, J.; UKERT, B.; YELOWITZ, A.; ZAPATA, D. Early impacts of the affordable care act on health insurance coverage in Medicaid expansion and non-expansion states. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 36, n. 1, 2017.

DUNLOP, C. A.; RADAELLI, C. M. "The lessons of policy learning: types, triggers, hindrances and pathologies. **Policy & Politics**, v. 46, n. 2, 2018.

EMMENDOERFER, M.L. **Métodos de pesquisa aplicados à gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HEAD, B. W. Forty years of wicked problems literature: forging closer links to policy studies. **Policy and Society**, v. 38, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/14494035.2018.1488797>

HOWLETT, M.; McCONNEL A. PERL, A. Moving Policy Theory Forward: Connecting Multiple Stream and Advocacy Coalition Frameworks to Policy Cycle Models of Analysis. **Australian Journal of Public Administration**, v. 0, n. 0, 2016.

LIMA, L. L.; RODRIGUES, M. I. A. (Orgs.). **Campo de Públicas em Ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ CEGOV, 2017.

- MELO, L. S. A.; BARBOSA, M. F. N. Turismo sustentável e objetivos de desenvolvimento sustentável: perspectiva bibliométrica avaliativa e relacional no período 2015-2020. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 4, 2020.
- NEWIG, J.; CHALLIES, E.; JAGER, N.W.; KOCHSKAEMPER, E.; ADZERSEN, A. The environmental performance of participatory and collaborative governance: a framework of causal mechanisms. **Policy Studies Journal**, v. 46, n. 2, 2018.
- PROCOPIUCK, M. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública**: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.
- SCHMIDT, J. P. Para Estudar Políticas Públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, v. 3, n. 56, 2018.
- SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.
- SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo: Cengage, 2019.
- SILVA, F. F.; NOGUEIRA, G. P. M.; MATIAS, I. O.; MATTA, L. G.; SHIMOYA, A. Análise bibliométrica sobre políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 23, 2019.
- SIMON, K.; SONI, A.; CAWLEY, J. The impact of health insurance on preventive care and health behaviors: evidence from the first two years of the ACA medicaid expansions. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 00, n. 0, 2017.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, 2006.
- VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Citation-based clustering of publications using CitNet Explorer and VOSviewer. **Scientometrics**, v. 111, 2017.
- VENDRAMINI, P.; ALMEIDA, L. S. B. (Orgs.). **Pioneirismo, Renovação e Desafios**: experiências do Campo de Públicas no Brasil. Florianópolis: UDESC, 2017.
- VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

2

PESQUISA DOCUMENTAL: PROPOSTA DE PROTOCOLO DE PESQUISA APLICADO À POLÍTICA PÚBLICA BRASIL SEM HOMOFOBIA

TAMIRES SANTOS RAMALHO

ANDRÉIA LOPES CIRINO

CARLOS AUGUSTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR

1. INTRODUÇÃO

Dentre as múltiplas possibilidades para realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa destaca-se a pesquisa documental, haja vista que se trata de um importante meio de coleta de dados, aplicado em múltiplas áreas do conhecimento (SILVA; EMMENDOERFER; CUNHA, 2020). Os documentos, mediante a sua pluralidade de tipos (leis, atas, vestuário, músicas folclóricas, imagens, entre outros), são profícuos em informações (JUNIOR *et. al.*, 2021; SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Assim, o método documental compreende a análise de documentos dos mais variados tipos, em que o pesquisador deve levar em consideração o contexto, utilização e função dos documentos a fim de responder a sua questão de pesquisa (CELLARD, 2008; SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Além disso, com o evento da disseminação da internet tornou-se cada vez mais fácil ter acesso a banco de dados importantes acerca das políticas públicas (SILVA; EMMENDOERFER; CUNHA, 2020). Adicionalmente, o pesquisador pode retomar o documento sempre que necessário e ser estudado em qualquer período de tempo a aplicação da política, desde que essas informações estejam disponíveis. Desta forma, tem-se que a pesquisa documental é uma importante forma de capturar informações acerca de uma política pública.

As políticas públicas surgiram na agenda do governo após a Guerra Fria, como resultado do uso da tecnocracia para solucionar problemas enfrentados pela sociedade (SOUZA, 2006). O termo políticas públicas sofre com a ausência de um consenso acerca do seu conceito (GONSALVES; ANDION, 2019). Contudo, entende-se que esta consiste em decisões tomadas por diversos indivíduos e organizações no interior dos governos, influenciadas por outros atores internos e externos no Estado (HOWLETT *et. al.*, 2009).

No Brasil, institucionalmente, a Constituição Federal de 1988, ampliou a esfera pública, conseqüentemente, houve a aproximação de atores não estatais com o Estado no âmbito das políticas públicas (GONSALVES; ANDION, 2019). De modo geral por intermédio das políticas públicas, o Estado visa solucionar os problemas públicos, possibilitando o desenvolvimento do país e a melhora na qualidade de vida da população (FONSECA, 2013; SANTOS, 2012; BONETI, 2007; SOUZA, 2006). Desta forma, estas podem organizar burocracias, distribuir benefícios, regular o comportamento, extrair impostos, ou exercer todas essas ações concomitantemente (DYE, 1992).

Neste contexto, a pesquisa documental é importante instrumento para o avanço das pesquisas sobre as políticas públicas. Pois, por meio desta tipologia de pesquisa o pesquisador poderá analisar documentos que institucionalizaram as políticas públicas, ou relatórios acerca dos resultados, dos atores ou dos usuários, ainda poderão ser estudadas vestimentas, fotos, atas, entre outros elementos acerca da política analisada.

Todavia, a pesquisa documental, bem como outros ramos da pesquisa qualitativa, padece com críticas sobre a subjetividade das interpretações e, conseqüentemente, das afirmações obtidas por meio desta pesquisa. Além disso, outras fragilidades acabam reforçando este estereótipo da pesquisa documental como o não esclarecimento do protocolo metodológico, a não caracterização dos documentos, a falta de confiabilidade e credibilidade das fontes documentais consultadas, a não clareza do tratamento e na construção do corpus ou a falta de preparo do pesquisador em compreender a estrutura de documentos (SILVA; EMMENDOERFER; CUNHA, 2020).

Mediante esta percepção dos problemas enfrentados na utilização da pesquisa documental o presente trabalho tem como pergunta norteadora: Como ampliar a confiabilidade nos dados obtidos por meio da pesquisa documental? Como objetivo buscou-se elaborar um protocolo de pesquisa, a fim de guiar os pesquisadores de políticas públicas quando forem empregar a análise documental.

A criação deste protocolo se dá mediante o entendimento da existência de situações nas quais os pesquisadores possuem dúvidas acerca

do procedimento e técnica metodológica. De modo especial, na pesquisa documental é necessário que haja procedimentos rigorosos capazes de mitigar as fragilidades, ampliando a credibilidade da execução da pesquisa e, conseqüentemente, de seus resultados (FLICK, 2009).

A pesquisa contribui com a literatura mediante a proposta de um protocolo que poderá minimizar as críticas sofridas pela pesquisa documental, bem como orientará pesquisadores em como realizá-la de uma melhor maneira. Além disso, neste estudo aplicamos o protocolo na política pública Brasil Sem Homofobia. A política pública escolhida “Brasil sem Homofobia” é o resultado de lutas do movimento social LGBTQIA+, configurando um programa de combate à violência e à discriminação contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e de promoção da cidadania de homossexuais, criado em 2004 pelo Ministério da Saúde, junto ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Sociedade Civil.

Um dos objetivos centrais da política é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos, empresas e comunidade, além de capacitações para profissionais e representantes do movimento, disseminação de informações sobre o tema e incentivos à denúncia de violação de direitos do grupo LGBT (BRASIL, 2004). Conseqüentemente, também se contribui com a literatura acerca das políticas públicas voltadas para minorias, especialmente, para os problemas públicos que os cidadãos LGBTQIA+ sofrem e como seus direitos são instituídos por lei.

Para tanto, o presente trabalho traz uma revisão acerca da pesquisa documental, seguida do protocolo de pesquisa proposto. Posteriormente, apresenta-se os procedimentos metodológicos e a descrição da política pública Brasil Sem homofobia. Em seguida são apresentados os resultados do emprego do protocolo na análise do documento que aborda sobre a política pública em análise. Por fim, estão dispostas as considerações finais e reflexões acerca da pertinência do uso do protocolo criado.

2. A PESQUISA DOCUMENTAL – ASPECTOS CONCEITUAIS

A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno (CELLARD, 2008), mas também é possível utilizar documentos e análise de documentos como estratégias complementares a outros métodos.

Consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados

por diferentes vertentes (JUNIOR *et. al.*, 2021; SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Contudo, cabe destacar que o pesquisador não pode manter o foco apenas no conteúdo, mas deve considerar o contexto, a utilização e a função dos documentos, uma vez que são meios para compreender e decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo.

Todo documento analisado depende do que o pesquisador busca responder e qual seu objeto de estudo, assim, o seu papel é encontrar, selecionar e analisar os melhores meios que atendam seus objetivos de estudo (KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015). A forma que o pesquisador lida e analisa os documentos é fundamental para compreender de fato o contexto, o processo e o resultado que se espera do estudo.

Em um estudo de base documental, o pesquisador deve entender os documentos como meios de comunicação e fazer com que assumam o significado de prova, se tornando um instrumento escrito ou não que serve de registro ou comprovação de fatos ou acontecimentos, podendo ser considerado em um momento histórico ou atual (CELLARD, 2008). Assim, existem dois grandes grupos de tipos de documentos que são: a) documentos escritos: documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos, fontes estatísticas, publicações administrativas, documentos particulares e outros; b) iconografia: imagens, desenhos, fotografias, objetos, canções folclóricas, vestuário e outros que auxiliem nos resultados do estudo (KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015; JUNIOR *et. al.*, 2021; GARCIA *et. al.* 2016).

Definir a escolha de método documental não é simples, pois requer critérios, transparência de informações e credibilidade. O método possui pontos que precisam ser levados em consideração no momento de decisão, principalmente relacionados a suas vantagens e desvantagens. Quanto às vantagens, o uso do método possibilita o conhecimento do passado investigando processos de mudanças sociais e culturais, assim permitindo obter informações após longos períodos de tempo. Os dados documentais evitam desperdício de tempo e necessidade de contato próximo a pessoas, possibilitando obter quantidade e qualidade de dados suficientes para a realização do estudo, além disso, podem ser consultados várias vezes e principalmente são uma fonte de dados estável e rica de onde o pesquisador poderá retirar evidências que fundamentam as afirmações da sua pesquisa, (CELLARD, 2008; GARCIA *et. al.*, 2016; KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015).

Apesar da análise documental possuir vantagens e trazer uma gama de possibilidades para pesquisa, ela também apresenta desafios que devem ser levados em conta e ter um maior cuidado. Dentre eles, destaca-se: A existência de problemas para a compreensão dos conteúdos dos

documentos, como por exemplo, serem difíceis de ler por estarem escritos à mão ou por estarem danificados. Adicionalmente, tem-se a capacidade do pesquisador para selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Mesmo em instituições públicas o acesso pode ser restrito, a falta de um formato padrão para muitos documentos e a complexidade da codificação das informações neles contidas como parte das dificuldades de trabalhar com este tipo de pesquisa (CELLARD, 2008; KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015; JUNIOR *et. al.*, 2021; GARCIA *et. al.* 2016; SÁ-SILVA *et. al.*, 2009).

A pesquisa documental pode ser utilizada tanto sozinha quanto combinada com outras técnicas analíticas, como por exemplo a análise de conteúdo, análise do discurso, hermenêutica, entre outros, bem como demais técnicas de coleta de dados como a observação participante, análises quantitativas, aplicação de questionários e entrevistas. Adicionalmente, a pesquisa documental pode se realizar por meio da utilização de NVivo, ATLAS TI, IRAMUTEQ, Ambiente R e Excel. Assim, é demonstrado que a pesquisa documental é ampla e possui muitas formas de ser empregada.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de contribuir com a sistematização da utilização da pesquisa documental no âmbito dos estudos voltados para a temática de políticas públicas, visou-se criar e aplicar o protocolo proposto (Figura 1). O protocolo de pesquisa foi construído por meio da pesquisa bibliográfica, na qual foram analisados artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais relacionados à pesquisa documental. Assim, a pesquisa bibliográfica serviu como base para a elaboração tanto da revisão de literatura, como também para fornecer dados importantes que orientaram o protocolo proposto.

Em suma, o presente trabalho buscou elaborar o protocolo baseando-se na literatura acerca da pesquisa documental. Posteriormente, a fim de verificar sua pertinência no estudo das políticas públicas, visou-se aplicá-lo na política pública Brasil Sem Homofobia, política pública implementada em 2004 pelo Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

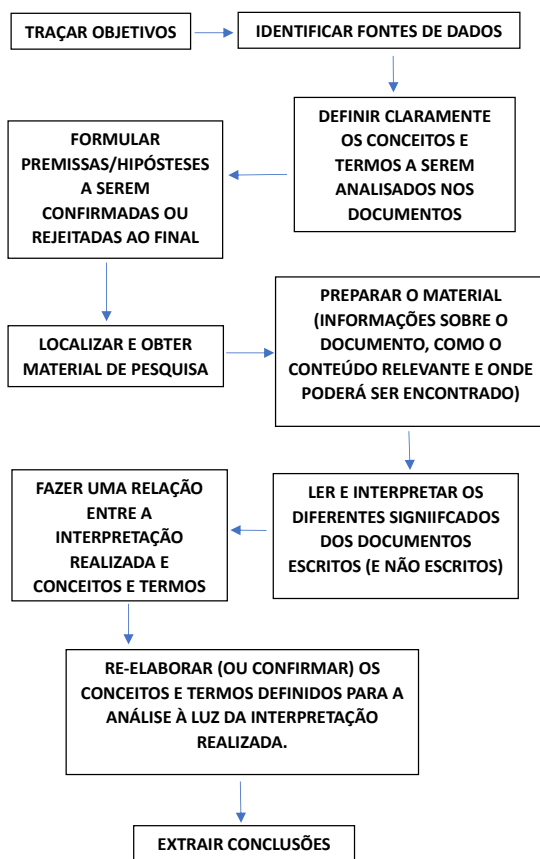
A presente política pública é considerada um importante mecanismo para combater a à violência e à discriminação e promover a cidadania LGBTQIA+. Assim, trata-se de um marco na luta pelo direito ao respeito e à dignidade. Esta política pública surgiu como resultado de uma articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada. Com o intuito

de compreender a política pública Brasil sem homofobia foi analisado o documento que a instituiu.

3.1 Proposta de protocolo de pesquisa

Mediante a necessidade de avançar em mecanismos capazes de ampliar a credibilidade e a confiança nas pesquisas documentais realizadas no âmbito das políticas públicas, buscou-se elaborar um protocolo. Esta é uma ferramenta capaz de direcionar os pesquisadores no processo de elaboração da pesquisa. O protocolo proposto é composto por oito passos que se iniciam com a definição dos objetivos, conforme a Figura 1.

Figura 1- Protocolo de Pesquisa proposto



Fonte: Elaborado pelos autores.

O primeiro passo constitui-se da premissa de que para haver uma pesquisa de qualidade é necessário traçar a problemática e o objetivo que se quer tratar de modo delimitado. Após a delimitação dos objetivos de pesquisa é necessário identificar quais as possíveis fontes de dados, quais os métodos que devem ser empregados para que a pergunta norteadora e o objetivo sejam sanados.

Caso seja identificado que a análise documental é a técnica que deve ser utilizada é importante definir os conceitos e termos que serão empregados na análise, para tanto, é importante realizar uma revisão de literatura ampla capaz de nortear sobre os melhores temas a serem utilizados para realizar a técnica.

Após as revisões de literatura é importante determinar as premissas ou hipóteses que devem ser confirmadas ou rejeitadas com o trabalho realizado. A partir daí o pesquisador pode se debruçar sobre o material de pesquisa, neste contexto é necessário identificar e obter documentos dotados de credibilidade, autenticidade, significação e representatividade.

Em sequência à coleta e seleção do material é necessário realizar uma pré-análise do material, na qual devem ser coletadas informações sobre o documento como, por exemplo, autores, ano, se está vigente, como o conteúdo é relevante, fonte, entre outros; neste momento sugere-se a criação de um quadro. Posteriormente, é possível ler e interpretar os significados dos documentos analisados.

Após isso é possível fazer uma relação entre a revisão de literatura e os dados coletados para ver se um corrobora com outro, possibilidade de inferências. Neste cenário, é importante discutir os resultados baseando-se na literatura escolhida, proporcionando avanços no campo científico.

Em seguida, é possível ver se as hipóteses ou premissas foram confirmadas, ou se devem ser reelaboradas com base na interpretação realizada. Para, enfim, extrair conclusões possíveis a partir dos dados, método e literatura existente.

Acredita-se que a aplicação deste protocolo na análise documental favorece o emprego da pesquisa documental em estudos relacionados à temática das políticas públicas. Ao seguir o protocolo os pesquisadores terão diretrizes que auxiliarão na sistematização da metodologia de pesquisa.

4. A INSERÇÃO DAS DEMANDAS LGBTQIA+ NA AGENDA GOVERNAMENTAL BRASILEIRA: APLICAÇÃO DO PROTOCOLO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

A partir da proposição do protocolo para a pesquisa documental, visa-se nesta seção realizar a aplicação deste modelo, tecendo considerações sobre sua aplicabilidade a uma política pública específica. De antemão, é válido ressaltar que o protocolo pode ser utilizado para composição de um *corpus* com diversos e distintos documentos, contudo, utilizaremos nesta pesquisa apenas o documento que promulgou o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH). A descrição das etapas que conformam a seleção dessa política pública, bem como sua análise sob a ótica da análise documental pode ser encontrada a seguir.

O primeiro passo compreende na elaboração do objetivo da investigação. Nesse sentido, visamos compreender a chegada das demandas da população LGBTQIA+ na agenda governamental brasileira. Conforme apontado pelo protocolo, o objetivo da investigação norteará todos os demais passos da pesquisa, em especial os procedimentos metodológicos. Dito isso, diante da necessidade de se compreender um fato específico na história brasileira e que possivelmente pode ser compreendido à luz de documentos oficiais e disponibilizados de fácil acesso, o estudo recorreu à análise documental.

O segundo passo prelecionado pelo protocolo se refere à identificação de fontes de dados. No caso específico, as fontes de pesquisa basearam-se em sites oficiais do governo brasileiro a fim de coletar informações que versassem sobre a chegada das demandas da população LGBTQIA+ na agenda governamental brasileira. Nesta etapa é importante frisar que as plataformas de buscas servem de apoio para seleção dos documentos a serem analisados, bem como outros materiais para subsidiar a revisão de literatura, que servirá como base para formular hipóteses sobre o objeto de estudo e também para ajudar a discutir os resultados advindos da análise documental de fato.

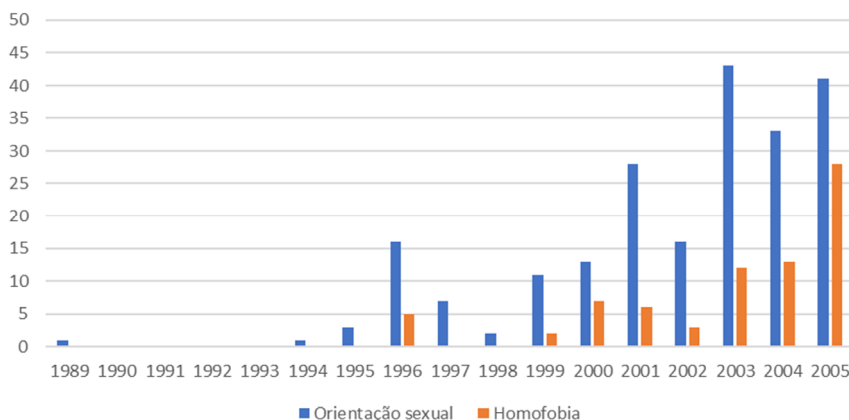
Uma vez selecionadas as principais fontes de dados, deve-se definir claramente os conceitos e termos a serem analisados nos documentos. Nesse sentido, conforme objetivo proposto, o estudo tomou como foco elementos que versassem sobre a chegada das questões LGBTQIA+ à agenda governamental. Assim, conforme apontado pela literatura, o Programa BSH foi a primeira política pública específica voltada para a referida população. Dito isso, os conceitos e termos a serem analisados foram “Brasil Sem Homofobia”, e especificamente “implementação” e “elaboração”.

O próximo passo compreendeu a determinação de premissas ou hipóteses a serem confirmadas ou rejeitadas. Com base na literatura consultada, o presente estudo parte da premissa de que as demandas da população LGBTQIA+ adentraram a agenda governamental no início dos anos 2000 em consonância com o recrudescimento da agenda nacional e internacional de direitos humanos. Com efeito, diante da conformação da militância LGBTQIA+ em formato de Organizações da sociedade civil (OSCs), anteriormente denominadas Organizações não-governamentais (ONGs). O estudo também sugere a hipótese de que a chegada desse tema à agenda governamental se deu por meio da reivindicação dessas organizações voltadas ao público em questão.

A próxima etapa do protocolo compreendeu a seleção do material a ser examinado pela análise documental. Uma vez realizada a busca em sites governamentais com os critérios supracitados, o texto-base do Programa BSH foi encontrado no site do Ministério da Saúde, adentrando o *corpus* da pesquisa para que fosse devidamente analisado. Faz-se necessário nesse momento a preparação do material, suscitando informações sobre o documento como o contexto de elaboração, autoria e principais elementos do conteúdo.

A respeito do contexto de elaboração, foi realizada uma pesquisa no site do Congresso Nacional com os termos “orientação sexual” e “homofobia” a fim de compreender a ascensão desses termos no âmbito público. Encontra-se na tabela a seguir o resultado dessa busca:

Tabela 1 - Frequência de aparição dos termos “orientação sexual” e “homofobia” no Site do congresso nacional ao longo dos anos



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do site do Congresso Nacional.

O primeiro fato interessante a se analisar se refere ao modo como esse tema adentra a esfera Legislativa, primeiramente sob a égide de “orientação sexual”, em 1995. É neste ano que a deputada Marta Suplicy (PT/SP) propõe o PL 1151/95 que visava permitir a união civil entre pessoas do mesmo sexo (BRASIL, 1995). Ainda que tenha tramitado por anos sem aprovação, o impacto simbólico desta proposição fomentou o debate na Câmara, atraindo outros parlamentares para se aliarem à temática, e promovendo uma abertura às ações impetradas pelo movimento LGBTQIA+ tanto na Câmara quanto no Senado (BRASIL, 2008).

A aparição do termo apresenta tendência crescente até o ano de 1996, momento em que se promulga o Plano Nacional de Direitos Humanos 1, que continha diretrizes voltadas para combate à discriminação por orientação sexual (PNDH-1, 1996). Com efeito, esta foi a primeira vez em que o termo aparece em documento oficial do governo (DANILIAUSKAS, 2011).

Em 1996 também se observa a emergência do termo “homofobia” nos documentos analisados. Mais especificamente, o termo surge na discussão durante a votação do PL 1151/95. Um fato que chama atenção é a utilização do termo “homossexualismo” por parte de alguns deputados, que inclusive votaram a favor do Projeto de Lei. Isso porque, o termo em questão remete à patologização da homossexualidade, sendo substituído ao longo dos anos por “homossexualidade”.

A partir de 1999 as menções aos termos “orientação sexual” e “homofobia” nos documentos do Congresso apresentam tendência crescente e constante. Mais especificamente, atingiu-se um pico em 2003 com relação ao primeiro, enquanto a utilização do léxico “homofobia” emerge de modo mais intenso a partir desse ano, considerado antecessor direto à promulgação do BSH em 2004. Tal análise pode ser explicada pela criação da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão sexual, em 2003, apontada como importante elemento para fortalecer a atuação do Movimento LGBTQIA+ no parlamento. A exemplo disso, pode ser citada a aprovação do PL 5003/2001 na Câmara que criminaliza a homofobia, mas que encontrou entraves para que fosse aprovado do Senado (BRASIL, 2008)

Uma vez realizado o exame do contexto de elaboração do documento, o estudo realizou uma pré-análise do documento. Para isso, foi criada uma nuvem de palavras com os léxicos mais recorrentes ao longo do texto base, apresentada na figura a seguir:

além de demandarem a política, também participaram ativamente de sua construção e implementação.

Desse modo, é válido ressaltar que a aplicação do protocolo emerge diante da necessidade de se entender questões específicas em determinados documentos. Assim, a análise documental deve ser guiada pelo objetivo proposto, pelos termos e conceitos previamente definidos no intuito de verificar se as hipóteses construídas nesse processo são confirmadas ou refutadas. No caso em questão, as hipóteses foram confirmadas pela análise documental, em especial diante do exame do contexto de elaboração e também dos atores sociais envolvidos nesse processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ofereceu um caminho metodológico a ser seguido, por meio do protocolo proposto. Caso um pesquisador se proponha a empregar o protocolo terá direcionamentos que possibilitarão legitimar como foi aplicada a metodologia, minimizando as críticas que a pesquisa qualitativa sofre.

O protocolo é um mecanismo que tende a direcionar o pesquisador desde o início da sua pesquisa e o guiará para a construção de um estudo com bases metodológicas fortes. Por meio da aplicação do protocolo na análise da política pública “Brasil Sem homofobia”, percebeu-se que esta ferramenta é útil para a condução do emprego da pesquisa documental em análises de políticas públicas. Cabe ressaltar que o protocolo proposto não deve ser entendido como algo rígido, possibilitando sua adaptação a distintos contextos de pesquisa. Dito isso, as etapas propostas podem ser revisitadas a fim de potencializar sua aplicabilidade, bem como robustecer o processo de análise documental.

A escolha da política pública analisada se mostra pertinente mediante a sua importância para a construção de um país democrático e que garanta os direitos a todos. Além disso, pesquisa do Poder Data realizada de 19 a 21 de junho de 2022 mostra que 63% dos brasileiros acham que existe preconceito contra homossexuais no Brasil, porém esse número pode ser muito maior. Devido a problemas como esse, em 2004 criou-se o programa “Brasil Sem Homofobia” com o objetivo de combater preconceitos contra os cidadãos LGBTQIA+. Para explorar mais essa política pública, observamos a legislação a partir da análise documental

A utilização do protocolo proposto para a política em análise se fez importante para investigar questões específicas circunscritas no documento. É válido ressaltar que a análise documental visa responder ao objetivo proposto, e não necessariamente esgotar as possibilidades interpretativas ao longo de todo documento. Assim, através da aplicação do protocolo foi possível perceber que o Programa BSH emergiu através da reivindicação de OSCs voltadas ao público LGBTQIA+, num contexto em que se visualizava grande violência a essa população, e que adentrou a agenda governamental sob a égide dos direitos humanos.

Uma vez cumpridas todas etapas do protocolo, as conclusões extraídas também podem servir de subsídio para a continuação da pesquisa, suscitando uma nova iteração do modelo proposto. No caso em questão, pode-se sugerir uma nova utilização do protocolo com o objetivo de compreender os principais objetivos do Programa BSH e os principais problemas sociais a serem enfrentados por essa política.

Cabe destacar que mesmo com a utilização do protocolo, indica-se, sempre que possível, utilizar-se da triangulação, a fim de que os resultados sejam corroborados. Adicionalmente, é importante que os pesquisadores tenham uma base sólida de leituras a fim de identificar quais os melhores documentos a serem utilizados.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Julio Araujo Carneiro; YOKOMIZO, Cesar Akira; BONACIM, Carlos Alberto Grespan. Miopias de uma lente de aumento: as limitações da análise de documentos no estudo das organizações. **Revista Alcance**, v. 20, n. 4, p. 431-446, 2013. DOI: <https://doi.org/10.14210/alcance.v20n4.p431-446>

BRANDT, Jaqueline Zermiani et. al.. Estratégia-como-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, v. 51, p. 64-87, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612147905>

CECHINEL, Andre et. al.. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18616/ce.v5i1.2446>

GARCIA, M. de O.; RODRIGUES, P. E. L.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R.; SILVEIRA, S. de F. R. Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 1, p. 41-68, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21714/2238-104X2016v6i1-25211>

REFERÊNCIAS

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

BORGES, Erivan Ferreira et. al.. Paradigmas na pesquisa contábil no Brasil: um estudo epistemológico sobre a evolução nos trabalhos de programas de pós-graduação em ciências contábeis. **Contexto**, v. 11, n. 19, p. 21-30, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Texto-base da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual**, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1151. **Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências**. Brasília. 1995

CELLARD, A. A análise documental. In **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2008.

DANILIAUSKAS, M. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação. 2011

DYE, T. R. Understanding public policy. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1992.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**: coleção pesquisa qualitativa. Bookman editora, 2009.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 11, n. 3, p. 402-418, set./nov. 2013.

GONSALVES, A. K. R.; ANDION, M. C. M. Ação pública e inovação social: uma análise do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis-SC. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 89, p. 221-248, 2019.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima *et. al.*. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Conferência: 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**. At: Aracajú, SE, BR. 2015. Volume: Investigação Qualitativa em Educação// Investigação Qualitativa en Educación//Volume 2.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Studying public policy**: Policy cycles and policy subsystems. Oxford: Oxford University Press, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. - 7. ed. Revista e atualizada - . Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SANTOS, M. P. G. **Políticas públicas e sociedade**. Maria Paula Gomes dos Santos. -2. ed. reimp-Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SA-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Documentary research: theoretical and methodological clues. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SILVA, Jorge Leal; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; DA SILVEIRA CUNHA, Nina Rosa. Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re) Aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, v. 10, n. 2, p. 23-41, 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

O MÉTODO DE “ESTUDO DE CASO” APLICADO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

PLÍNIO DOS SANTOS SOUZA
MIRIÃ RAMALHO BARBOSA

1. INTRODUÇÃO

O estudo de caso se trata de um método de pesquisa muito utilizado no campo das Ciências Sociais Aplicadas, em especial, na Administração Pública. No entanto, isso não significa que a frequente aplicação do método se traduza em sua adequada utilização considerando que há condições e critérios específicos necessários à sua aplicação (MARTINS, 2008). De uma forma geral, pode-se afirmar que o estudo de caso “é uma estratégia de pesquisa na qual um ou vários casos do objeto de estudo são examinados em um ambiente cotidiano da vida real” (THIEL, 2022). Estratégia que se mostra estreitamente vinculada ao problema de pesquisa – que, na conjuntura do estudo de caso, geralmente envolve questões a serem respondidas por meio do “como” ou “por que” (YIN, 2015).

Em termos de breve histórico, Martins (2008) afirma que as bases que fundamentam o estudo de caso enquanto método se tratam de uma das formas investigativas mais antigas utilizadas na medicina em relação a casos clínicos há mais de dois mil anos. Para Guerra *et. al.* (2015) as primeiras utilizações do método em si podem ser atribuídas a Malinowski (1884-1942), nos Estados Unidos e Le Play (1806-1882), na França.

Na oportunidade, ambos os trabalhos iniciaram suas investigações na busca pela identificação e compreensão de padrões de comportamento na sociedade de forma geral. Ainda em termos de revisão histórica se deve destacar também a Escola de Chicago – referência em termos de

pesquisa qualitativa em Sociologia, principalmente, relacionada à etnografia. No entanto, sua utilização não se restringe a este campo sendo, portanto, utilizado o estudo de caso em distintas áreas como a Psicologia, Administração, Enfermagem, Medicina, Nutrição, Educação entre outras (MARTINS, 2008).

As principais referências em relação ao estudo de caso enquanto método são Robert Yin e John. W. Creswell. Yin, cientista social norte-americano, possui trabalhos que datam da década 1980 com o trabalho seminal denominado “*The case Study Crisis: some answers*” até publicações mais recentes como “*Case study research and applications: design and methods*” - 2018. Trata-se de um dos autores mais conhecidos e referenciados, academicamente, em termos de pesquisa qualitativa, especialmente, sobre estudo de caso. Creswell, professor, acadêmico norte-americano, possui uma vasta produção científica destinada a métodos de pesquisa, principalmente os relacionados a métodos mistos, como por exemplo o livro denominado “*Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions* - 1998”. Deve-se, por fim, incluir também em termos de referência, Robert Stake, professor e pesquisador no campo da Psicologia Educacional, que foca seus estudos no campo da avaliação de pesquisas qualitativas. Destaca-se a obra de referência “*The Art of Case Study Research*” (1995) do mencionado pesquisador. Tais autores podem ser considerados ícones relacionados à temática deste capítulo, contribuindo de forma significativa para a produção de conhecimento no campo da pesquisa qualitativa de forma geral.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS DO MÉTODO

A origem do método, que se confunde com sua própria história, traz a compreensão de que o estudo de caso advém de pesquisas da área médica e psicológica. O método, neste caso, se apresenta enquanto estratégia investigativa específica que exemplifica dinâmicas de patologias relacionadas a casos clínicos. Assim, de acordo com Ventura (2007) o método “estudo de caso” e sua difusão estão intimamente ligados à prática terapêutica, no âmbito da Psicologia, onde se estuda a construção da história de um indivíduo. Outros estudiosos consideram campos, como

o da Antropologia e da Ciência Jurídica, enquanto espaços relevantes relacionados à constituição da origem do referido método.

No entanto, esta longa trajetória não garantiu ao método “estudo de caso” plena e adequada compreensão e utilização em pesquisas. De acordo com Gil (2002), durante muitos anos, este método foi considerado como pouco rigoroso, servindo apenas para pesquisas de natureza exploratória, hoje, no entanto, é visto como um delineamento ideal para pesquisas contemporâneas, dentro de seu contexto real. Neste sentido, o método estudo de caso possibilita a utilização de “várias fontes de evidências e, como qualquer outra estratégia de pesquisa, apoia-se nas proposições teóricas pré-estabelecidas para conduzir a coleta e a análise dos dados. Assim, a teoria serve como modelo para análise e comparação dos resultados e possibilita a generalização empírica” (PEREIRA et. al, 2009, p. 425). Razão pela qual se trata de um método intrinsecamente relacionado à teoria ou fundamentação teórica da pesquisa em questão.

Em termos conceituais, são abordadas três conceituações contemporâneas acerca do método “estudo de caso”. Para Yin (2015, p. 17) o estudo de caso pode ser compreendido como uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”. O mencionado autor destaca quais casos são mais apropriados a utilização do estudo de caso, e aponta que o método é adequado quando se pretende buscar “como” e “porque” um fenômeno ocorreu, quando o estudo não exige controle sobre eventos comportamentais, e tem como objetivo o estudo de acontecimentos contemporâneos (YIN, 2015).

Para Tracy (2020, p. 61) os estudos de casos são “análises contextuais aprofundadas de uma ou algumas instâncias de um fenômeno naturalista, fenômeno, como uma pessoa, uma organização, um programa, um evento, uma localização ou uma decisão”. E, finalmente, por Van Thiel (2022, p. 87) o estudo de caso é “uma estratégia de pesquisa na qual um ou vários casos do assunto de estudo são examinados em um ambiente cotidiano, da vida real”.

Pode-se de forma geral observar alguns importantes e convergentes pontos relacionados ao conceito do estudo de caso. O primeiro que se trata de um estudo aprofundado de investigação dentro de seu contexto real, ou seja, na situação de vida real em que o caso se expressa ou é executado. Tal realidade possibilita uma compreensão detalhada e singular

do caso e de suas nuances. Neste sentido, a forma de abordagem, de apresentação, descrição do caso e das intervenções realizadas deve ser realizada de forma bastante objetiva e detalhada. Ao se proceder desta forma se amplia a possibilidade de transmitir o que de fato aquele caso traz enquanto contribuição teórica e prática para determinado campo do conhecimento.

O segundo ponto denota que não há uma clara diferenciação entre o contexto em si, portanto, não há como isolar aquele da própria expressão do fenômeno a ser estudado. Segundo Yin (2015, p. 12) “o estudo de caso é preferido durante o exame dos eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados”. Para Flyvbjerg (2006) a proximidade do método com situações reais da vida possibilita ao pesquisador dois importantes ganhos. O primeiro se refere ao desenvolvimento de uma visão complexa e matizada da realidade demonstrando que o comportamento humano não pode ser compreendido como regulado ou ditado por regras. O segundo se refere ao fato de que os casos são fontes essenciais de desenvolvimento de habilidades para o pesquisador em termos de construção de uma boa pesquisa.

O terceiro ponto demonstra a existência de uma preocupação em termos de compreensão do fenômeno a ser estudado considerando, portanto, sua relação com o próprio contexto. “Cada fato relevante para o conjunto de eventos descritos no fenômeno é um dado potencial para o estudo de caso” (PEREIRA, *et. al.* 2009, p. 424). Tal realidade traz um importante desafio ao pesquisador em relação à escolha das categorias de análise a serem consideradas no estudo de caso bem como a respeito das fontes de evidências a serem utilizadas. Por esta razão, se recorre bastante à técnica de triangulação de dados em pesquisa.

Em termos de síntese, é recomendável a utilização do estudo de caso quando existirem três condições: a) a definição do tipo de questão de pesquisa pretendida; b) a extensão do controle sobre os eventos comportamentais reais; c) o grau de enfoque dos eventos contemporâneos em relação aos históricos (YIN, 2015). A respeito das condições acima expostas, Flyvbjerg (2006) afirma que as Ciências Sociais não conseguiram produzir resultados gerais independentes do contexto e tão pouco produziram teorias preditivas. Por estas razões, o estudo de caso, um método extremamente rico de produção de conhecimento, depende do contexto.

Acredita-se que, principalmente, por conta do exposto no último item há a necessidade de cautela em relação a realização de generalizações

a respeito dos resultados encontrados no âmbito de pesquisas em que o estudo de caso é utilizado enquanto método. Isso, no entanto, não deve ser considerado um demérito, pois os resultados advindos das pesquisas desta natureza contribuem para o estudo de fenômenos contemporâneos. Pois, contribuem para a consolidação do campo teórico bem como para ampliação de diferentes visões acerca de tais eventos. Por esta razão o estudo de caso pode ser potencializado por meio da utilização de métodos mistos de investigação que possibilitarão uma observação ainda mais holística do fenômeno.

Outro ponto a ser citado é o fato de o método estar alicerçado em um sentido fundamentalmente qualitativo; neste sentido, o estudo de caso é descrito por Denzin e Lincoln, na obra *“The Sage Handbook of Qualitative Research”* (2018, p. 603) como um método em “desacordo” com a orientação do trabalho considerado quantitativo no âmbito das Ciências Sociais. Pois, há uma mudança em termos de avaliação de variáveis (quantitativa) para uma perspectiva de comparativa de características que configuram determinado caso (qualitativa).

Ainda em termos conceituais, se faz necessário, para fins de direcionamento da pesquisa, a apresentação de possíveis tipos de estudo de caso. Neste sentido, Thiel (2022) aponta que uma das primeiras questões a serem definidas pelo pesquisador se refere ao número de casos a serem estudados. Ainda de acordo com a autora, às vezes, tal decisão se mostra facilitada, pois o assunto é único como a introdução de uma nova legislação específica ou o patrocinador da pesquisa assim delimita o caso a ser investigado. No caso de o “estudo de caso” ser único, ele pode admitir uma única unidade de análise (tipo 01) ou múltiplas unidades de análise (tipo 02). No caso de o estudo de caso ser múltiplo, ele pode apresentar uma única unidade de análise (tipo 03) ou múltiplas unidades de análise (tipo 04) (YIN, 2015).

A escolha por caso único ou múltiplos casos apresenta implicações. Por exemplo, Thiel (2022, p. 90) alerta que ao “optar por estudar apenas um caso, o pesquisador corre o risco de não conseguir fazer uma distinção entre o caso em si (exemplo: mudança organizacional) e a unidade de estudo (a organização estudada). Já o estudo de caso múltiplo possibilita uma nova configuração de questões e deriva da necessidade de entendimento de replicações literais e teóricas devendo seguir uma lógica de replicação e não de amostragem (YIN, 2015). Yin (2015) destaca que tal diferenciação não se faz em função hierárquica. Logo, há questões rele-

vantes que direcionam tal definição como a necessidade de replicação mencionada, os objetivos da pesquisa, a questão de pesquisa entre outros.

2.2 ETAPAS PARA APLICAÇÃO DO MÉTODO

Ao refletir inicialmente sobre o projeto de pesquisa Yin (2015, p. 31) especifica cinco componentes necessários à realização de pesquisa utilizando o método estudo de caso: “as questões do estudo de caso; as proposições, se houver; a (s) unidade (s) de análise; a lógica que une os dados às proposições; e os critérios para interpretar as constatações. Ainda de acordo com o autor ao se debruçar a respeito dessas definições o pesquisador, fundamentalmente, irá refletir e constituir uma teoria preliminar ou proposições teóricas que sustentem sua pesquisa.

De acordo com Yin (2015) é importante observar três condições para o uso do método apresentado neste trabalho. A primeira condição é a reflexão acerca da questão de pesquisa. A segunda se relaciona à extensão do controle do pesquisador em relação aos eventos comportamentais reais. A terceira se refere “ao grau de enfoque sobre eventos contemporâneos em oposição aos eventos totalmente históricos” (YIN, 2015, p. 09).

Além das recomendações acima prescritas, a aplicação do método estudo de caso requer uma prévia avaliação acerca de seu objeto de pesquisa, da questão do contexto levando em consideração, fundamentalmente, a questão de pesquisa e os objetivos da investigação. Neste sentido, é importante examinar se a unidade de análise escolhida consegue se configurar enquanto fonte de informações válidas e verídicas que contribuam para responder à questão proposta. Acerca da unidade de análise Yin (2015, p. 34) recomenda que “quando você chegar a uma definição de unidade de análise, não a considere definitiva. Sua escolha da unidade de análise, assim como as outras facetas de seu projeto de pesquisa, pode ser revista em consequência de descobertas durante sua coleta de dados”.

A pesquisa de estudo de caso “sempre fornece descrições ricamente detalhadas e extensas do fenômeno em estudo” (THIEL, 2022, p. 88). Para que este método cumpra seu propósito se faz necessário planejar sua execução. Neste sentido, são consideradas etapas que delineiam o método do estudo de caso (GIL, 2002; YIN, 2015). A primeira comum a outros métodos consiste na formulação do problema, ou seja, a apresentação

compromissada daquilo que será tratado ou investigado em termos de pesquisa. Tal etapa exige considerável grau de reflexão do pesquisador bem como imersão em termos de pesquisa e fontes bibliográficas. De forma específica, no estudo de caso, se mostra prudente compreender se o fenômeno a ser estudado é passível de delineamento através deste método. A segunda etapa consiste na definição da unidade-caso que pode ser um grupo, uma organização, por exemplo, que será analisado em um determinado contexto. Na sequência, devem ser explicitados os critérios de seleção do (s) caso (s). Acerca deste ponto, se pode adotar somente um caso ou múltiplos casos considerando, portanto, uma série de questões específicas da pesquisa que influenciam nesta decisão.

Uma terceira etapa consiste na elaboração de um protocolo de pesquisa. A adoção desta medida tende a garantir um maior rigor metodológico elevando assim a confiabilidade da pesquisa. De acordo com Yin (2015) o protocolo pode ser apresentado em quatro tópicos: visão geral do projeto; procedimentos de campo, fontes consultadas, advertências relacionadas ao objeto de estudo; questões que serão levantadas pelo pesquisador no processo de coleta de dados; guia para elaboração do relatório do estudo de caso – estrutura básica para realização da pesquisa. A quarta etapa considerada crucial em termos metodológicos é a coleta de dados. Oportunidade em que serão utilizadas técnicas variadas para obtenção dos dados pertinentes a serem investigados. A penúltima etapa consiste na análise de dados. A última etapa se refere à redação do relatório que pode assumir diferentes formas sendo a de caráter narrativo a mais utilizada.

Muito embora se tenha flexibilidade de mesclar diferentes técnicas de coleta e de análise de dados, o método para elaboração do estudo de caso possui considerável rigor metodológico. Logo, com vistas à garantia de validade e confiabilidade da pesquisa se adota muito frequentemente a triangulação – combinação de métodos tais como a observação, a pesquisa documental, análise de conteúdo. Por fim, o estudo de caso se trata de instrumento eficiente de compreensão de casos e fenômenos específicos captando questões subjetivas de forma criteriosa e aprofundada.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDO DE CASO

O estudo de caso tem sido frequentemente utilizado em pesquisa no macro campo de “Públicas”. Neste sentido, são apresentados determinados trabalhos, pesquisas, nacionais e internacionais, que se utilizam do método de estudo de caso. No entanto, se mostra salutar destacar de forma específica a revisão crítica feita por Guerra *et. al.* (2015) a respeito da utilização de estudos de caso na Administração Pública Brasileira. Os autores apontam que há inconsistências em relação à descrição do método bem como dos resultados em relação aos procedimentos de coleta de dados e técnicas de análise. Reforçam a necessidade de abordagens metodológicas mais precisas, principalmente, no que se refere à seleção dos casos e descrição dos resultados encontrados. Tal constatação reforça a importância de se trabalhar este precioso método de forma mais rigorosa, fundamentada e detalhada.

De igual forma se mostra relevante pensar como o estudo de caso pode se articular com as etapas do ciclo de políticas públicas ou em quais delas ele se mostra mais apropriado. Para fins conceituais, não obstante a outras classificações, é adotado como ciclo de políticas públicas os estágios definidos por Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 16): 1. Montagem da agenda; 2. Formulação de políticas públicas; 3. Tomada de decisão; 4. Implementação de políticas públicas; 5. Avaliação de políticas públicas. Considerada a relevância do método de estudo de caso e sua contribuição com cada etapa do ciclo de políticas públicas são exemplificados alguns estudos internacionais e nacionais que utilizaram o mencionado método enquanto estratégia investigativa.

No âmbito internacional, Thiel (2022) apresenta um dos estudos clássicos relacionados a estudo de caso e políticas públicas, realizado pelos autores Pressman e Wildavsky apresentado no livro - *How Great Expectations in Washington Are Dashed in Oakland; or, Why It's Amazing That Federal Programs Work at All*, publicado originalmente em 1973. Este estudo forneceu avaliação de implementação de um programa denominado *Economic Development Administration* (EDA) compreendendo as razões pelas quais a iniciativa não estava logrando o êxito esperado. Eles, a partir de suas descobertas, formularam proposições para uma nova teoria de implementação de políticas públicas. Logo os pesquisadores perceberam a necessidade de trabalhar a implementação de políticas

públicas de forma lenta e incremental, pois a aceleração deste processo causava resistências.

Em termos de produções acadêmicas internacionais contemporâneas, Green *et. al.* (2022) investigou por meio do estudo de caso o Safe System, abordagem dominante para a segurança no trânsito em Victoria (Austrália) por mais de quinze anos, analisando como esta se alinha com modelos de políticas públicas bem-sucedidas. Alfaro *et. al.* (2021) utilizou o método para investigação da dinâmica de formulação de políticas públicas para a extrema pobreza no Chile refletindo sobre o campo da Psicologia Comunitária e políticas públicas. Wehde e Perreault (2022) combinam fluxos de pesquisa e metodologias de Narrative Policy Framework para examinar diferenças individuais nas narrativas relacionadas às mudanças climáticas. Tratou-se de um estudo de caso exploratório por meio de uma aplicação de questionário junto a uma amostra por conveniência envolvendo estudantes de universidades públicas e grupos ambientais da mesma região.

No âmbito nacional, há uma série de trabalhos que utilizam o método do estudo de caso em termos de políticas públicas. Uma variedade de áreas e assuntos acerca dos quais o método estudo de caso pode ser utilizado como por exemplo: saúde, segurança pública, educação, esporte e lazer entre outros. Sobral, município do Ceará, é um bom exemplo de como foram realizados estudos de caso em áreas diversas de políticas públicas como educação e saúde. No campo da saúde, trata-se de uma das principais referências em termos de prevenção e promoção da saúde da família. Neste sentido, Pagani e Andrade (2012) analisam a implantação e atuação da preceptoria de território identificando competências dos preceptores. Além também de descrever o processo de educação permanente realizado pela estratégia de saúde da família em Sobral.

Outro exemplo clássico deste município trata da experiência exitosa no campo da educação – houve um salto em termos de qualidade educacional que fora recentemente reconhecido pelo Banco Mundial através de seu programa. Becskeházy (2018, p. 13) se debruça a conhecer este processo e situa “as reformas educacionais do Município no amplo contexto nacional e internacional das reformas do tipo qualidade dos anos 1990/2000, identificando e categorizando os principais fatores e componentes de política pública em nível local, estadual e nacional que contribuíram para seu sucesso cotejando-os com teorias existentes e já validadas em outros contextos”.

Em termos de trabalhos mais recentes, Tozato *et. al.* (2020) utilizou o método para avaliar o impacto de políticas públicas baseada em evidências utilizando o caso do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (PIBIC/ICMBio). Melo e Santa Rita (2021) utilizando o método com foco em avaliação de políticas públicas investigaram por meio do uso de casos múltiplos a relação entre o uso de instrumento de políticas públicas de CT&I e de Gestão da Inovação no âmbito do setor produtivo alagoano.

Estes são alguns exemplos de utilização do método do estudo de caso em relação às políticas públicas que não esgotam a contribuição, mas servem para materializar tal colaboração em termos de estratégia de pesquisa. Por fim, há que se destacar um ponto positivo relacionado ao método de estudo que se mostra extremamente aderente ao próprio processo de políticas públicas (que não se processa de forma linear) o que ajuda a explicar a grande utilização do método nas pesquisas – o seu grau de flexibilidade. Neste sentido, Saravia, Ferrarezi (2006, p. 29) sinalizam que “é importante destacar que o processo de política pública não possui uma racionalidade manifesta. Não é uma ordenação tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado”. Logo, o “estudo de caso”, com o seu protocolo e ajustes próprios necessários no curso da pesquisa, é um método que não aprisiona o pesquisador, possibilitando compreender de forma mais profunda e detalhada o fenômeno estudado.

3. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

Os elementos trazidos, neste capítulo, buscam demonstrar que o estudo de caso não se trata de um método arbitrário, subjetivo. Pelo contrário o estudo de caso quando bem planejado, fundamentado teoricamente e articulado à questão de pesquisa consegue trazer elementos específicos de compreensão do fenômeno. Elementos estes que possibilitam que a teoria possa ser aprimorada e/ou repensada. Acredita-se que por este motivo, Flyvbjerg (2006) reporte a Khun (1987) para apresentar que uma disciplina sem grande número de casos cuidadosamente executados é uma disciplina sem produção sistemática de exemplares. E que uma disciplina sem exemplares é uma disciplina ineficaz.

Além do mencionado é essencial perceber também a sua capacidade de articulação a outros métodos o que possibilita o fortalecimento de evi-

dências científicas. Além disso, o estudo de caso no campo das políticas públicas, possibilita o aprimoramento de etapas ou do próprio ciclo de políticas públicas considerando os resultados provenientes, por exemplo, da execução de determinada política. Em termos de considerações finais, fica o aprendizado da riqueza do método considerando a relevância de produção de narrativas de qualidade que permitam de fato compreender o fenômeno contemporâneo investigado.

Por fim, não obstante os consideráveis avanços, há ainda a necessidade de desenvolver diferentes estratégias de seleção dos casos, aprimorar a articulação de múltiplos casos considerando a importância da replicação teórica. Além também de apresentação mais clara e objetiva da importância do caso em termos de aprendizado para determinada área do conhecimento.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA, M; GOMES, A. O; SILVA FILHO, A. S. DA. Case study in public administration: a critical review of Brazilian scientific production. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 2, pp. 270-289, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151282>

MARIOTTO, F. L; ZANNI, P. P; MORAES, G. H. S. M. DE. What is the use of a single-case study in Management Research? **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 4, pp. 358-369, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020140402>

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

REFERÊNCIAS

ALFARO, J. et. al. Analysis of public policy formulation and its effect on the technical and professional work of the community psychologist: A case study, **J Community Psycho**, v. 49, n. 1, p. 10-29, 2021.

BECSKEHAZY, I. **Institucionalização do direito à educação de qualidade: o caso de Sobral (CE)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação de São Paulo, Universidade de São Paulo, p. 443, 2018.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**, Sage Publications, 2017.

FLYVBJERG, Bent. Five misunderstandings about case-study research. **Qualitative inquiry**, v. 12, n. 2, p. 219-245, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREEN, M; MUIR, C; OXLEY, J; SOBHANI, A. Safe system in road safety public policy: a study from Victoria, Australia, **IATSS Research**, v. 46, n. 2, p. 171-180, 2022.

GUERRA, M; GOMES, A. O; SILVA, A. Case study in public administration: a critical review of Brazilian scientific production. **Revista de Administração Contemporânea [online]**. 2015, v. 19, n. 2, p. 270-289, 2015.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 8 -18, 2008.

MELO, D. F. SANTA RITA, L. P. Políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação em Indústrias Alagoanas. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 8. n.2, p. 1-22, 2021.

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**. Coletânea, ENAP, v. 1, p. 21-42, 2006.

PAGANI, R; ANDRADE, L. O. M. Preceptoria de território, novas práticas e saberes na estratégia de educação permanente em saúde da família: o estudo do caso de Sobral, CE. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n.1, pp. 94-106, 2012

TRACY, J. S. **Qualitative Research Methods: collecting evidence, crafting analysis, communicating impact**. 2ª ed. Nova Jersey: Wiley Blackwell, 2020.

THIEL, S. V. **Research Methods in Public Administration and Public Management**. Nova Iorque: Routledge, 2022.

TOZATO, H. C. *et. al.* Avaliação De Impacto De Políticas Públicas: O Estudo De Caso Do PIBIC/ ICMBio No Brasil. **Revista da avaliação da educação superior** v. 25.3, p. 676-700, 2020.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

WOODSIDE, A. G. **Case Study Research - theory, methods, practice**. Emerald, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

PEREIRA, L. T. K.,; GODOY, D. M. A; TERÇARIOL, D. Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 3, pp. 422-429, 2009.

WEHDE, W; PERREAULT, M. Developing Survey Methods for Collecting Individual Policy Narratives: A case study of climate change narratives using an engaged convenience sample. **International Review of Public Policy**, v. 4, n.1, p. 01 – 21, 2022.

4

MÉTODO BIOGRÁFICO: CONTRIBUIÇÕES PARA PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LETÍCIA FONTES DE JESUS
REGIANE ROSA MARQUES

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou desenvolver o conhecimento aprofundado a partir de leituras, sobre os métodos biográficos. Em virtude disso, foram realizadas buscas para melhor entendimento, discussão e análises das características sobre o método biográfico. Deste modo, Santos e Davel (2021) apresentam sobre o método, trazem conhecimentos, contribuições pertinentes para compreensão, seu uso na administração, potencialidades e sistematização no processo do seu desenvolvimento. De acordo com os autores o método biográfico na área da Administração ainda se encontra reduzido, em pequenas partes (fragmentado) e se desenvolve em diferentes direções.

Os trabalhos de autoria de Oliveira *et. al.* (2013) trazem aspectos sobre a diferenciação sobre o método de História Oral e Método Biográfico, destacando que possuem algumas similaridades, mas que se tem diferença entre ambos. Estes autores proporcionaram esclarecimento sobre ambos os métodos, destacamos no decorrer deste trabalho essa diferença, com a finalidade de ter maior detalhamento de suas principais características, e auxiliar em um melhor entendimento.

Já os autores You e Sohn (2015) e Gubrium e Leirvik (2021), corroboram sobre a aplicabilidade do método biográfico acerca da empregabilidade,

no processo de integração laboral. Onde os respectivos autores fizeram estudos que utilizaram da história de vida dos envolvidos com o intuito de restaurar a relação entre a política e a experiência vivida, movimentando-se entre os níveis micro e macro.

A contribuição dos autores supracitados visa trazer elementos fundamentais para se desenvolver o método biográfico, como se dá o processo de entrevista, a narrativa, as características que se tem na entrevista, de como deve ser o papel do entrevistador, como ele deve se atentar nessa coleta de informações. Verifica-se que o método biográfico nas pesquisas em administração possui pouca robustez de conteúdo, dessa forma Santos e Davel (2021) em seus estudos buscaram construir aspectos fundamentais para a utilização do método e a sua aplicabilidade. Diante dessas características do método biográfico, a pergunta norteadora deste texto é: quais as finalidades dos métodos biográficos? Sua aplicabilidade na Política Pública? A contribuição que a teoria subsidia para o uso do método?

Com esse artigo se objetiva compreender e discutir mais sobre o emprego do método qualitativo, denominado método biográfico em pesquisas no campo das ciências sociais aplicadas, além de analisar quais são os seus pontos positivos e negativos, bem como compreender a diferença entre método biográfico e a história oral. Justifica-se ainda que por ser um método pouco utilizado esse estudo se faz necessário como forma de trazer maior abrangência para o tema, contribuindo para trabalhos futuros sobre a temática. A pesquisa visa desenvolver um aporte teórico e compreensão acerca da temática supracitada. O estudo foi dividido em três seções, o primeiro é a introdução, o segundo o desenvolvimento e o terceiro a conclusão.

2. METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho será realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando-se do método de pesquisa descritiva e exploratória com a finalidade de analisar o método biográfico. Realizou-se um levantamento bibliográfico como subsídio teórico, que segundo Gil (2008, p.50) é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Realizou-se uma leitura exploratória com destaque para os autores: Santos e Davel (2021), Oliveira *et. al.* (2013), You e Sohn (2015), Gubrium e Leirvik (2021).

Com o propósito de construção do conhecimento sobre o método biográfico na contemporaneidade para este estudo buscou se desenvolver uma pesquisa bibliográfica nas seguintes bases de dados: Web of Science (15 artigos como resultados), Scientific Periodicals Eletronic Library (SPELL) (13 encontrados); como descritores utilizamos “métodos biográficos”, “história de vida” e “administração”. Destes artigos encontrados, foram analisados os títulos e os resumos, foram selecionados artigos os quais trouxeram contribuição maior com o foco nos métodos biográficos na administração, e artigos recentes entre os anos de 2013 a 2021 com a finalidade de trazer contribuições para a explicação do método e as discussões recentes sobre o assunto.

3. DESENVOLVIMENTO

Oliveira *et. al.* (2013) descreve que o método biográfico surgiu com a crise da metodologia ligada à sociologia clássica, que estabeleceu o desenvolvimento de um procedimento investigativo capaz de levar em consideração os atos individuais concretos. O método é entendido nas ciências sociais, como produção controlada de uma narrativa relacionada à vida de uma pessoa, através de um sistema teórico orientado de procedimentos explícitos; o objeto de estudo deste método é o indivíduo em sua singularidade. O ponto central dos estudos biográficos é dar voz aos protagonistas do processo a ser investigado, em vez de falar por eles por meio de estudos teóricos. Uma de suas características que se destaca é a linguagem, pois é por meio dela que os participantes podem descrever suas decisões, interesses, frustrações e as experiências (OLIVEIRA; DEMBA; EMMENDOERFER; GODOI, 2013).

Santos e Davel (2021) distinguem as potencialidades do método biográfico em três aspectos. A primeira potencialidade diz respeito ao processo diante à construção da história organizacional, de modo a valorizar o indivíduo, e sua conexão com a dimensão coletiva. Já a segunda está ligada ao que os autores descrevem como “intensificação da reflexividade” que está ligado ao fato na geração de sentido e aprendizagem para o sujeito entrevistado, este ocorre a partir de suas vivências e da reflexão que os métodos proporcionam. E por fim, a terceira remete ao acesso de informações relevantes que o método pode proporcionar, ou seja, o seu uso pode ser adequado para o entendimento de problemas em que as informações precisam ser mais detalhadas. Esse potencial é relacionado a facilitação de poder ter acesso a informações que podem ser complexas.

Para além os autores Santos e Davel (2021) pontuam nove princípios centrais do método biográfico são eles: **Princípio da narrativa** tem como base as experiências que podem ser transformadas em narrativas; **Princípio da oralidade**, a entrevista é considerada a técnica fundamental na coleta de dados, o que dá destaque a oralidade; **Princípio do holismo** - permite uma análise e entendimento integral dos fenômenos (holístico) sobre as emoções, ações do indivíduo e relacionamentos; **Princípio do construtivismo** - entende-se os métodos biográficos como sendo construtivistas, devido ao fato de terem que associar elementos interpretativos com a construção de sentido; **Princípio do contexto** - a biografia contém informações que são sensíveis ao contexto, pois as histórias dos indivíduos estão ligadas às questões e acontecimentos de sua vida; **Princípio da situação** - os relatos expressam como os comportamentos, sentimentos e interpretações, que possuem uma dinâmica podem mudar ao longo do tempo; **Princípio da relação** à história de vida são informações de relações de vivências dos indivíduos, em que deve ser compreendido e demanda ao pesquisador que coloque as relações humanas como central no processo; **Princípio da autorreflexão** - os métodos permitem ao entrevistado fazer uma reflexão acerca de sua história, ao longo da descrição de seu relato; **Princípio da sensibilidade à contradição** - em virtude dos princípios abordados anteriormente (relação, contexto e autorreflexão), o método resulta em sensíveis contradições, devido ao fato de revelar a complexidade das experiências vivenciadas e suas incoerências;

As pesquisas de cunho biográfico têm como procedimento fundamental a entrevista. Entretanto, é possível a utilização dos métodos biográficos sem entrevistas e/ou com uso de outras fontes, como por exemplo, a partir de documentos, ou observação, diários, cartas, fotografias, cartões postais entre outros. A entrevista biográfica consiste na descrição de experiências vivenciadas pelos indivíduos (entrevistados). Para isso, Santos e Davel (2021) fazem considerações para esse processo de desenvolvimento do método.

Para o **planejamento** da pesquisa é necessário a adoção de algumas práticas, dentre as quais se destaca a necessidade de o pesquisador levar em consideração o seu papel na entrevista. Santos e Davel (2021) salientam que esse papel é de suma importância, pois a partir do entendimento da entrevista biográfica como ponto de transição, é que acontecem os processos de autonegociação, e emergem posturas previsíveis que re-

fletem ideologias dominantes, que podem ser contestadas no próprio processo de pesquisa.

Quanto à estruturação da entrevista, o pesquisador deve atentar-se à abordagem que será utilizada, no formato e também se deve planejar a duração dos encontros. A seleção dos entrevistados deve ter como base as escolhas de pessoas com uma vasta experiência para compartilhar sobre o assunto pesquisado. As questões éticas retratam sobre a proteção com as informações do entrevistado, de acordo com os direitos e privacidade (SANTOS; DAVEL, 2021).

Os procedimentos analíticos são compostos por análises de narrativa, que por sua vez se dividem em dois momentos. O primeiro é a etapa de transcrição que tem por objetivo transformar o tempo de entrevistas (documento primário) gravadas em uma narrativa legível (documento secundário). E o segundo é a etapa de interpretação que abarca o processo de construção de significado a partir do material coletado em conjunto com a base teórica estudada (SANTOS; DAVEL, 2021).

Para validar e estabelecer um significado é preciso considerar alguns fatores: (a) qualidade do relacionamento que o pesquisador tem com o entrevistado, (b) o tipo de interação que existiu durante a entrevista, (c) a perspectiva teórica adotada e (d) a própria subjetividade do pesquisador (SANTOS; DAVEL, 2021).

Santos e Davel (2021) pontuam também uma incipiência acerca da utilização do método biográfico pelos pesquisadores na área da administração, principalmente no Brasil. Percebendo-se uma escassez e fragmentação do levantamento biográfico (abordagens, conceitos e práticas de uso).

Na explicação de Oliveira *et. al.* (2013), a incipiência se dá pela falta de proficiência dos pesquisadores do campo e a escassez se dá pela generalização do método, que abarca, além dos fatos, a maneira como os indivíduos interpretam esses fatos.

Os autores Santos e Davel (2021) acrescentam que, a utilização do método biográfico contribui consideravelmente no avanço do conhecimento em administração desde que sejam levados em conta os seus princípios epistemológicos e uma aplicação correta dos procedimentos metodológicos e analíticos.

4. O MÉTODO BIOGRÁFICO E A HISTÓRIA ORAL: DIFERENÇAS

Os métodos biográficos podem ser confundidos com a História Oral, pois ambos possuem grandes similaridades. Os autores Oliveira *et. al.* (2013) discorrem sobre tal fato, e destacam que por mais que exista grande similaridade, cada um deles possui particularidades e se diferenciam. Em virtude disso, os pesquisadores se deparam com dúvidas referentes às técnicas que podem ser aplicadas e na escolha do processo metodológico.

De acordo com Oliveira *et. al.* (2013) existe proximidade entre os métodos citados anteriormente, principalmente pelo fato de utilizarem como foco a subjetividade dos sujeitos, ou seja, a partir destes que alcançam o entendimento dos fatos. Vale enfatizar que são utilizados para finalidades e objetivos diferentes. A História Oral busca maior compreensão do contexto que circunda o indivíduo, por outro lado, no Método Biográfico o foco principal é o indivíduo, o contexto social é percebido como algo complementar na história de vida.

A História Oral objetiva dar ênfase na história do contexto social, além disso os assuntos são analisados do ponto de vista de quem a experienciou. Já o Método Biográfico procura ter como objetivo a história do sujeito, por meio dele pode-se ter conhecimento do contexto social, porém não é o foco principal.

O método biográfico e a história oral possuem algumas semelhanças devido ao fato de ambos utilizarem a entrevista (narrativas e memórias da oralidade dos sujeitos). A verdade se concentra na versão apresentada pelo indivíduo e o foco está na subjetividade do indivíduo. Quanto a diferença entre eles, Oliveira *et. al.* (2013) destaca o objetivo proposto por ambos acerca do que se pretende investigar. Os métodos biográficos permitem investigar diretamente a vida do indivíduo, por outro lado a história oral busca a aproximação com o objeto de estudo através do que os indivíduos presenciaram.

5. UTILIZAÇÃO DOS MÉTODOS BIOGRÁFICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Os métodos biográficos na área das políticas públicas têm grande relevância, podendo ter um potencial para compreensão de fatos que trazem informações subjetivas do sujeito frente a programas sociais. Foram identificados estudos que contribuíram com a utilização do método em autores como You e Sohn (2015); Gubrium e Leirvik (2021); e Froggeth e Chamber-

layne (2004). Estes estudos ampliam a forma de entendimento da aplicabilidade do método biográfico em pesquisas voltadas para as Políticas Públicas, cada um com sua objetividade e finalidade em vários contextos.

Compreendendo as políticas de emprego para trabalhadores mais velhos na Coreia do Sul (uma pesquisa narrativa biográfica)

Segundo os autores You e Sohn (2015), as famílias longevas da Coreia do Sul (cerca de 50%) possuem uma renda de 50% menor do que a renda familiar média do país, e se encontram em estado de “pobreza relativa”. Apontam também que a Coreia do Sul inicia uma caderneta, onde nem todos estão em condições de terem. Porque o país não possui um sistema de seguro social para as pessoas idosas. Segundo a tradição coreana, os filhos apoiam os pais na velhice.

Diante desse cenário e o desejo de produzir conhecimento acadêmico acerca dos relatos de pessoas longevas empregadas, os autores coreanos You e Sohn (2015) trazem relatos de um estudo realizado na Coreia do Sul, onde utilizaram o método biográfico e a análise narrativa biográfica para levar maior conhecimento e compreensão sobre as políticas, programas e práticas de empregos aos mais longevos. E por meio das histórias de vida e experiências foi realizado um levantamento acerca do entendimento dos idosos empregados, para que pudessem entender que, através de suas histórias, poderiam construir perspectivas sobre políticas e práticas de emprego.

Os participantes das entrevistas fazem parte de uma organização voluntária “Clube Sênior” administrada pela Lei de Criação de Empregos (cria trabalhos para pessoas acima de 65 anos). As entrevistas, conforme os autores You e Sohn (2015), ocorreram por meio do contato e licença concedida pelos assistentes sociais. Dessa forma foram organizados horários e locais para as entrevistas após o consentimento.

Os autores You e Sohn (2015) relatam que, a maior parte dos entrevistados levantou a questão sobre a falta de políticas voltadas para a melhoria da empregabilidade dos idosos. Acrescenta-se que a empregabilidade pode ocorrer através das políticas tradicionais como políticas de saúde, educação, emprego e as infraestruturas sociais.

O artigo possibilita entender que a sociedade coreana necessita desenvolver condições adequadas e maneiras para que estes idosos possam pleitear uma vaga melhor e melhores condições no mercado de trabalho.

E o país pode ter um aumento da taxa de empregabilidade aos mais longevos, pois o percentual dessa população é grande no país.

Levando o tempo a sério: circunstância biográfica e experiência de integração no trabalho imigrante

Nessa mesma linha de processo de integração laboral considerando a temporalidade, os autores Gubrium e Leirvik (2021) relatam que, a estratégia política europeia em relação a imigrantes desempregados, com mudanças de foco na integração ao mercado de trabalho, devido às taxas relativamente altas de desemprego dos imigrantes que entram e migram na Europa com foco na Noruega. Então foi aplicado o método biográfico com o intuito de demonstrar como os participantes de um programa norueguês de ativação da mão-de-obra (GUBRIUM; LEIRVIK, 2021).

Gubrium e Leirvik (2021) se utilizaram do método biográfico, por meio da entrevista qualitativa com 14 participantes imigrantes que pertencem ao programa nacional norueguês de ativação de mão-de-obra Norwegian Qualification Program. Desses 14 participantes, 4 foram selecionados para ilustração, dos casos de circunstância biográfica e a criação de significado. Com a utilização do método biográfico os autores conseguiram uma compreensão acerca da variação nos entendimentos e comportamentos dos imigrantes que faziam parte das medidas de integração laboral. Conforme Gubrium e Leirvik (2021), foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes imigrantes (com 1h a 2h de duração) e para participar esses entrevistados estavam ativamente no Programa, e foram selecionados pelos assistentes sociais do Programa.

Gubrium e Leirvik (2021) ressaltam que todos os entrevistados tiveram seus nomes e identificação resguardados, os participantes possuíam diferentes níveis escolares. O foco das entrevistas foi: na vida dos participantes, como eles viviam com uma renda baixa na Noruega e suas experiências com o Programa de Qualificação.

Os autores supracitados corroboram que as diferentes histórias de vidas vão dando sentido à integração com o trabalho, à medida que a construção do sentido vai sendo dialeticamente moldada e delimitada, por meio dos efeitos estruturais de mudança política, regras e regulamentos.

Narrativas do empreendimento social da biografia à prática e crítica política

Froggeth e Chamberlayne (2004) realizaram um estudo em um bairro carente do interior de Londres, trazem contribuições a partir da análise de narrativas, tanto individuais quanto organizacionais dentro do Centro de Saúde (que abrange assistência social e educação) e comunidade, buscam pela compreensão dos discursos sobre empreendedorismo social e cidadania ativa.

Os autores identificam que o Centro é parte da empresa social com um histórico surpreendente na questão do desenvolvimento de habilidades e liderança entre seus voluntários. Assim, demonstra o benefício na utilização do método, para aperfeiçoar o entendimento profissional e habilidades, além de favorecer a conexão entre a pesquisa, prática e política pública. Com isso, é exemplificado com detalhamento sobre os métodos biográficos e sua aplicabilidade para a prática psicossocial.

As abordagens holísticas e terapêuticas são identificadas em diversas áreas, são frequentemente utilizadas por áreas que trabalham em contextos de ajuda, como em atendimento social, enfermagem, medicina e outras similares. Dessa forma, o método permite explorar as interconexões (relações entre os fenômenos) tanto da vida dos indivíduos, quanto de organizações e políticas públicas.

Os métodos biográficos podem ser fundamentais na restauração da relação entre a experiência vivida e a política, permeando assim aspectos micro e macro. Outro ponto relevante é que entendem a entrevista como um processo dinâmico. Foram realizadas as análises dentro das oficinas, os autores chamam de oficinas interpretativas, elas podem ser responsáveis por também levar o próprio participante a se surpreender e o grupo em geral (FROGGETH; CHAMBERLAYNE 2004). Conforme Froggeth e Chamberlayne (2004) as análises das entrevistas e interpretação foram importantes para compreender o que está composto na história. As histórias podem transmitir e revelar durante os relatos fatos que são essenciais, e até mesmo pela falta ou escassez deles, como é retratado no estudo, ocorreu a escassez no relato sobre as questões de trabalho e questões de relações familiares.

6. CONCLUSÃO

Os autores Santos e Davel (2021) retrataram os grandes desafios que o pesquisador pode encontrar ao utilizar o método biográfico. Existe o desafio de teorizar. É fundamental que o pesquisador se atente e não se deixe levar pelo encantamento das histórias de vida. Isso dificultaria o processo de interação e análise das narrativas de forma a gerar um conhecimento conceitual-teórico que represente uma contribuição efetiva para seu campo disciplinar. Outro desafio é o de focar: desafios de estabelecer procedimentos e aplicar métodos biográficos na manutenção do foco. Quando o pesquisador precisa manter o foco para manter os entrevistados focados em relatar experiências que sejam úteis para alcançar os objetivos da pesquisa.

Durante o processo de análise dos dados, demanda do pesquisador atenção ao objetivo da pesquisa, diante da riqueza de informações. Por fim, salientam sobre o desafio de respeitar a ética. A ética vai além do consentimento do entrevistado, confidencialidade e anonimato, ela implica também em compromissos éticos para que as inferências e deduções do pesquisador não deturpem a história de vida contada.

Outro desafio é o pesquisador ser capaz de se colocar na narrativa e assumir seu ponto de vista na investigação, com um olhar apurado para explicitar o contexto e não cair na superficialização do trabalho, pois a coleta de dados requer uma ampla quantidade de material que permite acesso mínimo de informações necessárias. (OLIVEIRA; DEMBA; EM-MENDOERFER; GODOI, 2013). É fundamental o conhecimento sobre os desafios que podem ser encontrados ao utilizar os métodos biográficos. Revelam-nos pontos a serem considerados desde o início da pesquisa, para atentar a esses pontos ao desenvolver a pesquisa.

Conclui-se que o método biográfico é aplicável em pesquisas de abordagem qualitativa. Ele possibilita a valorização do sujeito, dando prioridade aos princípios da oralidade a partir da narração. A história narrada é pertencente ao sujeito, mesmo sendo o pesquisador quem coleta e transcreve os dados. Ressalta-se que ainda são escassos os estudos que retratem a utilização dos métodos biográficos, principalmente com um foco em políticas públicas. Os autores utilizados para este estudo e as considerações retratadas podem proporcionar a outros pesquisadores a teoria, a importância para o entendimento de contextos complexos e como pode ser aplicado no campo da política pública. Acrescenta-se também a capacidade dos métodos biográficos de aperfeiçoar as habilidades e a compreensão profissional, trazendo uma nova relação dinâmica entre a investigação, a política e a prática.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA T. M.; MALOL, M. C. Estilos De Liderazgo E implicación Docente En Secundaria, Una Aproximación (auto)biográfica. **Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 25, n. 3, p. 197-218, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.30827/profesorado.v25i3.9309>

VAN RIJSWOUD, E. Virology Experts in the Boundary Zone Between Science, Policy and the Public: A Biographical Analysis. **Minerva**, v. 48, n.2, p.145-167, 2010. DOI: <https://www.doi.org/10.1007/s11024-010-9145-z>

HEALY, G. Visible And Invisible Borders In Time And Space History, Biography And Work Borders In A Research Career. **Equality, Diversity and Inclusion**, v. 38, n. 6, p. 676-691, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/EDI-03-2019-0106>

AGRADECIMENTOS

O artigo é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Somos gratos pelo apoio.

REFERÊNCIAS

CALASANS, R. G; DAVEL, E. Gestão de Carreiras Criativas, Identidade e Liderança Coletiva: a visão compartilhada do Baianasystem. **Revista de Carreiras de Pessoas**, v. 11, n. 1, p. 114-136, 2021.

FROGGETT, L; CHAMBERLAYNE, P. Narratives of Social Enterprise: From Biography to Practice and Policy Critique. **Qualitative Social Work**, v. 3, n. 1, pp. 61-77, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUBRIUM, E; LEIRVIK, M. S. Taking Time Seriously: Biographical Circumstance and Immigrant Labor Integration Experience. **Int. Migration & Integration**, v. 23, p. 303-320, 2021.

OLIVEIRA, M. J; DEMBA, A. P. M. B; EMMENDOERFER, M.L; GODOL, C. K. História Oral E O Método Biográfico: Congruências, Diferenças E Potencialidades De Utilização No Campo Da Administração. Brasília: **ENEPQ**, 2013.

SANTOS, F. P; DAVEL, E .P. B. Métodos Biográficos Para A Pesquisa Em Administração: Princípios, Potencialidades, Práticas E Desafios. **Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 430-461, 2021.

YOU, Y; SOHN, S. Understanding Employment Policies for Older Workers in South Korea (A Biographical Narrative Research). **Indian Journal Of Science and Technology**. India: Edição, 17. v. 8, p.1-7, 2015.

TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS: ENTRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS

ADRIANA SEVENINI COURI
BYANCA DOS PRAZERES FERREIRA

1. INTRODUÇÃO

A teoria fundamentada nos dados é um método de pesquisa qualitativa relativamente recente, proposta por dois sociólogos norte-americanos, Barney Glaser e Anselm Strauss, em 1967, momento em que a pesquisa quantitativa dominava quase absoluta. Em meio aos questionamentos quanto à validade das pesquisas qualitativas, os pais da teoria fundamentada nos dados estão entre aqueles pesquisadores qualitativos que abraçaram o compromisso de compreender e interpretar as experiências, influenciados por posturas éticas e políticas.

Sendo assim, é latente a preocupação quanto à representação da realidade em sua natureza socialmente construída, dos valores da investigação, e do diálogo entre investigador e objeto de pesquisa (LEITE *et al.*, 2012). Orientados por essa perspectiva, Glaser e Strauss desenvolveram a teoria fundamentada nos dados, um método de teorização de pesquisa qualitativa derivada, especialmente, da indução analítica e do Interacionismo Simbólico (LEITE *et al.*, 2012).

Glaser e Strauss publicaram um estudo intitulado “Awareness of dying”, no ano de 1965, que discutia a relação dos profissionais da saúde e pacientes em estado terminal, utilizando o método criado por eles. Posteriormente, em 1967, foi publicada a obra “The discovery of grounded theory, strategies for qualitative research”, no intuito de explicar a meto-

dologia da teoria fundamentada nos dados utilizada no estudo “Awareness of dying” de 1965 (GLASER; STRAUSS; STRUTZEL, 1968)

Gomes (2015) esclarece que o método, apesar de qualitativo, conservava aspectos de rigor, de linguagem, direção e objetivos que refletiam a herança quantitativa de Glaser e a influência pragmática de Strauss em agência, emergência, significado e ação. Entretanto, muitos debates e contribuições foram determinantes para que a teoria fundamentada nos dados se desdobrasse em vertentes, com variações concernentes tanto a aspectos técnicos quanto aos paradigmas de pesquisa.

Desse modo, a teoria fundamentada nos dados se consolidou em suas principais vertentes, clássica, straussiana e construtivista, bem como nos paradigmas objetivista e construtivista, retratando perspectivas distintas do método em relação às peculiaridades da sua aplicação e análise.

Fato é que muitos pesquisadores se interessaram pelo método e publicaram a respeito dele. Dentre esses autores, temos os fundadores das escolas que representam as três principais vertentes, autores que discutiram o método no âmbito da pesquisa em administração e autores importantes para o aperfeiçoamento teórico da teoria fundamentada nos dados.

Dentre os pesquisadores que representam as escolas das principais vertentes encontram-se Glaser e Strauss (Escola Clássica, 1967), Strauss e Corbin (Escola Straussiana, 1997) e Charmaz (Escola Construtivista, 2009). Na área da pesquisa em administração inserem-se Predebon e Souza (2006), Bianchi e Ikeda (2008), Lourenço *et al.* (2008), Pinto e Santos (2008), Petrini e Pozzebon (2009), Ikeda e Biachi (2009), Predebon *et al.* (2011), Pinto e Santos (2012) e Miguel e Popadiuk (2014). Por fim, em outros autores situam-se nomes como Goulding (1999), Madill *et al.* (2000), Glaser e Holton (2004), Bandeira-de-Mello e Cunha (2006), Tarozzi (2011) e Kenny e Fourier (2015). Adicionam-se a esses pesquisadores vários outros em diversas áreas, inclusive no campo das públicas.

Frente ao vasto campo de aplicação da teoria fundamentada nos dados, pode-se perquirir a respeito da possibilidade de sua aplicação para analisar as políticas públicas. De antemão, sabe-se que, diante da problemática social, o Estado (ou ente legitimado) deve assumir posturas que satisfaçam à demanda especificada. Nesse sentido, no âmbito da relação entre políticas públicas e teoria fundamentada nos dados, percebe-se um estreitamento quando o assunto nos remete às experiências humanas e suas demandas.

Portanto, diante da compreensão acerca da escassez dos recursos e da necessidade da gestão responsável, infere-se a importância de se justificar o aporte de recursos para priorizar determinada política pública em detrimento de outra, bem como para averiguar a viabilidade de determinada política pública que se encontra na agenda. Destaca-se assim a teoria fundamentada nos dados enquanto método apto a fornecer evidências importantes, além de sustentar as avaliações que perpassam todas as fases do ciclo das públicas.

Logo, o objetivo do presente capítulo é apresentar o método da teoria fundamentada nos dados e a sua relevância enquanto pesquisa qualitativa para analisar políticas públicas. Na introdução foram dispostos um breve histórico sobre o método, alguns autores importantes que publicaram sobre a teoria fundamentada nos dados e as possíveis relações entre o método e as políticas públicas. O tópico seguinte irá abordar, em sequência, os fundamentos e vertentes, a operacionalização do método e dois exemplos de aplicação do método em pesquisas acadêmicas que analisam políticas públicas. Por fim, serão apresentadas algumas reflexões sobre o método.

2. A TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS

A teoria fundamentada nos dados é, portanto, um método de pesquisa que consiste na análise da diversidade das experiências humanas. Partindo dos dados coletados e de seus processos interativos, se configura uma teoria com o intuito de assimilar o comportamento dos indivíduos. Cassiani, Caliri e Pelá (1996) relatam um fenômeno que é descoberto, desenvolvido e verificado pela coleta e análise sistemática de dados, de modo tal que a teoria emerge a partir da realidade.

Contudo, Baggio e Erdman (2011) destacam algumas inovações e divergências, consideradas pela comunidade científicas desde a apresentação da teoria fundamentada por Glaser e Strauss, no ano de 1967, proporcionando novos caminhos e mecanismos de pesquisa, assim como a ascensão de outros autores em obras próprias e independentes. Tal premissa importou em avanço teórico-metodológico da teoria fundamentada nos dados, de tal modo que outros pesquisadores e escritores da comunidade científica, além dos autores clássicos, passaram a aperfeiçoar o método.

Fato é que posteriormente à publicação da obra “The discovery of grounded theory, strategies for qualitative research”, os idealizadores da teoria fundamentada nos dados passaram a divergir sobre a aplica-

ção dos procedimentos metodológicos e exploraram linhas de pesquisa distintas. Glaser enfatizou a perspectiva clássica tornando-se seu principal expoente. Em outro viés, Strauss e Juliet Corbin, fundaram a linha straussiana (relativista) incorporando instrumentos de análise e etapas de desenvolvimento para a teoria. Na primeira década dos anos 2000, uma terceira vertente foi apresentada ao mundo por Kathy Charmaz, antiga orientanda de Glaser, pautada pela orientação construtivista (BAGGIO; ERDMAN, 2011).

Strauss e Corbin (1997) se expressam enquanto pós-positivistas explicitamente, vez que existe ligação teórica forte entre a teoria fundamentada nos dados straussiana e o Interacionismo Simbólico, além do pragmatismo que circunda esta vertente. Charmaz, por seu turno, afiança os fundamentos do “Interacionismo Simbólico” e do “Pragmatismo”, todavia, se opõe ao termo “pós-positivista” da vertente anterior no tocante à codificação. Dessa forma, Charmaz propõe a visão construtivista em metodologia interpretativa (CHARMAZ, 2014).

Em relação ao uso da literatura, Santos *et al.* (2018) ressalta que a teoria clássica recomenda a pesquisa por dados nua, sem qualquer conhecimento de obras pré-existentes, considerando apenas uma revisão teórica ao final. Strauss e Corbin (2008) seguem por caminho distinto ao proposto pela teoria clássica e sugerem uso apropriado e cauteloso da literatura durante as etapas de investigação. Por último, Charmaz (2014) aduz pela consulta da literatura em todas as etapas, advertindo que sua compilação seja posterior à análise de dados para não comprometer a atividade.

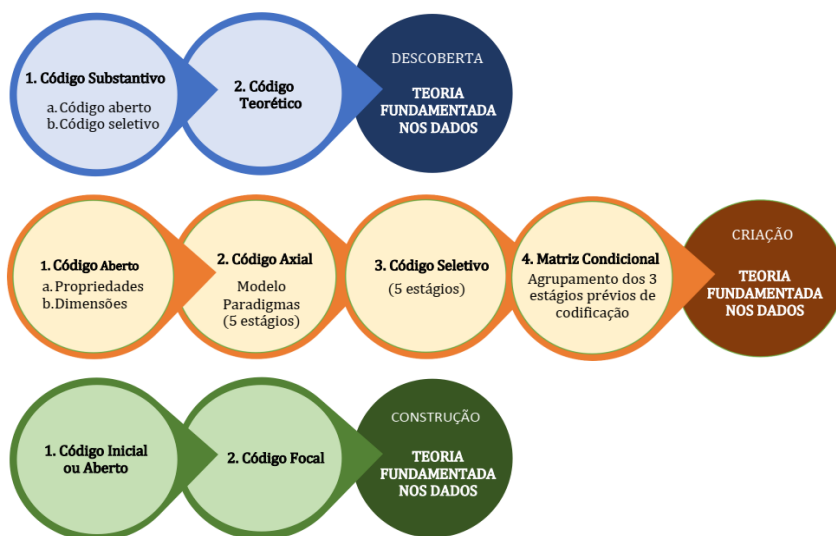
Entretanto, o principal aspecto que diferencia as vertentes teóricas do método é a forma de codificar os dados, um ponto de maior complexidade que será melhor abordado na seção a seguir.

2.1 Operacionalização

Os procedimentos que envolvem a aplicação do método da teoria fundamentada nos dados partem de uma matriz geral comum e se especializam no processo de contaminação entre as abordagens ou vertentes. Desse modo, Kenny e Fourier (2015) identificaram três modelos, a saber, clássica, straussiana e construtivista, diferenciadas tanto pelos paradigmas de pesquisa, quanto pelos procedimentos de codificação. Em relação aos procedimentos de codificação, os autores representaram tais abordagens por meio dos diagramas, conforme Figura 1. Observando tal figura o procedimento de codificação identificado pela cor azul se

refere ao método clássico, em alaranjado, ao método straussiano, e, em verde, ao método construtivista. A forma de codificar é, portanto, uma das principais características que permite identificar a vertente utilizada. Mas, afinal, o que é codificar?

Figura 1 – Procedimentos de codificação nas três abordagens da teoria fundamentada nos dados



Fonte: Adaptado de Kenny e Fourier (2015).

Codificar é um passo importante para se chegar aos conceitos e às categorias. Prigol e Behrens (2019) argumentam que codificação é a forma de questionar analiticamente os dados coletados. Para isso, os dados são selecionados, separados e classificados, ou seja, conceituados e categorizados (PRIGOL; BEHRENS, 2019). A discussão a respeito do que sejam os conceitos foi enfrentada por alguns autores, tais como Bernardes (2011) e Trentini (1987).

Para Bernardes (2011), conceito é “a determinação e representação de algumas das características do objeto pela consciência”, o conceito se refere ao objeto, porém não é o objeto real e sensível. Em adendo, Trentini (1987) ressalta que o conceito seria uma imagem mental, um símbolo, uma abstração de uma realidade, e, como tal, pode ser percebido de maneira

diversa. Cassiani, Caliri e Pelá (1996) assumem o conceito como aquele elemento de coerência “que identifica a sistematização de conhecimentos e a explicação dos acontecimentos, o incremento do saber e avaliação segura das hipóteses”.

Por sua vez, Bernardes (2011) assevera que categorias correspondem a um conjunto de fenômenos que apresentam características gerais comuns, ou seja, aqueles aspectos fundamentais para os conceitos. Nesse sentido, Bernardes (2011) correlaciona categoria e conceito da seguinte maneira:

[...] o conceito indica a determinação de certo aspecto singular do real, ao qual atribuímos destaque e o relacionamos com outras singularidades, definindo certa particularidade e certa universalidade. A categoria possui a universalidade como um de seus principais aspectos. O procedimento que incorre para o estabelecimento da categoria é similar ao do conceito, conquanto, para esta, a determinação de certo aspecto do real é *fundamental*.

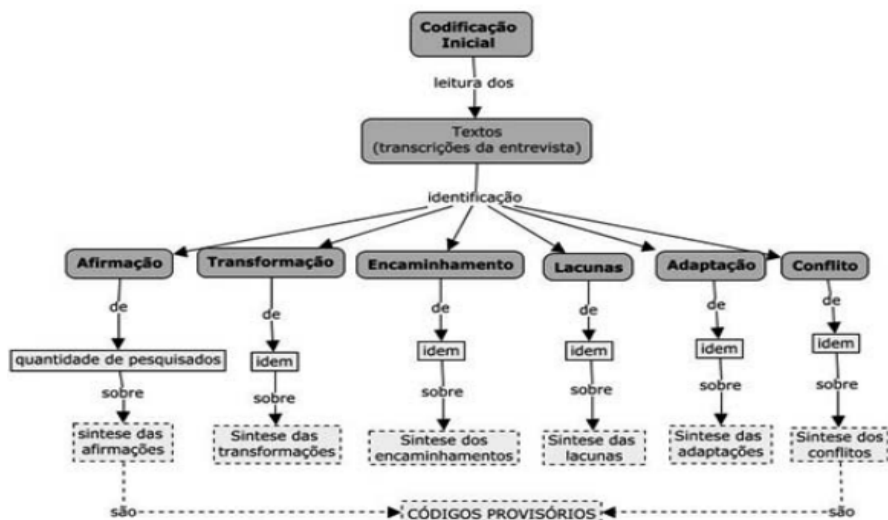
Ademais, Bernardes (2011) salienta que as categorias e os conceitos são “instrumentais teóricos que só possuem validade dentro de uma lógica concatenada coerentemente, teoria e método”. Desse modo, pode-se inferir a relevância da codificação, como sendo uma etapa crítica para a construção de conceitos e categorias que, por sua vez, antecedem e sustentam as teorias.

Teoria pode ser definida como “um conjunto de afirmações que organiza um conjunto de hipóteses e as relaciona a observações segregadas” (SILVA, 2018). De maneira semelhante, Cassiani, Caliri e Pelá (1996) entenderam a teoria como aquela consistente na “explicação sistemática das relações entre um conjunto de variáveis, sendo também uma explicação de um fenômeno particular [...] eventos ou conceitos abstraídos da realidade com o propósito de explicá-las”. Infere-se, portanto, que teorias também são abstrações, ou melhor, são representações simbólicas que visam descrever, explicar, prever ou prescrever a respeito dos aspectos de uma determinada realidade, articulando, para tanto, um conjunto de declarações de maneira organizada, coerente e sistemática (MELEIS, 2012).

Tendo em vista a importância da codificação, interessa compreender as etapas pelas quais se desenvolvem as codificações aberta ou inicial, seletiva, substantiva, axial, focalizada e teorética. A Figura 2 ilustra o

processo de codificação inicial. Cassiani, Caliri e Pelá (1996) abordam a codificação aberta enquanto categorias em que o pesquisador enquadra os incidentes. Os dados são coletados, registrados e analisados linha a linha. Os incidentes são, então, codificados em uma chave que se denomina código aberto. A codificação aberta ocorre nas três vertentes.

Figura 2 – Síntese do procedimento de codificação inicial



Fonte: Prigol e Behrens (2019)

A codificação seletiva, por sua vez, está presente nas vertentes clássica e straussiana (KENNY; FOURIER, 2015). Para se chegar ao código seletivo por meio do modelo clássico, os autores explicam que os códigos abertos são submetidos a agrupamentos, comparações, análises e categorizações constantes, de modo que as categorias se tornam densas, havendo a emergência da categoria central (*core category* ou *core variable*). O procedimento de codificação seletiva se desenvolve com foco na categoria central e nas categorias que a ela se relacionem, sendo que o pesquisador deve estabelecer uma amostragem teórica visando refinar a coleta de dados (KENNY; FOURIER, 2015).

Uma característica relevante do método se refere à amostragem teórica, que ocorre no momento da codificação seletiva. Glaser e Strauss (2006) explicam que a partir dos dados já coletados, analisados e codifi-

cados previamente, o analista decide a respeito dos próximos dados, tendo por balizamento a teoria emergente. Kenny e Fourier (2015) ressaltam que, na medida em ocorre a saturação das categorias, verificam-se os seguintes resultados: a categoria central se densifica e suas relações teóricas com outras categorias se tornam aparentes, com consequente redução das categorias para maiores níveis de abstração até que se atinja a codificação substantiva.

De outro modo, no modelo straussiano, a codificação seletiva será alcançada com a codificação axial. Na codificação aberta ocorre o desenvolvimento e a saturação das categorias que passam a ser demarcadas por suas propriedades (características) e dimensões (KENNY; FOURIER, 2015). De acordo com os autores, a codificação axial reflete o processo de conexão entre categorias e subcategorias a partir de um modelo pré-concebido: o modelo paradigmático. O modelo paradigmático estabelece subcategorias nas quais cada categoria é dividida e enquadrada, com vistas a densificação de suas propriedades e dimensões (KENNY; FOURIER, 2015). Segundo os autores, as subcategorias propostas pelo modelo paradigmático inicial foram: condições causais, contexto, condições intervenientes, estratégias de ação/interação, consequências.

Figura 3 – Síntese da estrutura de subcategorias



Fonte: Prigol e Behrens (2019)

Na vertente straussiana, as etapas que conduzem à codificação seletiva se orientam por procedimentos complexos. A partir de processos de integração, os códigos axiais atingem elevado nível de abstração de modo que emerge uma categoria central (KENNY; FOURIER, 2015). Os autores ressaltam a incidência de cinco estágios sobre a categoria central:

- a) Relatar a categoria;
- b) Estabelecer, a partir do paradigma, relações entre a categoria central e categorias subsidiárias obedecendo a sequência “condição que leva ao fenômeno que leva ao contexto que leva à ação/interação que leva às consequências”;
- c) Identificar propriedades e dimensões da categoria central, agrupando as categorias subsidiárias;
- d) Validar;
- e) Empregar amostragem teórica para densificar os conceitos de determinadas categorias.

De pronto, percebe-se que o método straussiano envolve mais etapas, e se caracteriza pela utilização do modelo paradigmático, com o objetivo de garantir maior objetividade na análise dos dados.

Resta agora explicar o que se entende por codificação focalizada e por codificação teórica. Prigol e Behrens (2019) relatam que a codificação focalizada pode ser “entendida como um momento da pesquisa em que o pesquisador utiliza códigos já mapeados (da codificação inicial)”, selecionando aqueles mais significativos e frequentes. Tais códigos são elevados à categoria de códigos teóricos provisórios, e submetidos à amostragem teórica, saturação e registro de memorandos (KENNY; FOURIER, 2015).

Figura 4 – Síntese do procedimento de codificação focalizada

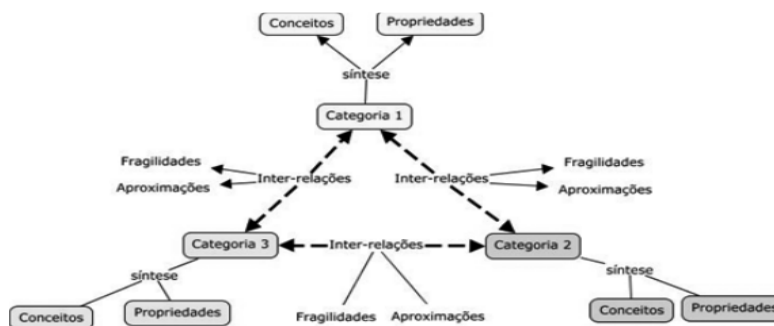


Fonte: Prigol e Behrens (2019)

Por fim a codificação teórica, prevista pela abordagem clássica, se configura por alto nível de abstração, que resulta da conceitualização a partir das interrelações entre conceitos substantivos (KENNY; FOURIER, 2015). Significa um nível de abstração que eleva a teoria a algum nível de generalização, tornando-a universal. Ao que Glaser e Strauss (2006)

denominam teoria formal, ressaltando que, apesar da possibilidade de que teorias formais derivem diretamente dos dados, elas também podem se originar de teorias substantivas. Teorias substantivas seriam aquelas atinentes a situações mais específicas, portanto, com menor abrangência (CORRÊA; GOSLING, 2020).

Figura 5 – Síntese da codificação teórica



Fonte: Prigol e Behrens (2019)

Outra diferença que se verifica entre as vertentes do método da teoria fundamentada se refere ao processo de formulação da teoria: na abordagem clássica pretende-se a descoberta; na vertente straussiana, busca-se a criação; por fim, na vertente construtivista, obviamente, se almeja a construção (KENNY; FOURIER, 2015).

2.2 Teoria fundamentada nos dados: pesquisa e análise de políticas públicas

As pesquisas atinentes às políticas públicas vêm ocupando espaços cada vez mais abrangentes nas publicações acadêmicas e se mostram relevantes para a constituição de um acervo de evidências que sustentem as decisões e as ações governamentais. Nesse sentido, pesquisadores da área de públicas demandam e produzem dados que auxiliam na tomada de decisões, otimizam processos, redirecionam atividades, sugerem investimentos ou mesmo desinvestimentos, tendo por certo que todas essas ações necessitam de respaldo, vez que os recursos são escassos e, por conseguinte, reclamam boa utilização e melhor gestão.

Ora, a utilidade da teoria fundamentada nos dados para analisar as políticas públicas pode ser constatada partir dos achados decorrentes de pesquisas exploratórias em alguns bancos de dados. Os resultados também indicam maior incidência do método em teses de doutorado, o que sugere a necessidade de treinamento e experiência do pesquisador ou do agente público para a sua consecução.

Visando conferir maior compreensão a respeito da aplicação do método nas políticas públicas serão apresentados dois exemplos de pesquisas que o utilizaram, bem como uma breve discussão dos casos, apontando em cada um deles, o referencial teórico utilizado para a política pública, enquanto objeto de análise.

2.2.1 Analisando uma política pública na área de turismo

A análise da política pública em destaque resultou em tese de doutorado. Sob a rubrica “Políticas públicas de turismo: interação empresários-setor público em Curitiba sob a ótica institucional”, o autor e pesquisador Bruno Martins Augusto Gomes desenvolveu sua pesquisa em 2015, na Universidade Federal do Paraná. Teve por finalidade compreender as interações estabelecidas entre empresários e o setor público nas políticas públicas de turismo, contemplando os “aspectos econômicos inerentes” e os “efeitos socioculturais e ambientais” (GOMES, 2015).

Para a consecução da pesquisa, o autor partiu da proposição de que os agentes atuantes nas políticas públicas de turismo são empresários e setor público. Desse modo, a questão geral levantada indagou sobre como ocorria as interações entre empresários-setor público no interior dessas políticas públicas, definindo a cidade de Curitiba para essa análise. A questão geral por sua vez desdobrou-se em: como analisar essas interações, em qual contexto, quais as instituições que participam dessas interações e quais aprendizagens decorrem dessas interações.

Inicialmente, o autor procedeu à construção de um referencial teórico, em que definiu a teoria institucional para guiar sua pesquisa em torno das interações estabelecidas entre os agentes públicos e privados que atuam no setor de turismo da cidade de Curitiba, a despeito do reconhecimento da necessidade de complementá-la “com os conhecimentos específicos sobre o que está institucionalizado nas políticas públicas” (GOMES, 2015).

Pautou-se, portanto, pelo modelo do ciclo de políticas públicas, diante da complexidade da política pública em questão e do objetivo “de analisar

os hábitos de pensamento e ação presentes na interação entre agentes” (GOMES, 2015). Porém, o autor ressaltou que o foco de sua análise visava o “comportamento dos agentes nas distintas políticas públicas de turismo”, não se tratando de uma política específica, o que fundamentou o complemento por meio de “outras variáveis trazidas pelo incrementalismo, fluxos múltiplos e do gerencialismo público”.

Apresentados o problema de pesquisa, os marcos teóricos, e os objetivos pretendidos, Gomes (2015) justificou sua escolha pela teoria fundamentada por entender que o setor do turismo envolve multidisciplinaridade, o que enriquece o debate. Em adendo, o autor aduz que os saberes já constituídos sobre o tema, em outras áreas, precisam ser agregados em torno de uma teoria específica para o turismo.

É importante enfatizar que o autor, em diversos momentos da sua tese, deixa muito claro que teorias pré-existentes são relevantes, no entanto, são propostas no intuito de construir um arcabouço de conceitos específicos sobre a interação em análise, não se tratando de hipóteses a serem testadas (GOMES, 2015). Internalizados os esclarecimentos, após a construção do seu referencial teórico e justificação pela escolha do método da teoria fundamentada nos dados, Gomes (2015) deu início aos procedimentos inerentes ao método.

Os procedimentos de coleta foram conduzidos a partir de entrevistas de 26 agentes, entre públicos e privados; as entrevistas foram gravadas com anterior autorização do entrevistado e cumprimento das regras previstas pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (GOMES, 2015). Ademais, o autor ressaltou a necessidade de uma amostragem que fosse se formando no decorrer da pesquisa, visando ao aprofundamento das lacunas identificadas. A saturação dos dados seguiu as orientações de Strauss e Corbin² (STRAUSS; CORBIN, 2008 *apud* GOMES, 2015). Quanto à amostragem, adotou-se amostragem tipo bola de neve³, em que os entrevistados indicam outros que consideram relevantes para a elucidação das questões abordadas na entrevista (ALENCAR, 2007 *apud* GOMES, 2015).

² *In*: STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução: Luciane de Oliveira da Costa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

³ *In*: ALENCAR, E. **Pesquisa em Turismo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007.

Os procedimentos de análise contaram com a tecnologia do *software* Atlas TI. Gomes (2015) traz o seguinte sequenciamento de procedimentos:

- a) Criação de lista de temas do referencial teórico no Atlas TI;
- b) Transcrição das entrevistas e criação de arquivos de texto para as palavras:
 - a. Separação das falas dos entrevistados classificando-as a partir das seguintes variáveis:
 - i. Mapa dos agentes e contexto;
 - ii. Abordagens institucionais;
 - iii. Interação;
 - iv. Políticas públicas;
 - v. Políticas públicas de turismo.
- b. Transferência dos arquivos de textos para o Atlas TI;
- c) Agrupamento das variáveis em categorias denominadas conceitualização;
- d) Ampliação das categorias por meio de codificação aberta através da elaboração de memorandos;
- e) Codificação axial;
- f) Codificação seletiva;
- g) Refinamento da teoria.

Os resultados obtidos são referentes à própria teoria formulada pelo autor, buscando responder à questão central e seus desdobramentos. Elenca-se, nesse sentido, a elaboração do modelo de análise das interações, a partir do referencial teórico; a identificação das instituições que participam dessas interações, ocorrendo, principalmente, por meio das associações, sendo pautadas por comportamentos de lealdade, sem, contudo, excluir os mecanismos de uso da voz ou adoção da saída. Por fim, quanto às aprendizagens decorrentes da análise das interações, o autor observou que o êxito para a contemplação das propostas das públicas está intimamente atrelado ao aproveitamento das janelas de oportunidade, além de identificar a predominância, por um lado, dos contatos pessoais, de outro, de negociadores ligados aos sindicatos e às associações.

A pesquisa em discussão trouxe ao debate as interações entre agentes públicos e privados no setor de turismo de Curitiba, concluindo pela importância de tal conhecimento, com vistas a potencializar as interações,

criando ambiente favorável para além do mero aproveitamento das janelas de oportunidades.

2.2.2 Analisando uma política pública na área de proteção ambiental

A segunda pesquisa que utilizou a teoria fundamentada nos dados no âmbito das públicas também se refere a uma tese de doutorado, intitulada “Seguindo tartarugas e tubarões na análise de uma política pública para a conservação da natureza”, de 2017. Seu autor é Gilberto Sales, que desenvolveu sua pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

O autor teve por objetivo analisar uma política pública ambiental com foco na conservação de espécies marinhas ameaçadas de extinção pelos impactos da atividade pesqueira (SALES, 2017). Para tanto, o autor utilizou a vertente construtivista da teoria fundamentada, pressupondo que as “relações entre humanos e espécies marinhas [...] determinam um fluxo de ações desencadeado pelas descobertas das ciências e pelo estabelecimento de estruturas e normas”, tendo por agente central o Estado através de suas instituições, a saber, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Contextualizando a respeito da política pública em questão, Sales (2017) identificou as estruturas institucionais que culminaram na sua construção, a saber: o Projeto Tamar, contemplando a proteção a determinadas espécies de tartarugas, e o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Pesca no Brasil, pelo interesse na sustentabilidade de recursos pesqueiros. No entanto, vários desdobramentos posteriores permitiram o desenho atual da política ambiental, em grande parte desconstruído durante o percurso.

O problema proposto por Sales (2017) posiciona a seguinte questão: como a Administração Pública brasileira atua no desenvolvimento de referida política pública? Quais contribuições da Administração Pública brasileira determinam as configurações dessas políticas e influenciam seus resultados?

Os marcos teóricos orientaram o problema de pesquisa. Sales (2017) informou que sua lente de investigação considera a administração pública como integradora dos fatores que limitam a ação governamental de determinada política pública. Se, por um lado, as teorias sobre as políticas públicas enfatizam sua complexidade e a circularidade de seus processos,

por outro, ressaltam a reduzida racionalidade em torno dos processos decisórios, assumindo o peso dos fatores subjetivos, culturais e contextuais nas diversas etapas do ciclo (SALES, 2017).

Portanto, as explicações sobre as fragilidades e potencialidades das políticas públicas perpassam pela discussão em torno da capacidade da administração pública de atuar como propulsora, *policy-oriented*, ou seja, a administração pública se torna uma variável que determina o sucesso ou o fracasso da política pública (SALES, 2017). Para efeitos da administração pública, o autor considera a tendência ao deslocamento do modelo de gestão gerencial para formas específicas de governança, em especial aquelas que adotam a teoria da ação social coletiva. Além do fator modelo de gestão, Sales (2017) coloca em debate a distância entre a teoria e a prática, entre Direito e Administração Pública, prevalecendo o Formalismo em detrimento da substância.

Para concretizar sua pesquisa, Sales (2017) apresentou as etapas de seu desenvolvimento:

- a) Escolha do tema e do fenômeno a ser pesquisado;
- b) Problematização;
- c) Coleta de dados e observação empírica;
- d) Composição do *corpus*;
- e) Análises:
 - a. Conceitos sensibilizadores;
 - b. Codificação conceitual;
 - c. Composição de categorias conceituais e construtos;
 - d. Relação entre conceitos e categorias – agrupamento em “famílias”;
 - e. Formulação de hipóteses teóricas – elementos do enredo;
 - f. Voltas aos dados e às análises;
 - g. Saturação teórica.
 - h. Resultados.

Sobre esses procedimentos, Sales (2017) ressalta a importância do movimento de ir e vir que se estabelece entre a coleta de dados, a codificação e as reflexões analíticas. Kenny e Fourier (2015) ilustram de maneira compreensível esse movimento. Os autores relatam que os dados coletados são submetidos à análise metódica, linha a linha, os incidentes

são codificados e, logo após, agrupados em categorias. De tal modo que coleta, análise, codificação e categorização de dados são realizadas de modo simultâneo, sequencial, subsequente, programado e fortuito, em três níveis de comparação constante, a saber, – códigos comparados entre si, códigos comparados com categorias emergentes e categorias comparadas entre si (KENNY; FOURIER, 2015; GLASER; HOLTON, 2004). Ademais, o autor chama a atenção para a codificação⁴, “o elo fundamental entre a coleta dos dados e o desenvolvimento de uma teoria emergente para explicar esses dados” (CHARMAZ, 2009 *apud* SALES, 2017).

Sales (2017) trouxe uma esquematização em etapas sucessivas:

a) Codificação

a. Definição das grandes categorias, gerais e provisórias, formadas por conceitos sensibilizadores advindos de pesquisas anteriores e do referencial teórico. Nessa etapa são formuladas as questões que serão submetidas ao processo de coleta de dados. Identifica-se nessa etapa a visão de mundo do pesquisador e a separação do objeto de pesquisa em partes;

b. Codificação dos dados originados pelos participantes com o sentido de reconhecer as categorias teóricas dos enunciados. A elaboração de memorandos e notas é essencial para esta etapa, que será inicial e focalizada:

i. Codificação inicial: aberta e livre, a partir de categorias gerais e conceitos;

ii. Codificação focalizada: os códigos iniciais são densificados, resultando em categorias mais elaboradas que sejam capazes de reconhecer conexões entre conceitos e interações entre categorias e conceitos, de forma a elaborar construtos que gerem o fio condutor da narrativa.

c. Teorização e formulação de hipóteses teóricas a partir da combinação dos construtos. Trata-se de processo recorrente e circular que reclama recodificação de conceitos e interações, sempre que necessário.

⁴ In: CHARMAZ, K., **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Bookman Editora, 2009.

d. Desenvolvimento teórico final, com obtenção de teoria substantiva:

- i. Descrição: o que é a política pública, objeto da investigação;
- ii. Como ocorre a relação entre a administração pública e a política pública na perspectiva do fluxo de ações.

Em sede de resultados, Sales (2017) enfatizou os interesses conflitantes que envolvem os atores, o aumento ou redução do Formalismo que determina construção e desconstrução das políticas públicas, a flexibilidade e a imprecisão das normas da administração pública que resultam em insuficiente racionalidade tendente à judicialização, além do inabalável clientelismo que ainda vigora nas relações Estado e Política postergando ações governamentais imprescindíveis ao desenvolvimento visto pelo seu conceito amplo.

5. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

A teoria fundamentada nos dados proporciona ao pesquisador o exercício da criatividade com grande dose de racionalidade, em que subjetividade e objetividade se equilibram no processo de coleta e análise em um constante movimento de ir e vir exigido pelo método. Entretanto, a teoria fundamentada só se justifica diante da ausência de teorias que fundamentem a investigação ou se, a despeito da existência dessa teoria, o problema específico investigado não se encontra abarcado por ela. Esse ponto é de extrema importância para a eleição da teoria fundamentada como método de análise.

As reflexões em torno da utilização da teoria fundamentada para analisar políticas públicas contemplam duas perspectivas e dois âmbitos de atuação: por perspectivas entende-se a produção de evidências e a utilização da avaliação em si com potencial para determinação de impactos e sustentabilidade; por âmbito de atuação entende-se a pesquisa acadêmica e as ferramentas de avaliação das fases das políticas públicas. Em todos eles, a teoria fundamentada se constitui como potencial teórico e prático de análise, porém é preciso fazer um registro quando o método se volta para avaliar as políticas públicas nas suas diversas fases. Nesse ponto específico, há que se cuidar para que a teoria fundamentada nos dados identifique as relações causais, distinguindo-as das outras interações e, ao mesmo tempo, agregue valor explicativo para as causalidades.

Um óbice à aplicação da teoria fundamentada se encontra na capacitação profissional, devido à complexidade teórica envolvida e ao tempo para sua execução. Porém, sua grande vantagem é atingir em profundidade o problema, o que a torna de grande valia para explicar interações ainda não remetidas à racionalidade teórica. Em suma, a teoria fundamentada impõe criatividade em meio à racionalidade, representando um imenso desafio ao pesquisador e avaliador das públicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução: Luciane de Oliveira da Costa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CHARMAZ, Kathy; KELLER, Reiner. A personal journey with grounded theory methodology. Kathy Charmaz in conversation with Reiner Keller. *In: Forum: Qualitative Social Research*. Freie Universität Berlin, 2016.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGGIO, Maria Aparecida; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. Teoria fundamentada nos dados ou Grounded Theory e o uso na investigação em Enfermagem no Brasil. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 3, n. 3, p. 177-188, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3882/388239962018.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BERNARDES, Antônio. Quanto às categorias e aos conceitos. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 2, n. 18, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v2i18.602. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/602>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CASSIANI, S. H. de B.; CALIRI, M.; PELÁ, N. T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [online], Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 75-88, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11691996000300007>.

CHARMAZ, K. **Constructing Grounded Theory**. 2. ed. Sage, 2014.

CORREA, S. C. H.; GOSLING, M. S. Grounded Theory: Uma Abordagem Metodológica Congruente com a Pesquisa em Turismo. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 4, p. 839-859, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i4p839>.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of Grounded Theory**: strategies for qualitative research. New Brunswick: Aldine Transaction, 2006. Disponível em: http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Glaser_1967.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L.; STRUTZEL, Elizabeth. The discovery of grounded theory; strategies for qualitative research. **Nursing research**, v. 17, n. 4, p. 364, 1968.

GLASER, B. G.; HOLTON, J. Remodeling Grounded Theory. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 5, n. 2, 2004. DOI: <https://doi.org/10.17169/fqs-5.2.607>.

GOMES, Bruno Martins Augusto. Políticas públicas de turismo: interação empresários-setor público em Curitiba sob a ótica institucional. 2015. 204 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37896>. Acesso em: 16 dez. 2022.

KENNY, M.; FOURIER, R. Contrasting Classic, Straussian, and Constructivist Grounded Theory: Methodological and Philosophical Conflicts. **The Qualitative Report**, v. 20, n. 8, 2015. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol20/iss8/9/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

LEITE, Joséte Luzia *et al.* Reflexões sobre o pesquisador nas trilhas da Teoria Fundamentada nos Dados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, p. 772-777, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000300033>

MELEIS, A. I. **Theoretical Nursing**: development and progress. 5. ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2012.

PRIGOL, E. L.; BEHRENS, M. A. Teoria Fundamentada: metodologia aplicada na pesquisa em educação. **Educação & Realidade** [online], Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-20, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-62368461>

SALES, Gilberto. Seguindo tartarugas e tubarões na análise de uma política pública para a conservação da natureza. 2017. 505 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185406>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SANTOS, José Luís Guedes dos *et al.* Análise de dados: comparação entre as diferentes perspectivas metodológicas da Teoria Fundamentada nos Dados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017021803303>.

SILVA, G. P. da. **Desenho de pesquisa**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3330>. Acesso em: 29 jan. 2023.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução: Luciane de Oliveira da Costa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TRENTINI, M. Relação entre teoria, pesquisa e prática. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 135-143, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1590/0080-6234198702100200135>.

6

HERMENÊUTICA

LUCAS SOARES SATHLER
GUSTAVO MATIAS LOPES

1. INTRODUÇÃO

Hermenêutica é a ciência da interpretação. Assis e Vedovato (2020) apontam que interpretar significa traduzir, de maneira que a tradução permita a compreensão de algo, seja um texto literário, narrativo ou mesmo uma lei. Enquanto metodologia universal, a hermenêutica é voltada à extração e compreensão de sentidos e significados existentes em coisas e questões relevantes para a ciência (SOUZA, 2015).

Historicamente, a hermenêutica tem origem na mitologia grega. Hermes era o mensageiro dos deuses e, portanto, fazia a intermediação entre o divino e os mortais. A compreensão da vontade divina se dava por meio de um intermediário, a quem competia traduzir a linguagem dos deuses para a dos homens e revelar a estes a mensagem vinda dos primeiros (GONZÁLEZ AGUDELO, 2011). Do grego também vem a origem etimológica da hermenêutica, derivada da palavra grega *hermeneutike*, que significa a arte de interpretar (AMORIM, 2013).

De acordo com Gonzalez Agudelo (2011), a ideia de hermenêutica dissociada de elementos místicos, religiosos e artísticos foi dada pela primeira vez no Século XVII por Dannhauer, para o qual:

a hermenêutica seria uma propedêutica de todas as ciências, ou seja, uma ciência geral da interpretação, uma hermenêutica universal, com a ideia de interpretar corretamente os textos escritos, multiplicados com o advento da impressão, mas sem se preocupar

tanto com o que é verdadeiro ou falso, nem rigorosamente lógico ou enquanto factualmente certo [...] mas com uma regra maior: a intencionalidade do autor (AGUDELO, 2011, p. 49)

No campo da pesquisa científica, a investigação traz à luz fatos, dados, relações, elementos que não percebemos no cotidiano. No entanto, para alcançar tal percepção é preciso não só ter conhecimento do caminho que se precisa percorrer, mas, principalmente, como percorrer este caminho. Alguns elementos são primordiais para atingir a finalidade da pesquisa: além de técnicas e procedimentos, carecemos de um método, a ferramenta com a qual analisamos a realidade, os óculos que usamos para percebê-la. (DUARTE, FARIAS, OLIVEIRA, 2017).

Nesse sentido, a hermenêutica se apresenta como um método que contribui para a construção dessa caminhada, já que possibilita compreender a realidade, como por exemplo, entender os escritos dos autores que podemos utilizar em pesquisas bibliográficas, de modo a alicerçar a compreensão sobre o próprio objeto a interpretar (GHEDIN, 2004).

Assim, conquanto a hermenêutica e a interpretação não se confundam, ambas estão fortemente relacionadas (ASSIS; VEDOVATO, 2020). A comunicação escrita e o emprego da linguagem em modelos textuais também estão intimamente ligados à ideia de hermenêutica, uma vez que a interpretação e a tradução voltam-se especialmente ao conteúdo de textos, embora esse método também possa ser utilizado na análise de entrevistas, imagens e fotografias (WELLER, 2007). A organização, junção e combinação de palavras, frases, imagens e expressões nem sempre permite ao leitor compreender por completo a mensagem cuja transmissão é pretendida pelo autor. De igual modo, é possível que se possa apreender uma pluralidade de mensagens ou significados a partir de uma mesma expressão. A hermenêutica enquanto método permite, dessa forma, a extração e compreensão dos significados inerentes ao objeto de análise.

Enquanto produto da ação governamental voltada a abordar problemas públicos e dar a eles respostas adequadas, as políticas públicas frequentemente são materializadas em atos normativos, programas e projetos cujos sentidos e significados invariavelmente são expressos em cartilhas, regulamentos, instruções e outros documentos oficiais.

Com efeito, é possível que de um mesmo elemento se extraiam múltiplos sentidos. O que, de fato, o governo quer dizer ao abordar deter-

minado problema público? Ao abordá-lo de uma determinada maneira, em detrimento de outras tantas possíveis, qual é a mensagem que se pretende transmitir? Quais são os sentidos viáveis, justificáveis e possíveis para uma ação governamental? A hermenêutica liga-se às políticas públicas e com elas estabelece interseção relevante, na medida em que, por meio dela, procura-se obter significados nas ações governamentais direcionadas a abordar e solucionar problemas públicos, revelando-se instrumento hábil para obtenção de respostas a questões como as apresentadas alhures.

2. DESENVOLVIMENTO

A hermenêutica pode ser sintetizada como o conjunto de teorias voltadas para a interpretação de algo, não somente um texto escrito, mas de tudo que se possa atribuir significado e sentido. Compreende-se, portanto, que hermenêutica é a ciência para a aplicação da interpretação. Citando Amaral Filho (2009), Duarte, Farias e Oliveira (2017) asseveram que a hermenêutica ultrapassa a interpretação e coloca-se como mediadora entre a linguagem e a correta compreensão pelos sujeitos dos vários signos, mostrando-se como “uma disciplina filosófica que versa sobre interpretação” (AMARAL FILHO, 2009, p. 39).

Os autores ainda complementam, agora à luz dos ensinamentos de Ghedin (2004), que “a hermenêutica situa-se na existência da linguagem, é nela e por ela que se processam os significados”. Porém, ressaltam que “a linguagem não é o único instrumento de manifestação da existência, isto é, o discurso é uma forma de manifestação do ser, mas nem por isso é a única maneira de manifestação da realidade” (GHEDIN, 2004, p. 01-02). Daí a possibilidade de aplicação do método no exame de elementos que vão além dos limites da linguagem, a exemplo de figuras e imagens.

No campo das ciências sociais, a hermenêutica é empregada com frequência por estudiosos do Direito, os quais se valem desse método para analisar o conteúdo e os sentidos de normas jurídicas. No entanto, a hermenêutica, enquanto método de pesquisa científica, é um campo que permite exploração mais aprofundada pelas ciências sociais como um todo:

Embora a hermenêutica tenha inspirado a criação de diferentes abordagens interpretativas, Kurt (2004, p. 236) afirma que as potencialidades da hermenêutica para o campo das ciências sociais assim como para a

pesquisa em educação, foram pouco exploradas até o momento; trata-se, portanto, de uma aproximação ainda em fase inicial. (WELLER, 2007, p. 7-8)

A hermenêutica não possui apenas uma única acepção. De acordo com Santos (2009), a hermenêutica não se restringe, tão somente, a ser um instrumento destinado a interpretar textos ou ações humanas. Essa concepção reduz a complexidade e a riqueza da hermenêutica enquanto base epistemológica e corrente filosófica. Pretende-se, a seguir, apresentar e examinar algumas das acepções que a hermenêutica pode assumir.

2.1 A hermenêutica como base epistemológica

A partir da perspectiva do filósofo alemão Hans-George Gadamer, Albuquerque (2018) destaca que uma das características da hermenêutica enquanto epistemologia é permitir que o objeto analisado diga alguma coisa àquele que o analisa. Em outros termos, “deixar o texto falar é uma posição epistêmica do pesquisador no ato epistemológico” (FARIA, 2022, p. 495).

Desse modo, a interpretação de um texto pressupõe a existência de sensibilidade à sua alteridade, isto é, às características e à singularidade inerentes a ele, o que não significa exigir do intérprete neutralidade ou a negação de seus próprios valores.

Isso porque, segundo Albuquerque (2018), a compreensão se dá à luz de nossas preconcepções e pré-julgamentos, o que faz com que o ato de compreender seja sempre compreender de uma maneira diferente, uma vez que as próprias concepções e valores que antecedem a compreensão se modificam ao longo do tempo e da história. A partir da perspectiva da autora, o foco da compreensão deve ser o entendimento das coisas como são em si mesmas e o que elas dizem. Todavia, as coisas podem dizer mensagens diferentes à luz da mutabilidade dos contextos e das diferentes perguntas que se fazem a respeito dessas coisas. Daí que a hermenêutica não se restringe apenas a desenvolver um procedimento de compreensão, mas também esclarecer as condições e os contextos a partir dos quais a compreensão ocorre.

Conquanto tenha sido atribuída a ela a acepção de um instrumento prático de pesquisa, Faria (2022) sustenta que a hermenêutica é uma epistemologia e assim deve ser considerada no âmbito das ciências humanas e sociais. Alcançar o conhecimento tendo a hermenêutica como

base epistemológica significa não apenas entender o fenômeno, mas também compreendê-lo a partir de sua significação enunciativa. Não se trata de examinar o comportamento do sujeito ou empregar técnicas ou modelos de análise. Ao contrário, a compreensão a partir da hermenêutica é feita de acordo com “o modo de ser do mundo do sujeito que interpreta: a compreensão é a historicidade do ser” (FARIA, 2022, p. 495).

No âmbito da Administração, Santos (2009) afirma que a hermenêutica ainda é pouco empregada como base epistemológica de pesquisas. Salienta, todavia, que a compreensão acerca do funcionamento das organizações e das interações por elas estabelecidas não se dá de forma estanque, ou seja, de uma maneira estática e regida por uma única cadeia de eventos causais. Ao contrário, as organizações estão inseridas em um mundo dinâmico e complexo. Portanto, “permitir o olhar hermenêutico é antes de tudo permitir que as organizações falem por si só” (SANTOS, 2009, p. 128).

2.2 A hermenêutica e a filosofia

Dentre os diversos propósitos da filosofia está o de alcançar a verdade. Durante séculos, muitos filósofos apresentaram concepções e fomentaram debates acerca do que é a verdade e como alcançá-la. Essa discussão possui interseção com a hermenêutica, especialmente quando examinada sob a perspectiva interpretativa. É possível falar em uma interpretação verdadeira?

Para que se possa responder a essa questão é necessário definir o critério de correção. A pergunta acerca do que consistiria a interpretação correta é considerada por Faria (2022) uma abstração polêmica. Segundo o autor, se a compreensão correta é o texto por si mesmo, o ato interpretativo encerra-se tão somente na formalidade gramatical, isto é, na forma em que o texto está escrito. Todavia, a literalidade textual nem sempre conduz a um entendimento integral e, ao contrário, pode trazer compreensões reducionistas e limitadas.

Afirmar que a interpretação verdadeira seria aquela segundo a intenção do autor também apresenta limitações. Aqui, haveria em primeiro lugar uma personificação da interpretação correta, a qual pode ser inatingível, seja pela impossibilidade de acesso ao enunciador, seja porque o contexto histórico e social determinante para a escrita do texto pode ser irrecuperável para aquele que o interpreta (FARIA, 2022). Além disso,

os significados estão sujeitos a modificações ao longo do tempo histórico, de maneira que o sentido atribuído ao texto em dado momento pode ser alterado com o passar do tempo, assumindo significações diversas daquelas originalmente estabelecidas.

Citando Gadamer, Santos (2009) pondera que a busca pela verdade é um dos problemas enfrentados pelas ciências naturais, a qual procura encontrar um método capaz de alcançá-la. Com efeito, a necessidade da verdade seria um paradigma cuja superação é necessária, inclusive por meio da hermenêutica. Nesse sentido são as considerações de Gadamer (1997, p.203):

Hoje a tarefa da interpretação é libertar-se da objetividade científica e da maneira como o cientista vê as coisas, é recuperar o sentido da historicidade da existência. Estamos tão obcecados com a perspectiva do pensamento tecnológico que só de um modo disperso temos consciência da nossa historicidade

Uma possível resposta ao questionamento apresentado inicialmente aponta para o fato de que o conhecimento - e, portanto, a obtenção de uma interpretação correta - está sujeito a condicionantes históricas. A discussão acerca da existência de uma interpretação correta estaria distorcida, na medida em que as perspectivas interpretativas não seriam falsas ou verdadeiras, mas possíveis diante de um determinado contexto social e histórico. Nesse sentido, a interpretação seria “sempre uma incógnita, justamente porque é uma possibilidade, não uma certeza” (FARIA, 2022, p. 500).

Assim, a interpretação correta não consistiria naquela extraída da literalidade do texto ou da intencionalidade do autor. Sob essa ótica, trata-se da extração de significados possíveis dentro de um determinado contexto histórico, social e cultural, mutável ao longo do tempo, assim como o conteúdo da significação.

Essa posição pode ser objetada pelo modelo ético estabelecido por Kant no primeiro capítulo de sua obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”. Segundo o filósofo alemão, a conduta humana eticamente adequada seria aquela em consonância com o dever que contém em si a boa vontade. O agir, portanto, carece do elemento norteador que é a boa vontade, “altamente estimável em si mesma e sem qualquer intenção ulterior (KANT, 2007, p. 26)”, sem a qual todo comportamento pode ser

distorcido. A solução dada por Kant para verificar se uma conduta está de acordo com a boa vontade é: “devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal (KANT, 2007, p. 33)”.

Deve-se, portanto, elevar uma conduta à condição de lei universal, aplicada indistintamente a todos. Se nessa condição a conduta permanecer hígida, estará de acordo com a boa vontade. Esclarecedor é o exemplo dado por Kant (2007, p. 33-34) para justificar essa proposição:

Ponhamos, por exemplo, a questão seguinte: — Não posso eu, quando me encontro em apuro, fazer uma promessa com a intenção de a não cumprir? [...]

Para resolver da maneira mais curta e mais segura o problema de saber se uma promessa mentirosa é conforme ao dever, preciso só de perguntar a mim mesmo: — Ficaria eu satisfeito de ver a minha máxima (de me tirar de apuros por meio de uma promessa não verdadeira) tomar o valor de lei universal (tanto para mim como para os outros)? E poderia eu dizer a mim mesmo: — Toda a gente pode fazer uma promessa mentirosa quando se acha numa dificuldade de que não pode sair de outra maneira?

Em breve reconheço que posso em verdade querer a mentira, mas que não posso querer uma lei universal de mentir; pois, segundo uma tal lei, não poderia propriamente haver já promessa alguma, porque seria inútil afirmar a minha vontade relativamente às minhas futuras ações a pessoas que não acreditariam na minha afirmação, ou, se precipitadamente o fizessem, me pagariam na mesma moeda. Por conseguinte, a minha máxima, uma vez arvorada em lei universal, destruir-se-ia a si mesma necessariamente.

Aplicando esse raciocínio à seara da hermenêutica, admitir que a interpretação não seja verdadeira ou falsa, mas possível segundo o contexto histórico e social, significa em última análise relativizar a verdade. Sob a perspectiva apontada por Gadamer (1997), Santos (2009) e Faria (2022), a interpretação verdadeira não existe, mas dá lugar a uma compreensão possível. Se há múltiplas possibilidades, há também múltiplas verdades, isto é, diversos entendimentos considerados aceitáveis a depender do ce-

nário sócio-histórico-cultural. Logo, a verdade da interpretação não é objetiva, mas relativa, ou seja, condicionada a elementos históricos e sociais.

Poderia, então, admitir-se que a interpretação não é uma verdade, mas uma possibilidade? Elevando-se essa proposição à condição de lei universal, na esteira da proposição de Kant, chegar-se-ia à conclusão de que, desde que minimamente amparadas em elementos de natureza histórica, cultural ou social, as interpretações dadas a um texto deveriam ser admitidas como possíveis. Ocorre, no entanto, que os contornos de determinados contextos nem sempre são bem definidos e, ao contrário, são altamente variáveis a depender da perspectiva que se analisa, tanto do ponto de vista histórico quanto social e cultural. Isso pode conduzir a situações extremas e problemáticas.

Fundamenta-se essa proposição a partir do perigo ora denominado “*Humpty Dumptyano*”, já abordado sob a perspectiva do Direito por Soares, Klein e Saccol (2020). Humpty Dumpty é um personagem do livro *Alice através do espelho*, de autoria de Lewis Carrol. Em um diálogo travado com Alice, Humpty Dumpty explica que um presente de desaniversário é aquele recebido no dia em que não é seu aniversário. Logo, o desaniversário seria a glória para Alice, que receberia 364 presentes ao longo do ano ao invés de apenas um. Alice o questiona o que seria “glória”, ao que Humpty Dumpty responde ser um “belo e demolidor argumento” e conclui: “quando eu uso uma palavra, ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos”.

Dessa forma, quando a interpretação passa a ser universalmente admitida e tida como possível segundo elementos históricos e sociais, abre-se margem para que, lastreando-se em um ou mais desses elementos, o “dono” da interpretação dê ao texto o significado que bem entender. Sabe-se, todavia, que ainda nos dias atuais há contextos sociais extremamente autoritários e violentos, fruto de processos históricos igualmente problemáticos. Assim, se esses mesmos contextos externos são os elementos validadores da interpretação, isto é, que tornam uma interpretação possível, esta não assumirá outros aspectos senão os de uma interpretação com viés de violência e autoritarismo, segundo determine o intérprete. Disso resulta que a textos acadêmicos, religiosos e literários se confere acepções e significados contrários aos mais básicos direitos humanos, causando danos de diversas ordens a milhões de pessoas, sob o fundamento de serem possíveis porque validados pelo cenário social e histórico.

Enfim, a discussão sobre os limites e os critérios de aceitação e validação da interpretação pode ser examinada por diferentes prismas. As observações e ponderações não pretendem esgotar o tema, mas tão somente apresentar pontos de vista distintos sobre ele. A hermenêutica é fonte de debates filosóficos relevantes e o desenvolvimento de aspectos acerca da obtenção de significados a partir de uma perspectiva filosófica hermenêutica pode contribuir para a ampliação de horizontes sobre o objeto de estudo, especialmente no âmbito acadêmico.

2.3 Diferentes espécies de hermenêutica

2.3.1 A Hermenêutica Objetiva

Para além de seus aspectos epistemológicos e filosóficos, a hermenêutica também pode ser entendida como um método. Dentre os diversos espectros do método, destaca-se a hermenêutica objetiva de Ulrich Oevermann.

Sob o contexto da constituição epistemológica da escola de Frankfurt, Ulrich Oevermann deu roupagem metodológica à hermenêutica objetiva, atribuindo ao método o sentido de tensionar o aparente com o real, por meio do confronto entre o que se aspira e o que de fato ocorre na vida real (GOMES, 2017). Nesse sentido, Vilela e Noack-Napoles (2011) buscam contornos conceituais para a hermenêutica objetiva.

Como “hermenêutica objetiva” apresenta-se a metodologia de pesquisa sociológica, qualitativa, desenvolvida pelo sociólogo Ulrich Oevermann, na Universidade de Frankfurt, fundamentada na metodologia de interpretação social desenvolvida na tradição da Teoria Crítica e de forma particular em Theodor Adorno. A finalidade da análise “hermenêutica objetiva” é descortinar a lógica entre as estruturas de reprodução social e as estruturas de transformação, reveladas em um texto, elaborado a partir de procedimentos de coleta de dados de pesquisa qualitativa, como relatório de campo, entrevistas e transcrição de gravação de situações observadas para serem analisadas, como as interações presentes em sala de aula. Tem como premissa constitutiva que o mundo que nos é revelado é produzido com sentidos através da linguagem, sendo o texto a sua materialidade. Buscar entender a sua materialidade requer, portanto, a busca de compreensão dos sentidos

que foram atribuídos ao mundo e que estão registrados no texto. (VILELA, NOACK-NAPOLES, 2011, p. 1-2)

Conforme assevera Weller (2007), a proposta inicial de Oevermann esteve voltada somente para a reconstrução do sentido estrutural objetivo do texto, em busca de captar aquilo que os autores pensavam, esperavam, objetivavam ou pretendiam expressar no momento da elaboração. Já em momento posterior, defende-se a tese de que as intenções subjetivas dos produtores de texto não são relevantes para a análise na perspectiva da hermenêutica objetiva. E assim, o que deve ser realmente considerado como relevante para a interpretação e que deve ser de fato considerado pelo intérprete é o sentido estrutural objetivo do texto.

O autor ainda enumera sete princípios ou normas de interpretação da hermenêutica objetiva, os quais possibilitam estruturar as etapas de aplicação do método, quais sejam:

- a. Interpretação sequencial do texto, ou seja, de segmento em segmento: O trabalho de interpretação começa no início de um texto ou entrevista e tem por objetivo a reconstrução dos segmentos seguintes com base nas interpretações ou ‘elaborações objetivas’ realizadas até essa etapa;
- b. Explicação mental-experimental de possíveis leituras: o exercício mental de construção de possíveis leituras sobre uma ação ou afirmação do entrevistado. Tem por objetivo a captação daquilo que é específico na situação em questão, evitando, dessa forma, conclusões apressadas ou previamente elaboradas por parte do intérprete;
- c. A “regra do poupar” - inclusão de possíveis leituras efetivamente relacionadas ao texto: afirmações sobre disposições físicas do entrevistado, quando ausentes no texto, não constituem objeto da interpretação hermenêutica.
- d. Caráter literal da interpretação: o intérprete não deve adentrar-se pelo caminho ‘dedutivo’, de elaborações do que o entrevistado supostamente estaria pensando ao formular uma determinada frase.
- e. Os procedimentos anteriores correspondem ao princípio interpretativo que Oevermann definiu como totalidade. Na acepção do autor tal princípio implica em um processo de interpretação e busca de sentido para todas as expressões ou palavras contidas em um segmento, mesmo aquelas aparentemente desprovidas de sentido.

f. O procedimento requer uma reflexão sobre os conhecimentos empregados na análise, uma vez que a construção de possibilidades objetivas de interpretação exige o domínio de conhecimentos teóricos e do contexto social do entrevistado.

g. O procedimento de análise hermenêutico-objetivo e o exercício mental de construção de possíveis leituras de um determinado segmento ou de uma entrevista como um todo é um trabalho a ser realizado em um coletivo.

De forma análoga, Gomes (2017), amparado sob o “protocolo”, denominação atribuída pelo próprio Oevermann, afirma que a pesquisa empírica realizada sob a égide da hermenêutica objetiva deve se atentar aos seguintes critérios:

A coleta de dados é rigorosa, por meio da transcrição de gravação em áudio, de situações sociais (aulas, entrevistas), assegurando que o texto, no qual estão reveladas as situações encontradas na pesquisa de campo, seja o mais fidedigno possível. A análise do material deve ocorrer de modo sequencial para buscar a reconstrução objetiva do texto. O que se manifestou e está registrado no protocolo revela um processo que não pode ser interrompido ou ignorado. A lógica da análise sequencial da hermenêutica objetiva se constitui, portanto, no acompanhamento da sequência de situações, e por sua vez em cada lugar da sequência, ou seja, por meio de uma lógica de situações que revelam o sentido de uma determinada ação social. (GOMES, 2017, p. 355)

A fundo, o que se objetiva com as condicionantes que fundamentam o método, é o controle da subjetividade, o que não significa eliminá-la. Nessas condições o objeto da análise, seja ele um texto ou transcrições de entrevistas e gravações, não pode ser editado, pois deve refletir da maneira mais fidedigna possível o dado registrado (GOMES, 2017).

Complementarmente, mas sob o mesmo pilar de se afastar de projeções subjetivas, Vilela (2012) enumera cinco regras e passos essenciais ao desenvolvimento do Método: (i) Sequencialidade (*Sequenzialität*) é a primeira regra, e nessa, o texto deve ser analisado desde a primeira

palavra registrada, em cada frase, do começo ao fim. (ii) Independência do contexto (*Kontextfreiheit: Kein Rückgriff auf Vorannahmen*), a interpretação deve ater-se à situação registrada. O intérprete não deve subsumir sua análise em informações do contexto, ou seja, não deve projetar para a análise o que não pode ser confirmado no texto. (iii) Literalidade (*Wörtlichkeit*), o que ocorreu e está registrado necessita ser entendido por meio do que é registrado, pois o próprio texto é o instrumento de validade da interpretação, e apenas o que está registrado deve ser analisado. (iv) Substancialidade da informação (*Extensivität*), a interpretação hermenêutica objetiva é um processo em que cada intérprete procura explicar a sequência com base na sua bagagem de compreensão da situação em análise, pautada pelo seu conhecimento disciplinar. Mas, em vez de fazer conjecturas, os pesquisadores devem formular hipóteses explicativas, que se sucedem e permitem que a mais plausível se estabeleça. (v) Parcimônia (*Sparsamkeit*), de um lado, reitera a condição estabelecida nas regras anteriores: evitar conjecturas sobre o que está informado no registro, renúncia ao fictício, a considerações improváveis. De outro, indica que o processo de análise é metódico, paciente, profundo e que não pode ser precipitado (VILELA, 2012).

Gomes (2017), demonstra alinhamento a Vilela (2012), ao explanar sobre as regras e os passos de desenvolvimento do método, e observa-se ainda uma convergência entre estes autores e Weller (2007) que de forma semelhante traçou as etapas para aplicação da hermenêutica objetiva. Em vias conclusivas, é possível assinalar que o real fundamento do método é o afastamento da subjetividade, bem como do caminho dedutivo, para se aproximar, da forma mais precisa possível, do real, por meio da compreensão dos sentidos e vontades expressa pelos atores, objetos da pesquisa.

Ao aplicar empiricamente a hermenêutica objetiva em pesquisa aplicada na área da educação, Gomes (2017), claramente bebendo da fonte de Minayo (2002), aproveitou seu período de estágio de pós-doutorado realizado na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Johann Wolfgang Goethe em Frankfurt am Main para pesquisar sobre a formação política nas escolas públicas alemãs.

Para investigar o modo como a relação entre política e formação se constitui na atual sociedade alemã, especialmente no espaço institucional da escola, Gomes (2017) partiu das seguintes hipóteses: a) há uma relação intrínseca entre política e formação; b) a aula constitui um *locus* privilegiado de institucionalização da formação social, sobretudo em sua

concepção liberal; c) a reconstrução empírica da aula, conforme o aporte teórico-metodológico da hermenêutica objetiva é uma das formas de interpretação crítica dos sentidos latentes e objetivos da formação social.

A escolha da Alemanha como campo de estudo foi justificada para além do estágio realizado pelo autor, pois, conforme Gomes (2017), se complementa pela imersão cultural no referencial do processo de formação de formação alemão (*Bildung*), como possibilidade de interpretação conceitual e empírica dos aspectos que embasam a formação escolar na Alemanha. Nesse contexto, Gomes (2017) observou e relatou duas experiências em sala de aula sobre formação política, transcrevendo detalhadamente os acontecimentos, analisando-os sob o prisma metodológico da hermenêutica objetiva.

Como resultados, Gomes (2017) destacou que as análises alicerçadas sobre a metodologia da hermenêutica objetiva apontam a pertinência desse tipo de investigação na educação, se o propósito for evidenciar os aspectos imanentes do processo pedagógico. Ademais, conclui que a reconstrução empírica das aulas de política no ensino público alemão evidencia a superficialidade do conhecimento, o autoritarismo pedagógico, as práticas pedagógicas pseudodemocráticas, além da instrumentalização e judicialização da política, como temática de ensino. Complementarmente, destaca que as reformas recentes na política educacional alemã indicam o processo de instrumentalização do ensino e o empobrecimento da formação em termos sociopolíticos.

Por fim, observa-se, a partir das análises e conclusões do trabalho de Gomes (2017) que o método hermenêutico objetivo, se mostrou como uma poderosa ferramenta capaz de desvelar características e apontar fragilidades, como o que se observou no procedimento didático alemão.

2.3.1 A Hermenêutica Dialética

Uma importante derivação da hermenêutica, enquanto método científico aplicável às ciências sociais, é a hermenêutica-dialética, porém, para entendê-la melhor, é aconselhável que se faça uma aproximação de cada um dos dois conceitos, de forma separada. Em suma, pode-se dizer que a hermenêutica é pautada na compreensão, na investigação e na interpretação. Por sua vez, a dialética se desenvolve por meio de termos que articulam as ideias de crítica, de negação, de oposição, de mudança, de processo, de contradição (MINAYO, 2002).

Para aproximá-los, Neto e Chagas (2019), bem como Minayo (2002), afirmam que a hermenêutica-dialética predispõe da análise de aspectos espaço-temporais, do respeito à racionalidade das fontes e da busca pela intencionalidade. Conforme os autores, é necessário perfazer uma crítica à primeira visão obtida pelo autor em sua pesquisa, e, adicionalmente, uma autocrítica de suas pressuposições de modo a negar os pré-conceitos que embasam qualquer pesquisa. Alencar, Nascimento e Alencar (2012) complementam que, enquanto a hermenêutica realizaria a busca por aparentes consensos linguísticos num tempo-espaço determinado pelo estudo, a dialética orientaria o estudo em direção a uma atividade de negação e crítica, tanto dos resultados obtidos, quanto, sobretudo, da compreensão do próprio autor. Nesse sentido, o pesquisador se tornaria um crítico da realidade e de si mesmo.

Minayo (2002), de forma muito didática, atribui à hermenêutica o conceito da arte da compreensão, ao passo que à dialética atribui-se o conceito da arte do estranhamento e da crítica. Esse aparente afastamento conceitual, como vimos acima, torna, no entanto, a hermenêutica-dialética em poderosa ferramenta metodológica aplicável às ciências sociais. Nesse sentido, a autora sintetizar os procedimentos para utilização da hermenêutica enquanto método da seguinte forma:

- a. Buscar as diferenças e semelhanças entre o contexto do autor e o contexto do investigador.
- b. Explorar as definições de situação do autor, que o texto ou a linguagem em análise permite, exigindo-se um esforço interpretativo do pesquisador, em especial nas situações em que essas definições não se apresentam de forma explícita.
- c. Supor o compartilhamento entre mundo observado e os sujeitos da pesquisa com o mundo da vida do investigador, visando compreender a postura e as razões que levam o sujeito observado a agir e se expressar de um modo, e não de outro.
- d. Buscar entender as coisas e os textos a partir de sua essência, distinguindo o processo hermenêutico do saber técnico, da linguística, da fenomenologia, e do objetivismo positivista.
- e. Apoiar a reflexão sobre o contexto histórico, partindo do pressuposto de que o investigador-intérprete e seu sujeito de observação e pesquisa são momentos expressivos de seu tempo e de seu espaço cultural.

Já em relação à dialética, Minayo (2002) assinala as aproximações e diferenças que permitem às duas abordagens se complementarem, ressaltando suas potencialidades:

enquanto a hermenêutica busca as bases do consenso e da compreensão na tradição e na linguagem, o método dialético introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que se explica na transformação. Na medida em que nada se constrói fora da história, qualquer texto (em sentido amplo) precisa ser lido em função do contexto no qual foi produzido, porque só poderá ser entendido na totalidade dinâmica das relações sociais de produção e reprodução nas quais se insere. Mais do que isso, o cientista que analisa as questões sociais nunca poderá se esquecer de que os seres humanos não são só objeto de investigação, são também sujeitos de relações: na defesa dessa posição, a hermenêutica de Gadamer se aproxima da dialética marxista. (MINAYO, 2002, p. 101)

Sob ótica do ciclo de políticas públicas, a hermenêutica se mostra relevante principalmente, embora não exclusivamente, para a compreensão da implementação e das condicionantes, efeitos e resultados que circundam e influenciam essa etapa (ALBUQUERQUE, 2018). A execução de uma política pública pode ocorrer por agentes que não participaram inicialmente de sua concepção e estruturação. As circunstâncias concretas de atuação de agentes públicos são suscetíveis a variações e frequentemente estão associadas aos recursos e às informações disponíveis. Além disso, há inúmeras variáveis e efeitos inesperados para além da esfera governamental que exercem influência na implementação de políticas públicas, cujos significados podem ser compreendidos por meio do método hermenêutico dialético.

A título de exemplo de sua aplicação, Neto e Chagas (2019) se valeram do método hermenêutico dialético no estudo das políticas públicas de combate ao tráfico de drogas. Os autores buscaram demonstrar a aplicabilidade deste método como forma de interpretar e analisar a complexidade inerente ao comércio ilegal de entorpecentes enquanto fenômeno social, político, econômico e territorial. Após dissertar sobre as principais linhas e procedimentos relativos ao método hermenêutico-dialético, demonstra-

ram como essa ferramenta pode representar, a partir de uma perspectiva de valorização da linguagem, bem como das variáveis que a influenciam no contexto do tempo-espço, “não só um procedimento coerente ao tratamento de questões complexas nas ciências sociais, em especial no estudo do tema proposto, mas também, uma postura epistemológica que propicia uma autorreflexão dos próprios postulados do estudo e da postura científica de seus autores” (NETO; CHAGAS, 2019, p. 1).

Neto e Chagas (2019) destacam que a aplicação da política antidrogas revela uma atuação seletiva e preconceituosa, atingido inegavelmente a parcela mais pobre e estigmatizada da população, e é sobre essa hipótese inicial que se guiou o estudo. Justificam a aplicação do método hermenêutico dialético por entender que o método oferece uma alternativa interpretativa ao estudo do fenômeno objeto da pesquisa, revelando-se como um possível procedimento investigativo capaz de revelar verdades e originar conclusões.

Em prática, o estudo se perfaz em três etapas, partindo de uma breve crítica a respeito dos métodos comumente empregados nos estudos do tema, apontando suas respectivas limitações e a partir desse contexto. Em seguida, abordou-se os principais requisitos do método hermenêutico-dialético para, enfim, discutir a aplicabilidade deste método ao estudo acerca do tráfico de drogas, revelando suas potencialidades e limitações.

Destaca-se uma das mais relevantes passagens de Neto e Chagas (2019) acerca da aplicação do método hermenêutico-dialético ao estudo realizado, onde afirmam que a mais significativa contribuição do método é propiciar “uma aproximação da literatura, bem como uma atividade de comparação de saberes, que propiciam uma análise mais madura do tema, e, sobretudo, uma autocrítica em torno dos saberes do próprio pesquisador” (NETO e CHAGAS, 2019, p.10).

Os autores concluem então que, a complexidade dos objetos de estudo das ciências sociais impõe a utilização de métodos cada vez mais interdisciplinares e pluralistas, em busca do avanço da própria ciência. Complementa que hermenêutica dialética pressupõe uma triangulação de teorias e dados capaz de promover uma reanálise dos dados, seja diante de outros pesquisadores, seja diante de outras teorias e resultados, confrontando conclusões e revelando realidades ocultas, apregoando não só essa rediscussão dos postulados como também a postura do próprio pesquisador e suas convicções prévias.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiplicidade de acepções e a abrangência de seu conteúdo fazem da hermenêutica um instrumento rico e hábil a nortear pesquisas nas ciências sociais, tanto do ponto de vista epistemológico quanto filosófico e metodológico. A amplitude do alcance da hermenêutica não impede, no entanto, o seu emprego em conjunto com outros métodos de pesquisa.

No campo das políticas públicas, como visto, a aplicabilidade do método hermenêutico é ampla, e pode se mostrar como poderosa ferramenta de análise e descobertas científicas acerca dos mais diversos campos de atuação. Exemplos práticos da utilização da hermenêutica foram apresentados, seja sob um prisma objetivo a partir da pesquisa de Gomes (2017), aplicada na área da educação, como a partir da análise de Neto e Chagas (2019) feita com base no método hermenêutico dialético no estudo das políticas públicas de combate ao tráfico de drogas.

O emprego da hermenêutica em pesquisas no âmbito das ciências sociais, em especial no estudo de políticas públicas, é medida hábil a permitir uma compreensão aprofundada da realidade. O uso de múltiplas ferramentas metodológicas auxilia no processo de produção de conhecimentos científicos, cuja base epistemológica também pode ser a hermenêutica, entendida neste caso sob uma perspectiva abrangente e para além do caráter instrumental. A conjugação de outras ferramentas metodológicas somadas à hermenêutica são capazes de permitir a análise de objetos complexos sob diferentes prismas e enfoques. Ao pesquisador cabe a atenção ao rigor metodológico que o uso da hermenêutica, assim como de outros métodos científicos, exige.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

PAVÃO, Y. M. P.; SEHNEM, S.; GODOI, C. K. A postura hermenêutica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 10, n. 4, art. 12, p. 109-129, 2011.

SOUZA, S. L. do N. S. de. Controle Judicial das Políticas Públicas: perspectiva da hermenêutica filosófica e constitucional. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 2, p. 223-237. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v5i2.3116>

VIEIRA, A. M.; RIVERA, D. P. B. A Hermenêutica no Campo Organizacional: duas possibilidades interpretativistas de pesquisa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 14, n. 44, p. 261-273, 2012. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v14i44.906>

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. P. Analítica da implementação de políticas públicas: aproximações construtivistas e hermenêuticas. *Âmbitos*. **Revista Internacional de Comunicação**, [S. l.], v. 1, n. 39, 2018.

ALENCAR, T. de O. S.; NASCIMENTO, M. A. A. do; ALENCAR, B. R. Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 25, n. 2, p. 243-250, 2012.

AMORIM, A. Hermes, a metáfora do mensageiro na interpretação. **Revista Educação Pública**, [S.l.], v. 13, n. 2, 2013.

ASSIS, A. E. S. Q.; VEDOVATO, L. R. Interpretação jurídica: considerações para a análise de políticas públicas. **Revista Direito das Políticas Públicas**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 11-29, 2020.

FARIA, J. H. de. **Introdução à epistemologia**: dimensões do ato epistemológico. 1ª ed. Editora Paco e Littera: São Paulo, 2022.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.

GHEDIN, E.. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. In: II Seminário Internacional de Pesquisa e estudos Qualitativos. 2004, Bauru. **Anais...** Bauru: USC, 2004. p. 1-14.

GOMES, L. R. Hermenêutica objetiva e pesquisa empírica em educação: a experiência com os estudos de sala de aula em Frankfurt am Main. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 351-367, 2017.

GONZALEZ AGUDELO, E. M. El retorno a la traducción o nuevamente sobre la historia del concepto de hermenéutica. **Opinión jurídica**, Medellín, v. 10, n. 19, p. 41-60, Jan. 2011.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes** - trad.: Paulo Quintela. 1ª ed. Edições 70: Lisboa, 2007.

MINAYO, M. C. de S.. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

NETTO, R. M. R.; CHAGAS, C. A. N. O Método Hermenêutico-Dialético aplicado às Ciências Sociais: uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v18, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2019

SANTOS, D. F. L. **Possibilidades da Hermenêutica na Administração**. Revista de Ciências da Administração. v. 11, n. 23, p. 113-133, jan./abr. 2009.

SOARES, G. A. de V.; KLEIN, M. E. V.; SACCOL, L. F. L. Uma breve análise do fenômeno do ativismo judicial: o fator *humpty dumpty* no direito e a (in)aplicabilidade do art. 489 do código de processo civil a partir da crítica hermenêutica do direito. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, ano 6, n. 5, p. 1133-1158, 2020.

SOUZA, S. L. do N. S. de. Controle Judicial das Políticas Públicas: perspectiva da hermenêutica filosófica e constitucional. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 224-237, 6 jun. 2015.

VILELA, R. A. T.; NOACK-NAPOLES, J. “Hermenêutica objetiva” e sua apropriação na pesquisa empírica na área da educação. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 305–326, 2011.

VILELA, R. A. T. A pesquisa empírica da sala de aula na perspectiva da teoria crítica: aportes metodológicos da hermenêutica objetiva de Ulrich Oevermann. In: PUCCI, B.; COSTA, B. C. da; DURÃO, F. (orgs.) **Teoria Crítica e Crises: reflexões sobre cultura, estética e educação**. Campinas: Autores Associados, 2012, pp. 157-180.

WELLER, W. A hermenêutica como método empírico de investigação. In: 30ª **Reunião Anual da ANPEd, 2007, Caxambu**. 30ª Reunião Anual da ANPED, 2007. p. 1-16.

ANÁLISE DO DISCURSO APLICADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

POLLYANNA SOUZA PEREIRA
ALEXANDRE RODRIGUES LAGES

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de se expressar, enquanto elemento principal da vida social, acompanha a evolução humana que, desde as primitivas formas de sociedade, estava presente na relação social. A linguagem, aqui entendida como qualquer meio utilizado para o estabelecimento de uma relação de comunicação entre locutor e interlocutor, ostenta destaque na configuração social. Os modos de comunicação são diferentes nas várias regiões do globo, ligados intrinsecamente à cultura. Quando um britânico diz “*I’m sure it’s my fault*”, na verdade essa expressão não indica assunção de culpa, mas, pelo contrário, imputação de culpa. No Brasil, a oração “eu tenho certeza de que a culpa é minha” indica assunção de culpa.

Estas variações de sentido expostas em orações similares ocorrem devido ao fator cultural, o qual sofre influência direta do fator histórico. O homem é um ser de linguagem, a utiliza para se comunicar, compreender e significar a realidade ao seu redor. A significação do mundo por meio da linguagem não decorre de um livre jogo de ideias provenientes da *psique* humana. Pelo contrário, o falar vem acompanhado de influências socio-culturais que se construíram no decorrer do tempo histórico, as quais possuem o condão de determinar o que pode e o que deve ser dito, além de serem responsáveis por semantizar a mesma palavra em contextos diferentes (ORLANDI, 2005).

Dessa forma, a análise do discurso parte do pressuposto de que a significação do mundo ocorre pela utilização da linguagem, mas não do

falar livre e sim, do dizer assujeitado. Por isso, sobreleva-se a contribuição deste arcabouço teórico a fim de permitir o estudo desta que é o elemento da vida social - a linguagem expressada -, utilizada como uma das formas de agir sobre o mundo. Realizar seu estudo é compreender as diferentes formações sociais e revelar as estruturas sociais por trás dessas formações.

A importância da linguagem ganhou relevo científico no final da década de 1969, com o trabalho pioneiro de Pêcheux, na publicação da obra “Análise Automática do Discurso”. A contribuição de Pêcheux foi conceber o sujeito assujeitado, aquele que simultaneamente é livre e submisso, o que pode tudo dizer, mas, deve se submeter à língua para poder dizer. Nesta abordagem pioneira, o discurso é determinado pela estrutura social, uma perspectiva estruturalista, a qual passará a uma análise dialética nos estudos de Fairclough (FAIRCLOUGH, 2016).

De qualquer forma, se por uma abordagem estruturalista ou dialética, a análise do discurso é um importante instrumental metodológico para abordagens científicas com enfoque qualitativo, além de ser, também, uma teoria. O objetivo de tal pesquisa é ir além do texto escrito, com vistas a desvelar a pluralidade de sentidos possíveis e permitir interpretações que ultrapassam a obviedade. O resultado deste empreendimento, desta forma, não será um sentido único literal, mas, uma pluralidade, pois, necessita da subjetividade do pesquisador, característica marcante das análises qualitativas (RITCHIE, *et. al.*, 2003).

Cabral (2005), argumenta que a pesquisa com enfoque qualitativo da análise do discurso tem o objetivo de desmascarar os implícitos, revelar os silêncios e pluralizar as compreensões. A análise do discurso compreende que aquilo que é dito ou escrito corresponde a um relato da realidade propositadamente construído de um determinado modo, por um determinado sujeito, sob determinadas condições de produção, em determinado contexto histórico-social e ideológico. Trata-se de uma área interdisciplinar, que agrega contribuições da linguística, da psicologia, da sociologia, da filosofia e da história e que traz relevantes contribuições para os mais diversos campos do conhecimento.

A análise do discurso tem como pano de fundo teorias que investigam a relação assimétrica de poder nas relações sociais. Há influência basilar de autores da Escola de Frankfurt (destaque para Habermas e sua crítica à razão instrumental), Foucault, Marx e Bourdieu (VAN DIJK, 2005). O instrumental metodológico e teórico da análise do discurso se deterá ao ciclo das políticas públicas, visando desvelar as relações de

poder construídas ideologicamente, o que faz inserir esta abordagem nos denominados estudos críticos organizacionais (FARIA, 2009).

2. GERAÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

2.1 *Antecedentes da análise do discurso*

O conceito de discurso tem origem na dicotomia saussuriana língua/fala. O linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) definiu a língua como um sistema de valores independente, homogêneo e de caráter coletivo. Já a fala, segundo ele, é um ato individual, sujeito a fatores externos, em que o falante se utiliza do código da língua para se comunicar.

Dessa conceituação de fala emerge a primeira noção de discurso. Entretanto, naquele momento o discurso não era objeto de análise da linguística. O foco da análise estava na língua, concebida como um sistema independente e autorregulado de unidades interconectadas, uma estrutura constituída por uma rede de elementos definidos de acordo com o tipo de relacionamento que possuem com os demais elementos.

Todavia, posteriormente se reconheceu que uma linguística que se limitava ao estudo interno da língua não deslumbrava todas as nuances de seu objeto. O reconhecimento de uma dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas, sociais e históricas provoca um deslocamento nos estudos linguísticos. Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas em um nível situado fora do estritamente linguístico.

Ao longo do século XX, outros intelectuais apresentaram diversas contribuições no campo da linguística. Leandro Ferreira (2008) destaca a influência dos trabalhos do filósofo russo Mikhail Bakhtin, que desenvolveu o princípio do **dialogismo**, que inspirou outros diversos conceitos em torno da ideia de interação na alteridade. Partiu dele, também, a noção de **polifonia**, que diz respeito à pluralidade de vozes ou ao diálogo interno das palavras nos textos e que joga por terra a ideia de um sujeito único, “soberano” absoluto de seus ditos e escritos. Além disso, merece destaque a relevância atribuída por ele aos **gêneros** como um modo de organização e sistematização dos sentidos.

Destacam-se também os trabalhos do neurologista e psiquiatra austríaco Sigmund Freud (1856-1939), criador da psicanálise. Para a psicaná-

lise, o inconsciente é uma cadeia de significantes que se repete e insiste em interferir nas fissuras do discurso efetivo. A concepção de um discurso heterogêneo, atravessado pelo inconsciente, articula-se com uma “teoria do descentramento” do sujeito falante: o sujeito não é uma entidade homogênea, o sujeito é dividido, clivado, cindido. O sujeito é o resultado de uma estrutura complexa que não se reduz à dualidade especular do sujeito com seu outro, mas se constitui também pela interação com um terceiro elemento: o inconsciente freudiano (BATISTA-SOARES, 2016).

Ferreira (2008) também destaca a importância das ideias de Michel Foucault, que aprofundou a noção de poder, ou as micro práticas de poder, deslocando o centro do conflito da tensão institucionalizada entre classes para qualquer modalidade de prática. Foucault também desenvolveu o conceito de formação discursiva, que foi fundamental para a delimitação do conceito de discurso (FOUCAULT, 2009, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Segundo Leandro Ferreira (2008), com o filósofo francês Michel Pêcheux a língua emerge como conceito diferencial, dado o interesse pela análise e a importância que a materialidade linguística assume nessa prática. E, no desdobramento dela, a **ideologia** a figurar como verdadeiro cimento a dar sustentação ao aparato político-social e ao aparato psíquico. Habitando esses aparatos constituídos pela ideologia, estaria o **sujeito**, em sua dupla configuração, enquanto sujeito interpelado, assujeitado, e enquanto sujeito do inconsciente, desejante (ORLANDI, 2005).

Apesar de ser unânime o pioneirismo de Pêcheux na análise do discurso, o sintagma *Discourse Analysis* não foi proposto por ele, mas, sim pelo linguista americano Zellig Harris em 1952 (MACHADO, 2010). Destas diferentes perspectivas e interdisciplinaridade, a análise do discurso - da forma como é empregada hoje - surge no final da década de 60 (1969), abarcando diversas contribuições teóricas, voltando a investigar criti-

camemente o poder, a ideologia e a hegemonia na formação das diferentes práticas sociais, dentre elas, a política pública.

2.2. Primeira geração da análise do discurso

Na conjuntura teórica da França dos anos 1968-1970, a Análise do Discurso nasce da busca de um quadro teórico que permitisse compreender o momento político e cultural por meio dos discursos que estavam sendo produzidos. Inicialmente, a análise do discurso francesa se dedicou ao estudo de discursos políticos de direita e de esquerda, recebendo influência da teoria marxista e da forma de operação da ideologia segundo Althusser (FAIRCLOUGH, 2016).

A ideologia, para Althusser, serve à reprodução e transformação das relações econômicas, de modo que tal vocábulo não representa simplesmente o conjunto de ideias abstratas presentes no corpo social. Ela opera de materialista, responsável pela constituição do sujeito que, a despeito, é crente na liberdade do pensamento. Os processos de ideologia acontecem no bojo das instituições e organizações, como por exemplo a família, o sistema educacional e o direito que são os aparelhos ideológicos do Estado, na definição althusseriana. A esta teoria, Pêcheux contribuiu por entender que a linguagem é uma forma material de ideologia. O discurso, para ele, é a linguagem utilizada de forma ideológica (FAIRCLOUGH, 2016).

A abordagem discursiva pecheutiana caracterizava-se por considerar, além dos aspectos linguísticos, os elementos sociais, históricos, culturais e ideológicos constituintes da situação de produção do discurso, bem como a relação desse discurso com outros que circulam na sociedade (ORLANDI, 2005). Assim, para a análise do discurso, as condições de produção do discurso são essenciais para a compreensão dos seus sentidos. Por isso, os estudos discursivos devem levar em consideração o contexto sócio-histórico-cultural de produção, os interlocutores e a situação de comunicação (ORLANDI, 2005).

Pêcheux concebe um sujeito “assujeitado”, marcado por uma forte dimensão social, histórica, que na linguagem é balizada pela formação discursiva que define “o que pode e deve ser dito”. O sujeito é compreendido além do critério biológico intemporal (sujeito natural) para afirmar a primazia da exterioridade histórica na determinação do ato da fala (ORLANDI, 2005).

Nesta teoria, há forte influência de Foucault, no que diz respeito às formações discursivas (FDs). Um aparelho ideológico do estado (AIE) é

concebido como um complexo de FDs inter-relacionadas, cada qual representando uma posição classista no AIE. Essa FD determina o que deve ser dito. No campo linguístico, as palavras mudam sua carga semântica, de acordo com as pessoas, de quem as emprega: exemplo, “militância” possui sentido diverso se for utilizada por uma organização sindical, em comparação se for empregada por um partido político conservador (FAIRCLOUGH, 2001). Essas FDS são relacionadas em uma posição de inter-discurso, ou seja, a determinação “*de fora*” de outros discursos, o qual o sujeito não possui consciência em perceber, que também irá depender da luta ideológica (FAIRCLOUGH, 2001).

Pêcheux define o discurso como sempre determinado e tomado em uma relação com a história. Ele afirma que o sentido das palavras, expressões e proposições não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas (IRINEU *et al.*, 2020). O método de análise denomina-se “*análise automática do discurso*” porque parte do procedimento é computadorizada para tentar identificar FDs dentro de um *corpus* de textos (FAIRCLOUGH, 2001).

A primeira fase contempla a produção de gráficos que demonstram as relações existentes entre as orações, como por exemplo na clássica frase do cantor “Tim Maia”: ela partiu e nunca mais voltou. O primeiro gráfico produzido irá demonstrar os tipos de orações existentes que, no caso acima, “*ela partiu*” e “*nunca mais voltou*”. Trata-se de uma categorização das orações, onde serão empregados os conceitos da linguística.

Após isso, novo gráfico para demonstrar as palavras e expressões que se encontram em uma relação de substituição, as que são semelhantes na estrutura gramatical e as que são relacionadas a outras. As figuras de linguagem, como a metonímia, a sinonímia e a implicação devem compor o relato descritivo (FAIRCLOUGH, 2001).

A Análise do Discurso foi logo objeto de críticas, pois o conceito de formação discursiva delimita um espaço estrutural fechado e homogeneizante. A análise se volta, efetivamente, à análise da oração e não com o corpus constituído, o que possibilita um empreendimento seletivo sobre excertos do texto, implicando demasiada subjetividade. Além deste ponto, a determinação estruturalista do discurso recebe críticas por Fairclough, o qual compreende ser mais adequado o estudo a partir de uma perspectiva dialética (FAIRCLOUGH, 2001).

2.3. Análise do discurso crítica na abordagem de Norman Fairclough

Norman Fairclough é linguista britânico e professor emérito da Universidade de Lancaster. É considerado o principal nome da análise do discurso crítica (ADC), uma das vertentes da análise do discurso que se atém ao estudo das relações de poder nas estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 2016; ORLANDI, 2005). Fairclough argumenta que ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por relações de poder.

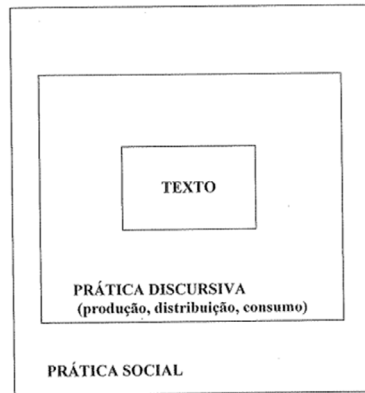
A linguagem deixa de ser apenas um instrumento de comunicação para servir de mecanismo que molda a sociedade. Há um duplo processo de influência. A linguagem influencia as práticas sociais e recebe influência destas. Dessa maneira, a linguagem é um importante instrumento de veiculação de poder nas relações sociais já que o poder é disperso e não concentrado, na abordagem proposta por Foucault (FAIRCLOUGH, 2016).

A compreensão das estruturas gramaticais utilizadas pelos sujeitos falantes é uma forma de compreender a realidade. A forma do “bem falar” (gramática); a língua como sistema de signos ou como sistema de regras formais (linguística) interessa à análise do discurso, mas não é a descrição formal das estruturas textuais o método. Há necessidade de se compreender que a estrutura clássica da comunicação (alguém que fala algo para alguém) possui um novo elemento: o fato de a mensagem recebida pelo receptor já estar influenciada por acontecimentos históricos (FAIRCLOUGH, 2016; FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 2010).

O discurso, que é o objeto de análise, não é fala, como o quis significar Saussure. Discurso, na visão de Fairclough, é um dos elementos da vida social por meio do qual se representam diferentes aspectos do mundo. É um modo de agir sobre o mundo. A constituição discursiva da sociedade não provém de um jogo livre de ideias, mas de uma prática social que está enraizada em estruturas sociais materiais. No entanto, as práticas e os eventos operam em contrariedade e luta, em uma perspectiva dialética. A reunião da análise linguística e a teoria social possui a intenção de atribuir um sentido socio teórico ao discurso (FAIRCLOUGH, 2016).

Qualquer evento discursivo (qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social, constituindo o modelo tridimensional do discurso, o qual será o método de aplicação. O modelo tridimensional de Fairclough pode ser representado ilustrativamente pela seguinte figura (FAIRCLOUGH, 2012; FAIRCLOUGH, 2016; IRINEU, *et al*, 2020; PAIVA, 2007):

Figura 1 - Concepção Tridimensional do Discurso



Fonte: Fairclough (2001).

O método abrange a descrição do discurso em três níveis: a) eventos sociais (texto); b) práticas sociais (ordens de discurso) e; c) estruturas sociais (linguagem) (VIEIRA; MACEDO, 2018). No primeiro nível, o texto será analisado em quatro itens sendo eles: o vocabulário, onde serão trabalhadas a lexicalização, o significado e o *wording*; a gramática, buscando a compreensão da forma como as palavras combinam-se em orações e frases; a coesão, ligação entre orações e frases e a estrutura textual, que pode ser compreendida como a arquitetura dos textos e seus modos de organização (VIEIRA; MACEDO, 2018).

No segundo nível, as práticas sociais podem ser compreendidas, também, como a produção, distribuição e consumo dos textos. A análise nesse nível é feita em três itens: os tipos de atos de fala (força ilocucionária), ou seja, se promessa, se pedido, se ameaça; coerência, apresentada a partir da harmonia entre fatos e ideias e a intertextualidade que é a “constituição de um texto com base em uma configuração de tipos de textos ou convenções discursivas e interdiscursividade” (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Por fim, a análise das estruturas sociais, que pode ser entendida como aquilo que as pessoas fazem, as práticas, será interpretada a partir de dois conceitos que utilizados de forma combinada permitem a investigação das mudanças discursivas relacionadas às mudanças sociais e culturais, são eles: a ideologia, baseada no estudos dos sentidos, pressuposições e metáforas e na hegemonia, que revela a dominação a partir de alianças, as orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas, bem como,

a incorporação de grupos subordinados e geração de consentimentos (VIEIRA; MACEDO, 2018).

2.4. Teoria Semi linguística de Patrick Charaudeau

Patrick Charaudeau é um linguista francês, especialista em Análise do Discurso. Fundador da Teoria Semi linguística de Análise do Discurso. Professor da Universidade Paris-Nord, pesquisa interações entre indivíduos, seu contexto social e práticas midiáticas e políticas.

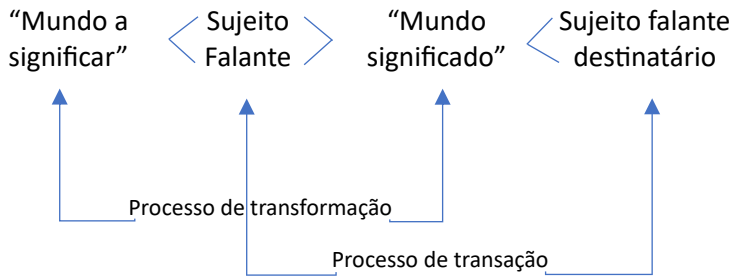
Para Charaudeau, uma ideia nunca tem sentido (ou importância) em si mesma, mas sim em função da maneira como é encenada. Por isso, não se deve considerar somente o dizer, mas também a maneira de dizer. Por isso, também, o autor situa o sujeito no centro do processo comunicativo: o sujeito está no centro de todo ato de linguagem e de todo o processo de comunicação (CHARAUDEAU, 2012).

Na Teoria Semi linguística, o sujeito possui uma dupla identidade: é ser social, que assimila e reproduz crenças, saberes e valores do grupo em que está inserido, mas também é ser individual, que se posiciona dentro dessas crenças, saberes e valores compartilhados. Dessa forma, o sujeito, ao assumir o papel de enunciador, encontra-se limitado pelas restrições impostas pela situação, mas poderá lançar mão de estratégias discursivas em função de um projeto de comunicação, operando escolhas consoante seus objetivos.

Para a Semi linguística, o sujeito é relativamente livre: encontra-se “sobredeterminado” pela situação de comunicação, mas com uma margem de manobras a serem operadas com estratégias discursivas. Nesta concepção, o sujeito (a pessoa) não é “assujeitado”. Ele possui o “arbítrio”, capaz de significar o mundo à sua volta. Isso é o que Charaudeau chama de semiotização (semio-). A linguística está ligada à forma dessa comunicação – como o sujeito se comunica: texto, palavra, frase, uso gramatical (CHARAUDEAU, 2005).

Para que seja possível haver o processo de semiotização do mundo, Charaudeau propõe que devem coexistir dois processos: a) transformação e transação. Pode-se resumir o processo no seguinte quadro.

Figura 2 – Processo de semiotização do mundo



Fonte: Charaudeau (2005).

O processo de transformação compreende quatro tipos de operação: a) identificação; b) qualificação; c) ação; d) causação. A identificação é o processo de “nomação” dos seres do mundo, para que seja possível falar deles. É substantivar o objeto, dar nome (identidade nominal). A qualificação está no território do adjetivo. O objeto é discriminado de forma que seja possível especificá-lo (identidade descritiva). A ação está relacionada ao fato de que os seres do mundo praticam ou sofrem ação (identidades narrativas). A causação – os seres nominados, com suas qualidades específicas, agem ou sofrem ação em razão de certos motivos (CHARAUDEAU, 2011).

O vocábulo “transformação” explicita que o encadeamento dos fatos do mundo é transformado em relações de causalidade. A relação de causalidade é aquela que representa o motivo, a causa pela qual uma ação aconteceu. Comumente, utiliza-se vocábulos como o “porque”, “pois”, “pelo fato de” para caracterizar uma oração enquanto pertencente à relação de causalidade. Entretanto, estes vocábulos podem não estar explícitos no texto, o que demandará profunda compreensão do contexto (CHARAUDEAU, 2010).

Ato contínuo, o processo de transação opera em quatro princípios: alteridade, pertinência, influência e regulação. Alteridade indica que os seres estão no mundo e se reconhecem como semelhantes e diferentes em um ambiente de troca. Semelhantes porque os sujeitos compartilham universos de referência e finalidades. Diferentes porque o processo de reconhecimento perfaz-se no campo da diferença, da dissemelhança. Cada sujeito desempenha duas funções no discurso: sujeito-emissor

(aquele que comunica, o locutor) e sujeito-receptor (o que interpreta, o interlocutor), conforme Charaudeau (2011).

O segundo princípio implica que os sujeitos comunicantes devem poder reconhecer o universo de referência, isto é, poderem compartilhar os saberes. Este princípio exige que os atos de linguagem estejam associados a seu contexto e finalidade (CHARAUDEAU, 2010).

O terceiro princípio da transformação parte do pressuposto que o ato da comunicação tem por finalidade influenciar o interlocutor. O último é a contra-argumentação do sujeito receptor-interpretante e a regulação da argumentação visando à compreensão mínima do outro para que a discussão não chegue a uma confrontação física (CHARAUDEAU 2011).

Há uma hierarquia. O processo de transação determina o processo de transformação, pois as operações do processo de transformação se fazem a partir dos princípios do processo de transação. Os princípios determinam as operações. Assim, o processo de transformação depende do processo de transação, o que é a base para um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2005).

O contrato de comunicação é uma criação abstrata. É um lugar onde é possível haver troca entre os parceiros comunicantes, regidos por regras e práticas sociais próprias de cada estrato. O ato de linguagem, para Charaudeau, possui um componente central básico que o fundamenta: o fato de que o locutor, o sujeito comunicante, possui uma proposição do mundo e tenta convencer o seu interlocutor. O modelo, então, é um modelo dissertativo-argumentativo. Para que isso seja possível, é necessário que os parceiros da comunicação reconheçam um ao outro o direito à fala e que os dois detenham, ao menos, conhecimento daquilo que estão falando (CHARAUDEAU, 2010).

O requisito que impõe seja necessário aos sujeitos (ou parceiros) comunicantes o conhecimento do assunto em debate, denomina-se pertinência. O conhecimento a que o autor se refere não necessariamente precisa ser o conhecimento técnico-científico, mas, o conhecimento de mundo, aquele vindo da experiência prática, da vida em sociedade. Desse modo, o ato de linguagem se processa em dois ambientes, o interno e o externo. O ambiente interno é aquele do momento da fala, do momento da troca de mensagens. O externo é o ambiente para além do interno, o ambiente onde os sujeitos captam experiências ou influenciam com sua fala (CHARAUDEAU, 2010).

Esse duplo processo de ambientação do ato da fala é responsável por categorizar os sujeitos em dois tipos: a) sujeito comunicante e sujeito interpretante (interlocutores); b), sujeito enunciador e sujeito destinatário, responsáveis pelo ato de comunicação. Este ambiente de trocas, marcado pela intencionalidade e pela argumentação com vistas ao convencimento é repleto de estratégias e restrições. Estratégias porque o sujeito enunciador aplica todas as ferramentas que estão a seu dispor para convencer o sujeito destinatário. Restrição porque cada contrato possui regras que determinam o que pode e o que não pode ser dito. São condições mínimas para que um ato de linguagem possa ser considerado válido. Com base nesse desenho, Charaudeau propõe um modelo estrutural do ato da fala disposto em três níveis (CHARAUDEAU, 2011).

O primeiro nível – situacional – constitui o espaço de restrição do ato da fala, está incluído nas regras do ambiente externo. No segundo nível, comunicacional, estão as regras determinantes do modo de falar, que são impostas pelo nível situacional. Por fim, o nível discursivo constitui o lugar de intervenção do “sujeito falante, enquanto sujeito enunciador, devendo atender às condições de legitimidade (alteridade), credibilidade (pertinência) e de captação (influência e regulação) para realizar os atos de discurso” que resultarão num texto (CHARAUDEAU, 2005, p. 15).

O discurso se organiza de diferentes modos. Charaudeau destaca os seguintes: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. O modo enunciativo se configura quando o ponto de vista do autor é usado como estratégia discursiva de influência. Divide-se em três outras classificações: a) elocutivo, quando o enunciador argumenta em primeira pessoa, como forma de demonstrar seu ponto de vista; b) elocutivo, quando há referência a uma segunda pessoa – o interlocutor é chamado a participar e sua experiência é trazida para o debate como ferramenta de convencimento e, c) delocutivo, utilizado em terceira pessoa, pretendendo objetividade (CHARAUDEAU, 2010).

O modo descritivo é aquele onde há classificação e nomeação dos seres do mundo, o que nos remete às operações do ato de linguagem de identificação e qualificação. Neste modo, é necessário nomear, qualificar e situar no tempo e no espaço o sujeito. O modo narrativo se caracteriza por uma sucessão de acontecimentos. Por diversas vezes, o locutor utiliza da técnica de contar histórias, utilizando de uma categorização elocutiva, para convencer o interlocutor a aceitar o seu ponto ou mesmo fazer com que o interlocutor faça alguma coisa (CHARAUDEAU, 2011).

O modo argumentativo visa convencimento, adesão a uma dada tese. É configurado de forma triangular, onde a proposta sobre o mundo é colocada pelo sujeito argumentativo ao sujeito alvo e os dois dialogam sobre a proposta. Neste modo de organização do discurso, diversos valores são compartilhados enquanto forma de aderência do interlocutor à tese do locutor, com destaque aos valores verdade, estética, ético, hedônico e pragmático (CHARAUDEAU, 2005).

2.5. Terceira geração do discurso

Recentemente o termo discurso vem sendo empregado com diversas acepções, em contextos variados. O termo pode ser tomado, por exemplo, no sentido de gênero (discurso político, discurso de formatura, discurso de posse). O termo também costuma ser empregado com o sentido de enunciado, de fala, de exposição oral, algumas vezes com sentido pejorativo de “fala vazia”.

De acordo com Daudi (1986), o conceito de discurso denota um conjunto de enunciados, conceitos, teses e teorias faladas e escritas que, juntas, formam uma concepção articulada de uma coisa em particular. A linguagem é atividade exercida entre falante e ouvinte, entre escritor e leitor. A atividade linguageira exige conhecimentos linguísticos e extralinguísticos: além de conhecer as regras de funcionamento da língua, o falante/escritor deve adequar sua fala/escrita de acordo com a identidade do ouvinte/leitor, com a situação de comunicação e com o contexto (DAUDI, 1986).

Ao se engajarem na atividade linguageira, os falantes/escritores produzem discursos. Nessa perspectiva, o discurso pode ser compreendido como a atividade comunicativa entre interlocutores, em que a produção de sentidos se dá na interação. O discurso se manifesta por meio de textos orais ou escritos (CABRAL, 2005).

Os interlocutores são sujeitos situados social, geográfica e historicamente, os quais partilham crenças, valores culturais e sociais e ideologias do grupo de que fazem parte. Essas crenças, valores e ideologias se fazem presentes nos discursos produzidos por esses sujeitos, de maneira explícita ou implícita. Por isso, não há discurso neutro - todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais e ideológicas dos sujeitos da linguagem (CABRAL, 2005).

Fonte? Pode-se compreender o discurso como toda atividade comunicativa entre interlocutores situados social e historicamente, produtora

de efeitos de sentidos em função do que se diz, do que não se diz, do lugar social de onde se diz, dos efeitos visados ao dizer, do destinatário do dizer e de outros discursos que circulam na sociedade (CABRAL, 2005).

De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2012), o discurso pode ser compreendido por determinadas ideias-força:

- *O discurso supõe uma organização transfrástica.*

Não quer dizer que o discurso deve ser constituído de mais de uma frase, mas sim que ele mobiliza estruturas que ultrapassam o nível gramatical, linguístico. Isso implica que, além da gramática da língua, é necessário levar em conta os sujeitos da linguagem e a situação de produção do discurso. Isso também implica compreender que os interlocutores devem possuir conhecimentos linguísticos e extralinguísticos.

Por isso, os interlocutores, com suas crenças e valores, em uma dada situação de comunicação, mobilizam seus conhecimentos linguísticos, seus conhecimentos de mundo e seu conhecimento sobre o outro para realizar escolhas e adequar seu discurso conforme a situação e o seu propósito comunicativo.

- *O discurso é orientado.*

O discurso é concebido em função do propósito do locutor e se desenvolve no tempo, guiado por esse propósito. Por isso, considera-se que o discurso se constrói em função de um fim. Pode haver desvios, mudanças de direção, conforme se trate de um enunciado em forma de monólogo ou dialogal, porém sua linearidade se manifesta por um jogo de antecipações ou retomadas.

- *O discurso é uma forma de ação.*

O discurso é uma forma de agir pela linguagem, de atuar sobre o outro para modificar uma situação.

- *O discurso é interativo.*

Pelo princípio do dialogismo, o discurso pressupõe pelo menos dois parceiros, constituindo uma troca explícita ou implícita. Mesmo na ausência física de um parceiro, o locutor constrói seu discurso em função de um destinatário real ou virtual ao qual se dirige de maneira explícita ou por meio de estratégias discursivas.

Além disso, o falante/escritor traz o discurso do outro para o seu próprio discurso, estabelecendo um diálogo com ele explícita ou implicitamente. Isso confere ao discurso um efeito polifônico, pois ele é atravessado por outras vozes.

- *O discurso é contextualizado.*

Não se pode atribuir sentido a um enunciado fora de contexto. Um mesmo enunciado, produzido em contextos diferentes, pode corresponder a discursos diferentes. Além disso, o próprio discurso contribui para definir e modificar o seu contexto.

- *O discurso é assumido.*

O discurso é produzido por um sujeito que se coloca como fonte das referências pessoais, temporais e espaciais e indica qual atitude adota em relação àquilo que diz e a seu interlocutor.

- *O discurso é regido por normas.*

A atividade discursiva compreende enunciados efetivamente produzidos. Os estudos do discurso têm em vista descrever as normas da língua em funcionamento. Cada ato de linguagem implica normas particulares que o legitimam e justificam sua própria configuração. Destaque-se a importância da inscrição nos gêneros de discurso para esse trabalho de legitimação.

- *O discurso é assumido em um interdiscurso.*

O discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos. Ao situar um discurso em um gênero, nós já o colocamos em relação com um conjunto ilimitado de outros discursos. Por isso, o discurso se constrói em uma rede interdiscursiva constituída dos discursos que já foram e estão sendo produzidos.

3. ANÁLISE DO DISCURSO COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

A abordagem discursiva caracteriza-se por considerar, além dos aspectos linguísticos, os elementos sociais, históricos, culturais e ideológicos constituintes da situação de produção do discurso, bem como a relação desse discurso com outros que circulam na sociedade. Desse modo, para a análise do discurso, as condições de produção do discurso

são essenciais para a compreensão dos seus sentidos. Por isso, os estudos discursivos devem levar em consideração o contexto sócio-histórico-cultural de produção, os interlocutores e a situação de comunicação.

A análise do discurso considera que o sujeito que produz o discurso é um sujeito situado temporal, espacial e historicamente. O sujeito do discurso também compartilha valores e crenças de um grupo ou comunidade. Ele tem sempre em vista um interlocutor, ainda que ausente no momento de produção do discurso, em função do qual planeja a sua fala/escrita. E esse sujeito se constitui na alteridade, no diálogo com os outros discursos que circulam na sociedade.

O espectro de aplicação da análise do discurso como ferramenta metodológica na pesquisa em políticas públicas é amplo, tendo em consideração a multidisciplinariedade alhures esboçada. Por este motivo, as vindouras considerações não esgotarão o tema, mas, lançarão luzes, servindo como norte mínimo na exploração científica deste campo do conhecimento.

A política pública é uma resposta ao problema público, tendo o Estado como ator de destaque no seu estabelecimento, mas, volta o protagonismo a uma visão multicêntrica, pois, o foco é o problema público e não o protagonismo de quem lhe dá resposta (SECCHI, 2014). É uma diretriz, podendo ser uma Lei, em sentido estrito entendida como produto do debate parlamentar, uma decisão judicial, uma mudança na rotina administrativa etc (SECCHI, 2014).

O Estado se destaca no protagonismo de elaboração das políticas públicas por deter a força legítima, a coerção, instrumento que lhe é exclusivo e que decorre da ordem constitucional (SECHI, 2014; BOBBIO, 1987). O contrato social estabelecido inicialmente fundamenta o Estado moderno cuja razão de ser está em dar resposta aos problemas públicos, mediante a elaboração e execução (por meio do uso da força legítima) de políticas públicas.

Nem todo problema é público, e nem todo problema público atrai a formulação de políticas públicas para o seu combate. Para que seja política pública, o problema deve atrair a intencionalidade de resolução dos atores públicos, também conhecidos por *policymakers* (SECCHI, 2014). É nesta perspectiva, de desvelar as relações assimétricas de poder que levam determinado problema ser público, que a análise do discurso surge enquanto instrumento de análise (FAIRCLOUGH, 2001).

Hyatt (2013) propõe alguns requisitos básicos para se fazer análise do discurso em política pública. O primeiro deles é considerar e identificar os proponentes da política pública (o que ele denomina “*drivers of policy*”. Essa análise primária é importante devido ao fato de o produto da proposta desaguar (quase sempre) na aprovação de uma Lei, instrumento o qual o Estado detém força para lhe fazer cumprir.

Neste primeiro momento, o contexto histórico é importante e necessita de um aprofundamento teórico para que seja alcançado o objetivo, por exemplo, as políticas públicas formuladas pelo governo Margareth Thatcher advirem de um colapso do *welfare-state* keynesiano.

Um segundo momento será a desconstrução desta política, a partir do estabelecimento crítico das formas de legitimidade, ligadas às várias manifestações de poder (racionalismo, autoritarismo, valores morais, narrativas morais), manifestado por meio de estratégias discursivas para sua manutenção, a hegemonia. A metodologia, dessa forma - o rigor metodológico - não pode ser pensada fora da teoria, de forma que esta não pode ser pensada fora do método, uma é dependente da outra (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 2010, HYATT, 2013).

Por isso, a análise do discurso em políticas públicas irá desvelar a construção do poder e da hegemonia nos discursos particulares ideológicos que afloram na estrutura social e que desaguardam na resposta do problema público através do instrumento adequado (FAIRCLOUGH, 2012). A operacionalização do discurso não é única; é coberta pela interdiscursividade e pela intertextualidade.

A interdiscursividade representa a relação dos discursos. Por exemplo, um discurso pela diminuição da despesa pública no orçamento de direitos sociais, alinha-se ao discurso pela diminuição do Estado (Estado mínimo), discursos ligados à economização, máxima da teoria política neoliberal. A intertextualidade é a presença de outros discursos dentro do discurso em análise, por exemplo, a presença do discurso econométrico para o pedido de reforma da previdência (onde se clama pela capitalização) ou do pedido de diminuição da maioria penal, baseado no número de delitos cometidos por menores de dezoito anos (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 2010, HYATT, 2013).

Como contextualização da prática metodológica da análise do discurso para a investigação em políticas públicas, analisar-se-á dois trabalhos referentes a este tema. O primeiro publicado na revista *Universitas*

Psychologica, de autoria de Genoveva Echeverría e José Martín Maturana investigou as políticas públicas de diversidade sexual no Chile entre 2010 e 2014 (ECHEVERRÍA; MATURANA, 2015).

O primeiro artigo parte de um problema vivenciado pelo Chile a respeito da discriminação do grupo LGBTI, o que representou uma forte movimentação deste grupo pela inclusão social. A crítica estabelecida gira em torno da ideologia heteronormativa presente hegemonicamente na formulação de políticas públicas daquele país, polarizando-se dois discursos: um progressista advindo da mobilização deste grupo pela inclusão e outro conservador pela manutenção do padrão heteronormativo-biológico (ECHEVERRÍA; MATURANA, 2015).

O modelo teórico da análise do discurso segue a tridimensionalidade de Fairclough, tendo em vista o principal foco do artigo servir como uma resposta contra hegemônica. O poder, na formulação dos autores deste artigo em referência, manifesta-se hegemonicamente pelos seus respectivos donos quando da divulgação maciça do padrão biológico de diferenciação entre homem e mulher (xx e xy), sem considerar outras formas de identificação. Os resultados da análise foram que as pessoas denominadas *trans* são vistas como detentoras de patologia (o que é uma narrativa discursiva), o que os faz serem “os outros”. Os “detentores do poder” fazem força hegemônica na formulação das políticas públicas, o que começa no atendimento médico primário pautado na ciência biológica da diferenciação entre homem (xx) e mulher (xy), muitas das vezes condicionados à crença ideológica de existência de doenças sexualmente transmissíveis neste grupo (ECHEVERRÍA; MATURANA, 2015).

Os autores, assim, criticam a utopia da igualdade, defendendo que as pessoas são diferentes e como tais precisam ser tratadas de forma diferentes, independente do fator biológico heteronormativo. A tradição social nesta separação bipartite não merece acolhida no cenário de reconhecimento de direitos humanos atual, posto que, a identidade sexual não implica ausência de proteção por política pública.

O segundo artigo, de Duarte de Souza Rosa Filho, intitulado “Poder simbólico no reajuste tarifário do transporte metropolitano de passageiros de Porto Alegre na crise de 2004”, publicado pela Revista de Administração Pública (RAP) visa a analisar, a partir do conceito de Bourdieu sobre poder simbólico pela linguagem, a manifestação deste nos discursos pronunciados antes e depois da crise do transporte público na região metropolitana de Porto Alegre entre julho e agosto de 2004, movimento

responsável pela queima de ônibus, um movimento contra o aumento da tarifa de transporte público (FILHO, 2011).

A análise realizada se baseou, novamente, no modelo tridimensional proposto por Fairclough e sua crítica à linguagem econométrica enquanto manifestação discursiva do poder para atendimento de narrativas ideológicas. A teoria base da pesquisa foi a concepção de Bourdieu a respeito do poder simbólico e as contribuições de Fairclough e colaboradores tanto no estabelecimento crítico da linguagem econômica para análise em política social, quanto na proposição do caminho metodológico.

O problema público - aumento da tarifa de transporte - representa uma dicotomia entre o interesse das empresas licitadas pelo Estado para fornecimento de transporte público (as quais visam o lucro) e os interesses dos usuários do transporte público (muitas das vezes trabalhadores) que reclamam a prestação de serviços de transporte por um preço modal (FILHO, 2011).

Houve um embate jurídico entre o sindicato representativo das empresas de transporte público, a Fetergs (Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio Grande do Sul) e a ATM (Associação dos Transportadores Intermunicipais Metropolitanos de Passageiros) contra a AGERGS (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul), a oficial pela retirada desta no processo decisório de aumento da tarifa, utilizando-se de influência política e do discurso matemático para ampararem sua proposição, manifestação do poder simbólico para visar imposição de posicionamento e não debate público.

As proposições oriundas, exclusivamente de preceitos econômicos acabam por extirpar as vozes de outros atores sociais que, na visão multicêntrica das políticas públicas, necessitam participar do processo, tendo em vista a configuração do problema público como um problema de todos. A ciência, utilizada de forma discursiva expurga as vozes sociais (dos usuários dos serviços de transporte) tendo em vista estes não deterem o conhecimento científico adequado para debater o assunto, uma manifestação clara de operação da ideologia, utilizando a técnica “expurgo do outro” (FILHO, 2011).

4. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

Assim como todas as atividades humanas, as políticas públicas são concebidas e se realizam por meio de discursos. Dessa maneira, considera-se que a análise do discurso pode ser de fundamental importância para a compreensão das dinâmicas de desenho, implementação e avaliação das políticas públicas e dos processos decisórios.

Acredita-se que direcionar o olhar para o discurso permite considerar as configurações sociais e institucionais como determinantes para a construção de significados e a comunicação das políticas públicas.

Dessa maneira, tendo em vista as amplas possibilidades de aplicação da análise do discurso como método de pesquisa qualitativa na área de políticas públicas, é de fundamental importância a difusão do seu potencial analítico.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1997.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Augusto César de Aquino. A Análise do Discurso Como Estratégia de Pesquisa no Campo da Administração: uma Visão Global. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 3, n. 1, p. 59- 68, jan./jun. 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 555p.

CHARAUDEAU, P. **Uma análise semiolinguística do texto e do discurso**. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em 02 de fevereiro de 2023.

..... **Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização**. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G.(orgs.). *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil*. Uberlândia: EDUFU, 2010. p.161-180. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html> Acesso em 02 de fevereiro de 2023.

..... Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim*. vol. 10. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Dize-me-qual-e-teu-corpus-eu-te.html> Acesso em 02 de fevereiro de 2023.

DAUDI, P. **Power in the organisation: the discourse of power in managerial praxis**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

ECHEVERRÍA, G; MATURANA, J.M. Análisis crítico del discurso de políticas públicas en diversidad sexual en Chile. **Universitas Psychologica**, v. 14, n. 04, p. 1485 – 1498, 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília/DF: Editora UNB, 2001.

..... Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 25, n. 02, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, N; CHOULIARAKI, L. Critical Discourse Analysis in Organizational Studies: Towards an Integrationist Methodology. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, set. 2010.

FARIA, José Henrique de. Teoria Crítica em estudos organizacionais: o estado da arte. **Cadernos Ebape.Br**, v. 7, nº 3, art. 8, Rio de Janeiro, Set/2009.

FILHO, Duarte de Souza Rosa. Poder simbólico no reajuste tarifário do transporte metropolitano de passageiros de Porto Alegre na crise de 2004. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 643– 668, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GUERRA, M; GOMES, A, O; SILVA, A. Case study in public administration: a critical review of Brazilian scientific production. **Revista de Administração Contemporânea [online]**. 2015, v. 19, n. 2, p. 270-289, 2015.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HYATT, D. The critical policy discourse analysis frame: helping doctoral students engage with the educational policy Analysis. **Teaching in Higher Education**, v. 18, n. 8, p. 833 – 845, 2013.

IRINEU, L.M; PEREIRA, A. S; SILVA, A. P. N; SANTANA, A. L. S; LIMA, F. H. R; SANTOS, S. F (org.). **ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: Conceitos-Chave**. Vol. 1. São Paulo: Pontes Editores, 2020.

LEANDRO FERREIRA, M.C. Análise do discurso, herança e filiações: uma questão mal resolvida. In: SARGENTINI, Vanice (org.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 37-46.

MACHADO, I. L. A AD, a AD no Brasil e a AD do Brasil. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Org.). **Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Pontes Editores, 2005.

PAIVA, Claudia Gomes. Discurso Parlamentar: Uma proposta de Sistematização. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, v. 8, n. 30, p. 83-127, jan. /abr 2007. Disponível em: <https://www.aslegis.org.br/todas-as-edicoes-artigos/465-caderno-aslegis-30-ii-seminario-internacional-assessoramento-institucional-no-poder-legislativo-2>. Acesso em 02 jun. 2022.

RITCHIE, J.; LEWIS, J. **Qualitative Research Practice: A Guide for Social Science Students and Researchers**. London: SAGE Publications, 2003.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2º Ed, 2014.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA Jr., J. R.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Orgs) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas** – 1. Ed. – São Paulo: Parábola. 2018.

VAN DIJK, T. A. **DISCURSO, NOTÍCIA E IDEOLOGIA: Estudos da Análise Crítica do Discurso**. Tradução Zara Pinto-Coelho. 1. ed. Porto: Companhia das Letras, 2005.

POSFÁCIO

O MÉTODO COMO UM PROBLEMA CONSTITUINTE DO CAMPO DE ESTUDO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DESAFIOS ATUAIS DA PESQUISA QUALITATIVA

ROSANA DE FREITAS BOULLOSA

PROFESSORA DA UNB

ROSANABOULLOSA@UNB.BR

16 DE ABRIL DE 2023

O campo de estudos em políticas públicas precisar encarar de frente seus problemas de método, mas este não é um desafio exclusivo do Brasil. É verdade que temos testemunhado nos últimos anos um avanço significativo tanto em levantamentos de técnicas e métodos quantitativos e qualitativos, quanto em aprofundamentos sobre métodos e técnicas específicas, mas ainda temos muito a construir. E este livro, organizado pelos professores Magnus Luiz Emmendoerfer e Bruno Martins Augusto Gomes, vem reforçar este importante movimento, cujo comprometimento perpassa e orienta os seus sete capítulos em ótimas coautorias. Cada um deles merece atenta leitura, pois, juntos, conformam um quadro fértil de possibilidades interpretativas de algumas das importantes questões metodológicas de quem lida com a análise de políticas públicas, particularmente no âmbito acadêmico.

O método como um problema estruturante do campo tem raízes em seus próprios primórdios, numa época em que o campo nem podia ainda ser chamado como tal, palavras que poderiam ter sido ditas por Bourdieu (1996), no mínimo, pela carência inicial de contraditórios e interditos. Quando Harold Lasswell explicou, em 1951, no primeiro capítulo do livro *"The Policy Science"*, organizado por ele e Daniel Lerner e pomposamente publicado pela famosa Stanford Press, que o caminho para a produção de conhecimento em políticas públicas deveria ter uma "abordagem dupla" (Lasswell, 1951, p.3), ele de alguma forma já lançou as bases para o acúmulo de problemas, mal-entendidos, lacunas e outros desafios que

viriam a marcar o disputado universo das nossas buscas metodológicas, muitas vezes impedindo seus necessários aprofundamentos (Torgerson, 1985; Turnbull, 2008; Boullosa, 2019a; Dunn, 2019; Boullosa, Peres & Bessa, 2021).

Naquele momento, para Lasswell, o caminho para a produção de conhecimento sobre o processo de políticas públicas deveria ser construído a partir de métodos de investigação social e psicológica; enquanto que, muito distintamente, o caminho para produzir conhecimentos para tais processos, ou seja, para alimentar a tomada de decisão, deveria ultrapassar os limites de tais disciplinas, inspirando-se em outras disciplinas, tais como matemática, estatística e economia (Lasswell, 1951, 1960). Não obstante ele, logo em seguida, advogasse a importância da criatividade e da liberdade na composição multidisciplinar que deveria ser ativada em função de cada problema público a ser tratado, para o campo que viria a ser desenvolvido (Lasswell, 1956a; 1960) a tal da “abordagem dupla” ganhou rapidamente ares de antagonismo (Boullosa, 2019a). Em outras palavras, a ambivalência proposta, de tipo e/e, se transformou em uma ambiguidade, de tipo ou/ou, provocando as primeiras cisões e incompreensões sobre a natureza, as fronteiras e os usos dos métodos de pesquisa, com reverberações mais duras sobre os chamados métodos qualitativos, que sofreram por décadas processos sociais de inviabilização e desacreditação epistemológica no decorrer da expansão do nosso campo de estudos.

A partir daquela imprecisão de Lasswell, que, de fato, só poderia ter sido acertadamente compreendida se seus textos tivessem sido lidos em profundidade, buscando por coerência, o que não aconteceu (Torgerson, 2018; Boullosa, 2019; Dunn, 2019; Zittoun, 2019; Strassheim, 2019; Dodge, 2019); pelo menos três outras imprecisões interpretativas ganharam vida, respondendo quando menos os problemas de método que só tem se agravado em nosso campo de estudos. Elas se referem à inacessibilidade da necessária discussão acerca da natureza do método; à rigidez improdutiva da separação entre métodos quantitativos e qualitativos; e à improdutiva naturalização da relação entre método e técnica. E não é muito difícil encontrarmos tais problemas que ainda marcam negativamente, subtraindo sentidos e significados, nossas dissertações e teses dentro dos cursos do chamado Campo de Públicas, que reúne, dentre outros, os cursos de políticas públicas, administração pública, gestão pública, gestão de políticas públicas e gestão social (Coelho, 2014).

A primeira imprecisão, remetida à natureza do que era método, abriu espaço para duas possibilidades interpretativas, sendo que a primeira delas recebeu uma adesão muito mais ampla. Se o caminho metodológico é duplo, ou seja, decidido em função do propósito e do objeto, dentro de uma mesma e única abordagem, a *policy orientation*, então o método poderia ser interpretado como algo separado da teoria, portanto, como neutro em relação a uma dimensão de normatividade epistemológica. Neste caso, diferentes métodos poderiam ser utilizados para fazer pesquisa em diferentes (e até opostas) teorias em ou sobre políticas públicas (Howlett, 2014). O que poderia parecer uma desejada flexibilidade, porém, tornou-se uma indesejada inconsistência que emerge com frequência nas seções de método nos trabalhos de análises de políticas públicas. Somente lendo um conjunto maior dos trabalhos de Lasswell e de seus principais parceiros, como Abraham Kaplan e Daniel Lerner, podemos perceber uma outra possibilidade interpretativa, de que tanto a teoria quando o método produzem valor, encerram quadros normativos a partir dos quais se desenvolvem as críticas, as análises, os estudos. Esta outra interpretação só viria a ser recuperada mais tarde (Torgerson, 1985, 2015). Então, não há como dissociá-los, pois a natureza do método também é valorativa, como nos lembra o segundo caminho (Fischer, 1987; 2016), que viria a ser desenvolvido só mais recentemente.

A imprecisão seguinte, a segunda, que se refere à separação entre os métodos qualitativos e quantitativos, nos remete a uma discussão ainda mais ampla, que pouco vem à tona, sobre o que consideramos como ciência, sobre qual a tradição de ciência nos filiamos. Por trás do funcionalismo metodológico que se apresentava como neutro, a baixa reflexividade do campo acabou nos levando para uma ancoragem inicialmente exclusiva em uma ciência de matriz positivista. Para tal tradição ou matriz, a produção do (bom) conhecimento científico deve também ser capaz de ser reproduzido em mesmas situações de pesquisa, o que já nos indica para uma clara preferência para o quantitativismo. Esta compreensão acabava por marcar ainda mais esta separação, não somente como se servissem para fins diferentes. Somando-se à neutralidade e à reprodutibilidade, encontramos logo ao lado uma outra dualidade socialmente construída e profundamente difusa em nosso campo que são a objetividade e a subjetividade, também com força valorativa que frequentemente atribui à primeira um maior cientificismo que à segunda. Parte desta discussão vai produzir uma desequilibrada relação entre os métodos quantitativos

e os qualitativos, que vai, por sua vez, não somente estimular um pertencimento obtuso em relação às primeiras escolas de pensamento que começavam a nascer no campo, como vai forjar uma espécie de comportamento identitário entre nós, pesquisadoras e pesquisadores.

Por fim, a terceira imprecisão nos leva para a relação entre método e técnicas de pesquisa. A diferença entre elas está relacionada à natureza e à função no processo de pesquisa. Método de pesquisa é uma abordagem geral utilizada para conduzir a pesquisa, que envolve desde a formulação de questões de pesquisa até a apresentação dos resultados. Ela começa pela estratégia, profundamente relacionada ao como fazer pesquisa teoricamente ancorada, passando à construção e/ou seleção de técnicas de coleta e análise de dados. Alguns exemplos de métodos de pesquisa incluem o método experimental, estudo de caso, pesquisa de campo, interpretativismo, pesquisa-ação, entre tantos outros. Já a técnica de pesquisa é um instrumento utilizado para coletar ou analisar dados durante o processo de pesquisas e de acordo com a sua estratégia e objetivos. As técnicas de pesquisa mais conhecidas incluem rodas de conversa, entrevistas, questionários, observações, análise de documentos, análise fotográfica, entre outras. As técnicas devem ser coerentemente e criativamente definidas de acordo com o tipo de dado que se pretende construir ou analisar. Compreender com liberdade os objetivos, intenções e implicações das técnicas de pesquisa pode ser vital para desenvolver e avaliar projetos de pesquisa apropriados, coerentes e profundos em políticas públicas, ajudando a ampliar nosso campo de estudos.

Antes de continuarmos, é preciso dizer que parte dos mal-entendidos e lacunas que vão surgindo a partir destas imprecisões também se deve a rápida mudança de contexto na produção de conhecimento científico nos Estados Unidos, que deixava para trás o pragmatismo e abraçava a filosofia analítica (Boullosa, 2019a). Talvez um dos principais vestígios de tal mudança vem do que é o próprio Lasswell a alertar, por pelo menos durante as duas décadas seguintes, que o campo o tinha interpretado erroneamente ao continuar usando não somente o mesmo tom convocatório usado em *The Policy Orientation* (Lasswell, 1951), como também ao lembrar da indissociabilidade entre teoria e método, na importância do valor como elemento estruturante da análise e da formulação em políticas públicas. (Lasswell, 1956b; 1960; 1963; 1970). Mesmo assim, somente em 1971, em *A Pre-View of Policy Sciences*, é que ele presta um tributo direto ao pragmatismo de John Dewey, que era um grande defensor da

experiência social como elemento metodológico. Mas aí o campo já tinha se desenvolvido para um outro lado, com a emergência de diferentes escolas que se construíam metodologicamente para um funcionalismo mais raso, dando cada vez mais sentido à ironia de Rose (1976) ao dizer que, em nosso campo de estudos, acabamos nos esforçando demais para enfrentar disciplinarmente problemas públicos que são, mais do que interdisciplinares, indisciplinados.

Com estes desenvolvimentos enviesados, a pesquisa qualitativa em políticas públicas tem uma estreia tardia, é verdade, mas potente. Ela começa como resposta à necessidade de se obter uma compreensão mais profunda e significativa das políticas públicas como fenômenos sociais, culturais e humanos, que não poderiam ser facilmente capturados por meio de medidas numéricas. Inspirada nas contribuições da antropologia e da sociologia, ela inicialmente reprovava a pesquisa quantitativa, mas logo depois passa a buscar alguns caminhos de diálogo, como podemos encontrar em alguns capítulos deste livro. Sua primeira intenção era a de fazer emergir e de trabalhar com a subjetividade inerente aos processos sociais, sobretudo no que dizia respeito à construção social de sentidos e significados, que modelam a nossa experiência compartilhada em relação desde os problemas até os objetos de análise e avaliação em políticas públicas. De algum modo, em nosso campo, se alimentava também da virada linguística, na esteira de Wittgenstein (1921/1968), Rorty (1967). Os trabalhos de Frank Fischer (1980; 1990); Mary Hawkesworth (1994) e Donald Schön e Martin Rein (1994) foram fundamentais para mostrar como a pesquisa qualitativa poderia abrir novos caminhos para a análise de políticas públicas, seja por, respectivamente, incluir a noção de valor, dar conta da subjetividade, ampliar a noção de objeto passando do instrumento para o problema público.

Se dermos um passo muito para adiante, chegamos à atual configuração do campo a qual, em termos metodológicos, ainda é de difícil compreensão. Sabemos que é policêntrica, mas seus contornos ainda estão turvos. E sabemos que a divisão entre qualitativo e quantitativo ainda merece muito mais esforços de pesquisa, incluindo os de classificação. Por isto, voltar a olhar para o início do campo, para suas primeiras imprecisões, para os primeiros movimentos de configuração e de densificação, me parece fundamental. Precisamos ainda fazer melhor as contas com o nosso campo em todos os planos de pesquisa, inclusive no metodológico, o que requer um esforço ontológico, pois nos ajuda a entender como che-

gamos até aqui, bem como quais os desafios que têm persistido no campo. Claro que construímos muita coisa, como por exemplo, o interpretativismo como escola consistente dentro da perspectiva qualitativa, que tem atraído cada vez mais pesquisadoras e pesquisadores, pois tem nos permitido investigar como as pessoas envolvidas em processos de políticas públicas dão sentido às suas experiências, práticas e instituições em contextos específicos, nos permitindo desvelar os significados que são construídos socialmente e culturalmente e como esses significados afetam a todos nós (Yanow & Schwartz-shea, 2006). Este braço da pesquisa qualitativa vem enfatizando a importância de abordagens mais reflexivas e críticas na pesquisa em políticas públicas, inclusive pela possibilidade de gerar *insights* mais significativos para a melhoria das práticas políticas, com uma variedade criativa e eficaz de técnicas.

Mas os desafios para a perspectiva qualitativista ainda são imensos. Para começar, é preciso enfrentar e assumir com maior rigor a indissociabilidade entre valor e fato. Os fatos são socialmente construídos (Berger & Luckmann, 1973) e a problematização da noção de valor, sua natureza e lócus de produção, precisa ser incorporada nas técnicas de pesquisa que utilizamos. Junto com isto, emerge também o problema da correlação entre sujeito e objeto de pesquisa. Assumir que estamos implicados nos objetos que estudamos, que analisamos, que avaliamos, não significa que não estamos fazendo ciência, mas, sim, que estamos reconhecendo que nosso quadro valorativo existe e que precisa ser explicitado (Boullosa, 2019b). Com estes novos marcos qualitativos, podemos ainda aprofundar a discussão sobre o papel da subjetividade, cujos limites estão cada vez mais borrados com os da objetividade, num debate fundamental tanto sobre experiência, quanto sobre construção de significados e argumentos em processos de políticas públicas. E ao discutir sobre subjetividade, podemos passar a incluir a dimensão das emoções (Durnová, 2022) e das conversas cotidianas (Mansbridge, 1999) em nossos estudos e em nossas práticas. Todos estes desafios apontam, por fim, para a interdependência entre método e teoria – para a dimensão epistemológica do método, com reverberações de rigor científico necessários para o bom desenho e pertinente aplicabilidade das técnicas de pesquisa que utilizamos. Precisamos enfrentar o isolamento do método como plano de pesquisa, não naturalizando-o, assumindo-o criticamente. Os alcances de sentido e de significado produzidos pelo enfrentamento de tais desafios só ampliam e qualificam discursivamente as arenas de políticas públicas, nos ajudando

ainda a assumir a nossa implicação democrática em processos de pesquisa em políticas públicas (Boullosa, 2019b).

Não queria concluir sem deixar de dizer que o espaço conquistado pela perspectiva qualitativa na construção de conhecimento em políticas públicas só tende a crescer, embora ainda o esteja fazendo lentamente, o que já explica, *di per se*, a importância desta obra que você tem em mãos. Este livro, fruto dos trabalhos do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2), no contexto muito produtivo da Cátedra UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas, se soma em qualidade, criatividade e relevância a este movimento de expansão da perspectiva qualitativa no campo de estudos em políticas públicas, do qual me sinto parte. Parabêniso e agradeço os organizadores, os professores Magnus Emmendoerfer e Bruno Gomes, bem como às autoras e aos autores Maria de Fátima Nóbrega Barbosa e Magnus Emmendoerfer; Tamires Santos Ramalho, Andreia Lopes Cirino e Carlos Augusto Alves de Sousa Júnior; Miriã Ramalho Barbosa e Plínio dos Santos Souza; Letícia Fontes de Jesus e Regiane Rosa Marques; Byanca dos Prazeres Ferreira e Adriana Sevenini Couri; Lucas Soares Sathler e Gustavo Matias Lopes; e Pollyanna Souza Pereira e Alexandre Rodrigues Lages, por experimentarem e apontarem para caminhos férteis de produção e reflexão metodológica qualitativa para a análise de políticas públicas no país.

REFERÊNCIAS

- Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas. (1973). *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Boullosa, Rosana de Freitas; Peres, Janaina Peres Lopes, Bessa, Luiz Fernando Macedo. (2021) *Por Dentro do Campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em Políticas Públicas*. *Revista O&S*, V 29, N. 97, p. 306-332.
- Boullosa, Rosana de Freitas. (2019a). *Lasswell and the mirror of time: considering some of the questions raised by Torgerson*. *Critical Policy Studies*, v. 13, p. 1-4, 2019.
- Boullosa, Rosana de Freitas. (2019b). *Mirando ao Revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas*. *Publicações da Escola da AGU*, v. 11, p. 89-106.
- Dodge, Jennifer. (2019). *Anticipating the future in a violent field: an extension of Lasswell's policy sciences*. *Critical Policy Studies*, v13, n,2, p.216-220.
- Durnová, Anna. (2022). *Making interpretive policy analysis critical and societally relevant: emotions, ethnography and language*, *Policy & Politics*, 50(1), 43-58. Retrieved Apr 17, 2023
- Dunn, William. (2019). *Pragmatism and the Origins of the Policy Sciences: Rediscovering Lasswell and the Chicago School*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Fischer, Frank (1980). *Politics, Values and Public Policy: The Problem of Methodology*. Boulder, Colo.: Westview Press.
- Fischer, Frank. (1990). *Technocracy and the Politics of Expertise*. New York: SAGE Publications.
- Hawkesworth, Mary. (1994). *Policy Studies with a Feminist Frame*. *Policy Sciences*, vol. 27, n. 2 (3), 97-118.
- Lasswell, Harold. (1951). *The Policy Orientation*. In Lasswell, H.D.; Lerner, D. *The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method*. Stanford: Stanford University Press.
- Lasswell, Harold. (1956a). "The Political Science of Science: An Inquiry into the Possible Reconciliation of Mastery and Freedom".
- Lasswell, Harold. (1956b) *The Decision Process: Seven Categories of Functional Analysis*. College Park: University of Maryland Press.
- Lasswell, Harold. (1960). "Technique of Decision Seminars." *Midwest Journal of Political Science* 4 (3), p. 213-236. doi:10.2307/2108975.
- Lasswell, Harold. (1963). *The Future of Political Science*. New York: Atherton Press.
- Lasswell, Harold. (1970). *The Emerging Conception of the Policy Science*. *Policy Sciences*, 1, 03-14.
- Lasswell, Harold. (1971). *A Pre-View of Policy Sciences*. New York: American Elsevier.
- Mansbridge, Jane (1999). *Everyday Talk in Deliberative System*. In: Macedo, Stephen (ed.). *Deliberative Politics*. NY: Oxford University Press. p. 211-239.
- Rose, Richard. (1976). *Disciplined Research and Undisciplined Problems*. *International Social Science Journal*. 28(1): 99-121.
- Rorty, Richard. (Ed.). (1967). *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method*. Chicago: University of Chicago Press.
- Schön, Donald & Rein, Martin (1994). *Frame Reflection: Towards the Resolution of Intricable Policy Controversies*. NY: Basic Books.
- Strassheim, Holger (2019). *Lasswell's legacy revisited: critical perspectives on psychological and behavioural public policy*, *Critical Policy Studies*, 13:2, 221-225.

- Torgerson, Douglas. (1985). "Contextual Orientation in Policy Analysis: The Contribution of Harold D. Lasswell." *Policy Sciences* 18 (3): 241–261.
- Torgerson, Douglas. (2015). "Harold D. Lasswell and Critical Policy Studies: The Threats and Temptations of Power." In *Handbook of Critical Policy Studies*, edited by F. Fischer, D. Torgerson, A. Durnová, M. Orsini, 27–46. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- Turnbull, Nick (2008). Harold Lasswell's "problem orientation" for the policy sciences, *Critical Policy Analysis*, 2:1, 72-91.
- Wittgenstein, L. (1921/1968). *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Yanow, D & Schwartz-shea, P. (2006). *Interpretation and Method: Empirical Research and the Interpretative Turn*. Armonk, London: M. E. Sharpe.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS

Andréia Lopes Cirino

andreia.cirino@ufv.br

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestra em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bacharela em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC). Possui técnico em informática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Rio Pomba.

Adriana Sevenini Couri

adriana.sevenini@ufv.br

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Administração – Pública (PPGAdm) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduada em Farmácia com habilitação em Indústria, pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduação em Administração, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG, Campus Muriaé) e graduanda em Direito pela UFV. Especializou-se em Homeopatia, pelo Instituto Brasileiro de Estudos Homeopáticos (IBEHE).

Alexandre Rodrigues Lages

alexandre.lages@ufv.br

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Viçosa. Mestrando do Programa Pós-graduação em Administração Pública (PPGAdm), do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa, linhas de interesse desenvolvimento e estado de bem-estar social e análise do discurso. Membro do Grupo de Pesquisa em Administração Pública e Seguridade Social (GPPREV). Advogado atuante em Direito Previdenciário, Imobiliário e Administrativo.

Byanca dos Prazeres Ferreira

byanca.ferreira@ufv.br

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Administração – Pública (PPGAdm) e Graduada em Direito pelo Instituto Ensinar Brasil. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal.

Carlos Augusto Alves de Sousa Júnior

carlos.a.junior@ufv.br

Mestre em Administração e bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Viçosa. Foi bolsista do Programa Ciência sem Fronteiras, fomentado pela CAPES, em Dublin Business School, Irlanda. Participou da Empresa Júnior Soluções Consultoria. Foi bolsista de extensão PIBEX, colaborador do Programa de Extensão Universitária Rede CsF Núcleo Viçosa e Líder do projeto Rede Idiomas. Atualmente faz doutorado em Administração na Universidade Federal de Viçosa, pesquisando políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+.

Gustavo Matias Lopes

gustavo.matias@ufv.br

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Administração – Pública (PPGAdm). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desde 2007 é Especialista em Regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Leonardo Secchi

leonardo.secchi@udesc.br

Doutor em Estudos Políticos pela Universidade de Milão (Itália), com pós-doutorado em Políticas Públicas pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA). Foi professor de Administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó) e, atualmente, é professor titular de Administração Pública na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/ESAG) e pesquisador do Centro de Administração e Políticas Públicas da Universidade de Lisboa (CAPP/ISCSP/ULisboa). Suas linhas de pesquisa são: análise e avaliação de políticas públicas, modelos de gestão e reformas administrativas na América Latina. Já foi pesquisador visitante na Universidad Autónoma de Barcelona (Espanha) e na Harvard University (EUA), professor visitante na Universidade de São Paulo (USP), Universidad del Valle (Colômbia) e

no Instituto Serzedelo Corrêa (ISC/TCU). Entre 2016 e 2018 foi Pró-Reitor de Planejamento da UDESC e, entre 2020 e 2022, presidente Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP). É membro da diretoria da International Association of Schools and Institutes of Administration (IASIA) e conselheiro do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Letícia Fontes de Jesus

leticia.jesus@ufv.br

Mestranda em Economia Doméstica e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Lucas Soares Sathler

lsathler70@gmail.com

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Administração – Pública (PPGAdm) e Graduado em Direito pela UFV. Procurador-Chefe de Saúde do Município de Viçosa/MG.

Marco Antonio Carvalho Teixeira

Marco.Teixeira@fgv.br

Mestrado em Ciências Sociais (1999) e doutorado em Ciências Sociais (2004) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor-adjunto e pesquisador do Departamento de Gestão Pública junto a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV), onde leciona nos cursos de graduação em Administração Pública e Administração de Empresas, bem como no Mestrado e Doutorado em Administração Pública e Governo e, também, no Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas. Desenvolve pesquisas acadêmicas e vem atuando como Consultor de organismos nacionais e internacionais em temas como: Transparência, Accountability e Controle da administração pública com foco no papel dos órgãos de controle e no controle social; arranjos cooperativos intergovernamentais, política brasileira e eleições. É líder do grupo temático Federalismo, Relações Intergovernamentais e Descentralização, junto a área de Administração Pública do ENANPAD (biênio 2020-2021). Foi comentarista do programa CBNSP, da Rádio CBN, entre 2012 e 2021, onde tratou de questões ligadas aos problemas da cidade de São Paulo e suas políticas públicas. É um dos editores do Blog “Gestão, Política & Sociedade” abrigado no jornal O Estado de S. Paulo.

Maria de Fátima Nóbrega Barbosa

mfnobregabarbosa@gmail.com

Pós-doutorado em Administração Pública na Universidade Federal de Viçosa (UFV), sob a supervisão do professor Dr. Magnus Luiz Emmendoerfer, trabalhando com os temas: políticas públicas, empreendedorismo e sustentabilidade. Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2010) na Área: Sociedade e Recursos Naturais e Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Competitividade. Mestrado em Ciências da Sociedade pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (1999). Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1995). Especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Estadual da Paraíba (1996). Professora Associada Nível II da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão Ambiental, Sustentabilidade e Competitividade. Pesquisadora em Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq. Organizadora do livro Gestão dos Recursos Naturais: uma visão multidisciplinar. Líder do Grupo de Pesquisa GEPASC (Grupo de Estudo em Pesquisa Ambiental, Sustentabilidade e Competitividade). Professora do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFCG/CCJS). Ex-Coordenadora Local do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFCG/CCJS).

Miriã Ramalho Barbosa

miria.ramalho@ufv.br

Mestranda no programa de pós-graduação em Economia (UFV). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (2019). No final do curso defendeu a monografia intitulada “Efeito da fecundidade sobre a criminalidade no estado de São Paulo” que resultou em um artigo publicado na revista Econômica. Durante a graduação participou de eventos que resultou em publicação de trabalho. Foi membro efetiva da Liga Acadêmica de Estudos sobre Criminalidade-LAEC (2017). Atualmente atua como revisora de textos acadêmicos.

Plínio dos Santos Souza

plinio.souza@ufv.br

Doutorando em Administração (UFV) e Mestre em Administração Pública (FGV). Especialista em Gestão de Recursos Humanos (UCAM). Especialista em Prospectiva Estratégia e Políticas Públicas (UNB). Especialista em Gestão Pública (UFJF). Personal and Executive Coach (Integrated Coaching Institute, ICI). Psicólogo (bacharelado e licenciatura) - UFF. Analista de Gestão em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Atua na Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe) da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa de Estudos em Transparência, Accountability e Corrupção (GETAC-UFV). Interesse em pesquisas no campo da Governança Pública em especial com foco na colaboração (Governo, Organizações e Sociedade). Experiências como professor conteudista, tutor, orientador acadêmico, revisor de produções científicas de eventos da área e de periódicos.

Pollyanna Souza Pereira

pollyanna.pereira@ufv.br

Doutoranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (2013). Graduada em Gestão de Finanças Públicas e Auditoria Governamental pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2009). Licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2007). Servidora pública federal do quadro da Universidade Federal de Viçosa, ocupante do cargo de Revisora de Textos, atualmente requisitada pela Casa Civil da Presidência da República.

Regiane Rosa Marques

regiane.marques@ufv.br

Mestranda em Economia Doméstica e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Rosana de Freitas Boullosa

rosanaboullosa@unb.br

Professora associada de Políticas Públicas e Democracia na Universidade de Brasília, Brasil, no Departamento de Gestão de Políticas Públicas (DGPP), desde 2019. Foi professora associada da Escola de Administração na Universidade Federal da Bahia de 2009 a 2019. Colabora com a Escola

Nacional de Administração Pública desde 2018. Estudiosa crítica, com interesse pelos estudos decoloniais, estudos feministas e gestão social, dentro do contexto da tradição de pensamento crítico latino-americano. Líder do grupo nacional de pesquisa em estudos críticos de políticas públicas, coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEUR) da UnB e sou editora da revista internacional *Critical Policy Studies* desde 2022 (já tendo sido editora da *Revista NAU Social* de 2010 a 2020). PhD em Políticas Públicas na Università IUAV di Venezia em Veneza, Itália, em 2006, bem como o mestrado (em 2002). Recebeu o prêmio Giovanni Ferraro para a melhor tese italiana no campo de políticas públicas. Fez pós-doutorado em sociologia pragmática na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris, França. Membro ativa de várias redes de pesquisa brasileiras, incluindo o Campo de Públicas / ANEPECP, a Rede de Gestão Social / RGS, a Sociedade Brasileira de Administração Pública / SBAP e Mulheres pela Ciência.

Tamires Santos Ramalho

tamiresramalhov@gmail.com

Bacharel em Cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa e atualmente mestranda em Administração Pública pela mesma Instituição. Atua principalmente nos seguintes temas: educação, cooperativismo, mineração e sustentabilidade.



unesco
Chair



Creative Economy
& Public Policies

UFV



FAPEMIG



CAPES

PPGAdm
PPG-Graduação em Administração - UFV

NAP2



GDTec



CNPq

ISBN 978-65-5513-122-2



9 786555 131222

